

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política**

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Veja, há 40 anos construindo a imagem das mulheres na política

Kátia Carolina Meurer Azambuja

**Brasília
2014**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 1020457.

A991v Azambuja, Kátia Carolina Meurer.
Veja, há 40 anos construindo a imagem das mulheres
na política / Kátia Carolina Meurer Azambuja. -- 2014.
145 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política, 2014.
Orientação: Flávia Biroli.
Inclui bibliografia.

1. Veja (Revista). 2. Teoria feminista - Aspectos
políticos. 3. Mulheres na política. 4. Estereótipos
(Psicologia social) - Mulheres - Aspectos políticos
- Brasil. I. Biroli, Flávia. II. Título.

CDU 396.9(81)

Veja, há 40 anos construindo a imagem das mulheres na política

Kátia Carolina Meurer Azambuja

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Flávia Biroli

**Brasília
2014**

Veja, há 40 anos construindo a imagem das mulheres na política

Kátia Carolina Meurer Azambuja

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciência Política da
Universidade de Brasília, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Prof^a. Dr^a. Flávia Milena Biroli Tokarski

Prof. Dr. Luis Felipe Miguel

Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz

Prof^a. Dr^a. Danusa Marques
(suplente)

Brasília
2014

Para todas aquelas que ousaram desviar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a professora Flávia Biroli pela orientação com comprometimento e excelência acadêmica, e pelos questionamentos e reflexões pertinentes.

À professora Maria Lucia Moritz e ao professor Luis Felipe Miguel por terem aceitado prontamente o convite para participar da banca de defesa. E à professora Danusa Marques por ter aceitado participar da banca como suplente.

À Ana Paula Antunes Martins e José Vicente Mello que me acolheram em suas casas logo que cheguei em Brasília.

Às pessoas que contribuíram para minha formação acadêmica e sanidade mental em Brasília. Início agradecendo às pessoas que tiveram coragem de montar uma casa comigo: Renata Albuquerque, Daniele Kleiner e Fabrício Bonecini e, posteriormente, Vanessa Dourado. Que não só montaram uma casa, mas sim construíram um lar de amizades, trocas e cumplicidade. Agradeço a Renata em especial por várias ocasiões me lembrar da justificativa do meu trabalho e de o porquê dessa pesquisa, quando eu queria jogar tudo para cima.

Às amigas e amigos que conquistei ao longo desse percurso em Brasília e que sim, sei que posso chamar de amig@s, pois vári@s seguirão comigo onde eu estiver. Não nomearei ninguém, para não ser injusta caso esqueça alguém, mas agradeço a tod@s que compartilharam momentos e frequentaram dias e noites lá em casa, o Bar da Codorna, o Balaio Café ou o Bar BH.

À Maria Gutenara, colega de mestrado, com quem tive o prazer de dividir uma turma de Introdução a Ciência Política (ICP) para realizarmos nosso estágio em docência. Agradeço também às monitoras e monitores de ICP que nos auxiliaram com as aulas e principalmente às/os estudantes, pois sem eles a Universidade não tem razão de ser.

Aos professores do IPOL pelas aulas e aos colegas do programa de Pós-Graduação em Ciência Política que me ajudaram de alguma forma: com uma conversa; uma revisão de artigo ou de resumo; ajudando com um gráfico impossível; ou que me mandavam sair do *Facebook* e escrever; que sofreram e se solidarizaram comigo em todos os percalços desse caminho, como os problemas com o levantamento de dados e o furto do computador. Agradeço também aos colegas que me estimularam a chegar até o fim e me acompanharam na escrita frequentando o IPOL juntamente comigo aos sábados, domingos e feriados e que me deram muitas caronas facilitando meu deslocamento.

Às bolsistas do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê) que sempre me ajudaram prontamente quando eu entrava na sala do grupo desesperada com algum

problema no *Sphinx*. Agradeço também a professora Danusa Marques e ao professor Carlos Machado que também compõem o Demodê e sempre estavam dispostos a contribuir com o trabalho.

Às funcionárias e funcionários do IPOL que sempre foram muitos solícitos com minhas demandas burocráticas. Agradeço também aos vigilantes, principalmente os noturnos e dos finais de semana, pela atenção e cuidado. Agradeço também as funcionárias terceirizadas da limpeza do IPOL que sempre prestaram ótimo serviço e tiveram cuidado com o material da sala da Pós. Agradeço também aos funcionári@s terceirizad@s do RU, que mesmo com um trabalho precarizado, prestam um bom serviço a comunidade universitária e foram importantes para a minha manutenção na UnB.

À estagiária ou estagiário, bolsista ou pesquisador que organizou o Acervo Digital *Veja* que possibilitou meu acesso online a todas as edições do semanário, desde sua fundação até os dias de hoje.

Às pessoas que mesmo a distância contribuíram com esse trabalho, colegas da UFRGS e amig@s da militância feminista e estudantil. Em especial a amiga Tahina Mattos que em vários momentos me socorreu em questões logísticas e operacionais.

À minha família que fez de mim o que sou e que me apoia incondicionalmente em todas as empreitadas em que me envolvo.

A todas as mulheres que foram notícia e àquelas que lutam cotidianamente para um mundo menos desigual e injusto socialmente, mas tem sua luta invisibilizada pela mídia tradicional e corporativa.

Muito obrigada.

RESUMO

Esta dissertação analisa 316 reportagens publicadas na revista *Veja* que abordam a atuação das mulheres no campo político, nacional e internacional, entre 1969 e 2010. A mídia participa da reprodução das representações de gênero e das representações sobre o papel social de mulheres e homens. Nas sociedades contemporâneas, a mídia tem impacto na produção das preferências políticas. Por isso é importante compreender como um dos principais veículos de informação do Brasil, a revista *Veja*, vem representando a imagem das mulheres, ao longo de quatro décadas. A divisão convencional dos papéis de gênero organiza as posições na sociedade, de mulheres e homens, de forma hierárquica e patriarcal, pois é uma hierarquia valorativa e externa, associada, *a priori*, ao valor preponderante do gênero masculino universal. A mídia pode contribuir com os obstáculos estruturais que dificultam a presença das mulheres nos espaços de poder ao propagar visões de mundo que tendem a reforçar a naturalização dessas hierarquias. A fim de detalhar elementos que compõem os estereótipos de gênero da representação das mulheres pela *Veja* e que facilitam a reprodução dessa naturalização, propõe-se apresentá-los por meio de três categorias de análise. A primeira, corporalidade, trata das representações estetizantes e corporificadas; a segunda, *ethos* feminino, detalha a ideia da representação por uma 'feminilidade' universalizante; e a terceira categoria, vida privada, discute como elementos da esfera privada da vida dessas mulheres são expostos publicamente. Observando também quais são os elementos que compõem os estereótipos de gênero mobilizados pela *Veja*, e como eles são (re) arranjados nos textos publicados pela revista, busca-se colocar em discussão sua interferência, no contexto brasileiro, sobre a construção da imagem da mulher na política. Conclui-se que as referências às mulheres que atuam no campo político seguem constantes durante o período analisado, de modo a corporificá-las, a dar destaque a suas vidas privadas e a insinuar a existência de uma 'feminilidade' universal dentro da qual elas deveriam atuar.

Palavras-chave: estereótipos de gênero; teoria política feminista; revista *Veja*; mulheres na política; dicotomia público e privado.

RESUMEN

La presente tesis de maestría evalúa 316 reportajes publicadas en la revista *Veja* que tratan de la actuación de las mujeres en el campo político nacional e internacional entre los años de 1969 y 2010. La prensa participa de la reproducción de las representaciones de género y de las representaciones de los papeles sociales de mujeres y hombres. En las sociedades contemporáneas la prensa produce impacto en la producción de preferencias políticas, y por lo tanto es importante comprender cómo uno de los principales medios de comunicación de Brasil, la revista *Veja*, sigue representando la imagen de las mujeres a lo largo de cuatro décadas. La división convencional de los roles de género organiza las posiciones de mujeres y hombres en la sociedad de manera jerárquica y patriarcal, visto que es una jerarquía valorativa y externa, *a priori*, al valor preponderante del género masculino universal. La prensa tiene sus medios para contribuir con los obstáculos estructurales que dificultan la presencia de las mujeres en los espacios de poder, y lo hace al propagar visiones de mundo que tienden a reforzar la naturalización de las referidas jerarquías. Con el propósito de presentar en detalle los elementos que componen los estereotipos de género presentes en la representación de las mujeres por la revista *Veja* y que, al mismo tiempo, facilitan la reproducción de esa naturalización, se propone presentarlos a través de tres categorías de análisis. La primera, corporalidad, trata de las representaciones estetizantes y corporificadas; la segunda, *ethos* femenino, detalla la idea de la representación por una “feminidad” universalizante; y la tercera categoría, vida privada, discute cómo los elementos de la esfera privada de la vida de estas mujeres son expuestos públicamente. En complemento, observando cuales son los elementos que componen los estereotipos de género movilizados por la *Veja* y observando cómo ellos son (re)ordenados en los textos publicados por la revista, se busca poner en discusión la interferencia de la revista, en el contexto brasileño, en la construcción de una imagen acerca de la mujer en la política. Se concluye que las referencias a las mujeres que actúan en el campo político siguen siendo las mismas en el período analizado: las corporifican, dan destaque a sus vidas privadas, e insinúan la existencia de una “feminidad” universal dentro de la cual se supone que ellas deberían actuar.

Palabras clave:

estereotipos de género; teoría política feminista; revista *Veja*; mujeres en la política; dicotomía público y privado.

ABSTRACT

This master thesis analyses 316 articles published at *Veja Magazine* regarding the performance of women on the national and international political field between 1960 and 2010. The press acts in the sense of reproducing the gender representation and the social role representation of women and men. On the contemporary societies, the press has influence on the political preferences. For that reason it is relevant to understand how one of the main Brazilian channels of communication, *Veja Magazine*, has been representing the image of the women within four decades.

The conventional division of the gender roles organizes the society status of women and men in a hierarchical and patriarchal way, that happens because it is an external appraisal hierarchy, associated, *a priori*, with the dominating value of the universal masculine gender.

The press may contribute with the structural obstacles which harm the presence of women in the power spaces by spreading worldviews that tend to reinforce and become these hierarchies common.

In order to detail the aspects which compose the gender stereotypes of women representation by *Veja* and that facilitates the spreading of it, it is proposed to present them by three categories of analysis.

The first, corporeal, regards to esthetic and corporeal representations; the second, *ethos* feminine, details the idea of representation by a universal ‘femininity’; and the third category, private life, argues how the elements of the private life of those women are publicly exposed. Also observing which are the elements that compose the gender stereotypes promoted by *Veja*, and how they are (re)arranged on the texts published by the magazine, it is sought to discuss its interfering, in the Brazilian context, of the image building of the women in politics. It is concluded that the references about the women who act on the political field remain constant within the period analyzed, in a way to corporealize them, to highlight their private lives and suggest the existence of a universal ‘femininity’ in which they should act.

Keywords: gender stereotypes; feminist political theory; *Veja Magazine*; women in politics; dichotomy public and private.

O gênero muda e deve mudar o modo como pensamos a democracia, mas, dada a força das tradições existentes, transcorrerá algum tempo até que os detalhes da nova paisagem se tornem claros. Também não devemos supor rapidamente demais que todas as suas características mudarão.

Anne Phillips

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Reportagens por seção da revista <i>Veja</i> _____	60
Tabela 2 - Distribuição das reportagens ao longo dos anos analisados _____	61
Tabela 3 - Número de reportagens por país _____	61
Tabela 4 - Protagonistas e quantidade de reportagens _____	63
Tabela 5 - Menções a aparência por seção da <i>Veja</i> _____	67
Gráfico 1 – Reportagens com menções a aparência _____	68
Tabela 6 - Referências a aspectos da vida privada e familiar das mulheres _____	93

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1. Relações entre as esferas pública e privada	18
1.1 Dicotomia entre as esferas pública e privada	18
1.2 O contrato social e o contrato sexual	27
1.2.1 O patriarcado	32
1.3 Pensamento Maternal	34
Capítulo 2. Mídia, gênero e estereótipos	39
2.1 Relação entre mídia, política e ideologia	39
2.2 Mídia e (re)produção de Estereótipos	45
2.3 A Revista Veja	53
2.3.1 Contextualização sobre a <i>Veja</i>	53
2.3.2 A <i>Veja</i> como objeto de pesquisa	55
Capítulo 3. Estereótipos de gênero	59
3.1 Apresentação do <i>corpus</i>	59
3.2 Corporalidade, <i>ethos</i> feminino e vida privada	64
3.2.1 Corporalidade	67
3.2.2 <i>Ethos</i> feminino	84
3.2.3 Vida privada	93
<i>Naturalização e cristalização de discursos</i>	105
Considerações finais	110
Referências bibliográficas	115
Anexos	120

Introdução

As mulheres conquistaram espaço na política e atualmente estão presentes no cotidiano das manchetes jornalísticas, tanto na televisão quanto na mídia impressa. Mas como elas se fazem presentes? Como é essa representação? Como se dá essa visibilidade? Para responder esses e outros questionamentos se realizou uma pesquisa para investigar como as mulheres que atuam no campo político são representadas pela mídia tradicional, em especial pela revista *Veja*. Buscou-se observar os padrões discursivos trazidos ao longo de quarenta anos pela *Veja* em suas reportagens e quais elementos são utilizados para construir a imagem da mulher que atua no campo político. Dessa forma, também se tenta contribuir para o entendimento de como as mulheres constroem suas identidades – e posteriormente sua imagem – a partir das imagens de uma representação construída e estereotipada por modelos colocadas à disposição por esta mídia.

Para realizar a pesquisa que será apresentada nesta dissertação foram analisadas 316 reportagens publicadas na revista *Veja*, desde fevereiro de 1969 até dezembro de 2010. Para analisar os mais de 40 anos de publicação da revista *Veja*, opta-se por fazer um recorte temporal que contemple os anos de eleições nacionais e viradas de década. Assim, em cada década utiliza-se das edições de dois anos específicos, sendo um ano par e outro ímpar; foram analisadas, portanto, todas as edições de 1969, 1970, 1979, 1980, 1989, 1990, 1999, 2000, 2009 e 2010. Todas as reportagens selecionadas para análise têm como tema mulheres que atuam no campo político. Sendo estas mulheres detentoras de cargos públicos (eletivos ou não), primeiras-damas (ou esposas/companheiras de políticos), candidatas a cargos eletivos ou mulheres envolvidas com movimentos sociais e/ou fatos políticos relevantes. Os objetivos do trabalho são discutir como a revista *Veja* vem representando e dando visibilidade as mulheres políticas nas últimas quatro décadas e identificar se há mudança nessa representação ao longo do tempo para assim entender como esse semanário influencia na construção da imagem da mulher na política no Brasil.

Segundo a página eletrônica na internet da Editora Abril, distribuidora da *Veja*, a revista se dispõe a ser “investigativa e esclarecedora que repercute em todo o país, com reportagens que antecipam e explicam as grandes questões do Brasil e do mundo” (SANTOS, 2012). No entanto, em alguns momentos, a revista *Veja* se assemelha com

revistas de moda ou até mesmo de “fofocas”¹ por tratar da aparência ou de aspectos da vida privada de alguns atores sociais com tom valorativo e, porque não dizer, pejorativo. Para muitas/os que contestam sua parcialidade, a *Veja* defende interesses de cunho tradicional e “direitista”, reproduzindo e reforçando estereótipos (FERNANDES, 2011). Além do mais, “os muitos adversários da revista não se cansam de denunciar o “antijornalismo” que ela adota, muitas vezes apresentando evidências de contaminação do noticiário por interesses políticos, comerciais ou mesmo desavenças pessoais.” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 27). Contudo isso, a *Veja* ainda segue numa das posições centrais da imprensa brasileira.

A revista *Veja* foi escolhida para ter suas matérias como objeto de análise por ser a revista semanal de maior circulação no território brasileiro e por ser a terceira maior do mundo, depois das revistas estadunidenses *Time* e *Newsweek*, segundo informações do site da Editora Abril. Dessa maneira, por ter essa enorme circulação, ela exerce grande influência na opinião pública e já influenciou em pautas políticas nacionais de forma contundente. Além disso, vem sendo publicada desde setembro de 1968, o que permitiu à pesquisa observar o modo como as mulheres estiveram presentes em seu noticiário ao longo do tempo.

As desigualdades sociais, e em especial a desigualdade de gênero, são entendidas como desigualdades estruturais, segundo Iris Young. A divisão convencional dos papéis de gênero organiza as posições na sociedade, de mulheres e homens, de forma hierárquica, isto é, patriarcal. Pois é uma hierarquia valorativa e externa, associada, *a priori*, ao valor preponderante do gênero masculino universal. A igualdade formal inclui as mulheres nas democracias ocidentais contemporâneas, no entanto, somente as inclui de maneira formal e institucional e não consegue inclui-las de fato, nas práticas e experiências. Dessa forma, acaba por contribuir também para os obstáculos cotidianos para a busca de uma igualdade real entre mulheres e homens. Ou seja, ela precisa aliar-se às políticas por “igualdade de fato”, que podem ser vistas como “igualdade (de condição) material” aliada a “igualdade de oportunidades (ou redistributiva)” e a “igualdade de presença (de falar e de ser escutada)”. Essas podem ser as condições necessárias mínimas para que se fale em igualdade.

As mulheres estão menos presentes que os homens nos espaços de deliberação, assim exercendo menor poder político, pois a maioria dos Estados não tem mecanismos

¹ Nenhuma objeção a revistas de moda ou de “fofocas”, no entanto não é a esse fim que a *Veja* publicamente se propõe.

eficazes que facilitem o acesso das mulheres a esses espaços. No Brasil, por exemplo, há cotas para mulheres candidatarem-se a cargos legislativos. No entanto, a lei não prevê punições para os partidos que não preencherem 30% de candidaturas femininas em suas listas. Ou, quando os partidos preenchem esse percentual, o fazem com candidatas “laranjas” e, normalmente, não incentivam essas candidaturas com iguais condições materiais e de oportunidade. Dessa maneira, um dos mecanismos existente para impulsionar a maior participação das mulheres nos espaços de mando não é eficaz. Além de entraves institucionais, há entraves estruturais, como a divisão sexual do trabalho doméstico, que dificulta a participação das mulheres em reuniões ou eventos de partidos políticos e movimentos sociais. Essas hierarquias são cristalizadas na naturalização do ‘pertencimento’ de mulheres e homens a esferas diferentes da sociedade: a mulher tendo sua vida e funções ligadas à domesticidade, enquanto o homem está ligado à esfera pública. Além do mais, a cultura patriarcal, que hierarquiza de maneira específica, separa homens e mulheres, governantes e governados, e os associa as hierarquias de que governantes são homens e governados são mulheres. Essa naturalização dos espaços de pertencimento contribui para os constrangimentos e obstáculos existentes, que impedem a maior participação das mulheres na esfera pública, na política e conseqüentemente nos espaços de poder.

Nesse contexto, a mídia pode contribuir com esses obstáculos cotidianos ao propagar visões de mundo que tendem a reforçar a naturalização dessas hierarquias que já estão incorporadas pelas pessoas. A mídia tem o poder de pautar o que é ‘relevante’ e o que será debatido pelos indivíduos. Ao mesmo tempo, ela tem a capacidade de silenciar alguns temas, direcionando o foco de atenção das pessoas para temas os quais o veículo de comunicação, ou a mídia corporativa como um todo, tem interesse que sejam debatidos. O modo como a produção de notícias está estruturado no campo midiático faz com que alguns discursos, por meio de repetição, sejam processados, assimilados e incorporados pelos receptores dessas notícias, não necessariamente de maneira acrítica. No entanto, os meios de comunicação são o canal por onde boa parte dos indivíduos tem acesso a esferas da vida que não teriam de outra maneira. Sendo assim, as mensagens recebidas pela mídia servem para construir a noção de mundo sobre variados temas. Dessa forma, como a imprensa tem o poder de agenda, de pautar o ‘relevante’, portanto, influenciando na possibilidade de que essa visão de mundo seja limitada e direcionada.

Na dissertação constará, além desta introdução e das considerações finais, outros três capítulos.

O primeiro capítulo de revisão da literatura abordará a confrontação da dualidade entre as esferas pública e privada pelas teorias feministas – confrontação da ideia de ‘pertencimento’ de mulheres e homens a diferentes esferas sociais – discutindo o problema de que esse pertencimento corresponde a vantagens e desvantagens. Esse capítulo é apresentado em três seções. A primeira seção apresentará as posições e críticas feministas em relação à dicotomia público e privado e, em especial, sobre a atuação da mulher em cada uma delas; fundamental para entender como em alguns momentos a *Veja* se apóia nessa estrutura hierárquica para falar sobre a atuação de algumas mulheres no campo político. Na segunda seção se debate o *Contrato Sexual* de Carole Pateman; nessa mesma seção se define o conceito de patriarcado aqui empregado. Tanto o contrato sexual quanto o conceito de patriarcado são úteis para entender as relações de gênero em sociedades ocidentais contemporâneas. Por fim, a terceira seção traz as ideias da teoria do pensamento maternal e as críticas feitas a essa corrente da teoria feminista; sendo importante para entender como a mídia se apropria do ideal de mãe ao representar uma feminilidade universal e ressaltar valores a partir da maternidade.

No segundo capítulo, seguindo a revisão de literatura pertinente para a dissertação, se debaterá estereótipos, discutindo como eles contribuem para a reprodução das desigualdades de gênero, impactando negativamente nas possibilidades das mulheres na política e também refletindo como a mídia participa na reprodução dos estereótipos de gênero e influencia na construção da imagem, de uma política mulher. A primeira seção desse capítulo abordará a mídia e a política como campos, na definição de Pierre Bourdieu; em seguida, fala-se dos meios de comunicação como locus de disseminação de ideologia e que tem influência potencial sobre as percepções do público receptor. A segunda seção tratará sobre estereótipos trazendo conceitos e definições, bem como fará o debate de como a mídia participa na reprodução de estereótipos de gênero. Por fim, uma revisão sobre como a revista *Veja*, que é objeto de análise nesta dissertação, aparece no debate acadêmico. Primeiro com dados e números sobre suas edições e tiragens e depois um debate teórico acerca de seus posicionamentos e estratégias discursivas de representação da realidade.

O terceiro capítulo, onde será iniciada a apresentação da análise do material empírico, visa detalhar elementos que compõem os estereótipos de gênero da

representação das mulheres pela *Veja*. Propõem-se apresentá-los por meio de três eixos analíticos: 1) corporalidade; 2) *ethos* feminino e 3) vida privada. A partir deles, pôde-se melhor trabalhar com os estereótipos de gênero, com as normatizações do ‘feminino’ e do ‘desviante’ para então analisar a representação das mulheres sob a perspectiva discursiva do semanário. A revisão da literatura dos dois primeiros capítulos embasa e dialoga diretamente com as análises feitas aqui, pois os estereótipos que são produzidos e reproduzidos no cotidiano perpassam diferentes esferas da vida e compõem as práticas e experiências dos indivíduos. Além da análise do material empírico a partir desses três eixos analíticos, esse capítulo também apresenta o *corpus* de análise e traz uma nota metodológica. Além de mostrar os padrões recorrentes e como eles se comportaram durante esse período também se discute a naturalização de hierarquias de gênero no campo político por parte da *Veja*.

A construção da imagem da mulher política feita pela *Veja* faz parte de um conjunto de representações que atravessam diversas esferas sociais, inclusive a mídia. Entende-se aqui a mídia como sendo uma parcela da sociedade e a revista *Veja* como uma parcela da mídia. Assim, o modo como a *Veja* constrói essa imagem, dando ênfase a alguns elementos desse conjunto de representações - o corpo, a feminilidade e a vida privada - colabora para reproduzir uma condição desvantajosa para as mulheres. Ademais, a revista lança mão de estereótipos de gênero que muitas vezes se apresentam no sentido de uma tentativa de ditar um padrão universalizante do feminino, sem levar em consideração sua orientação sexual, classe social, etnia, orientação política ou origem regional. Sendo assim, às vezes as mulheres são referidas por sua docilidade e feminilidade - naturalizadamente ligadas ao sexo feminino -, quando se encaixam no padrão socialmente construído de comportamento a ser seguido por elas; alhures, como duras e inapropriadas, quando se destacam de forma desviante do comportamento esperado. Além de representar as mulheres de maneira estereotipada e universalizante, os noticiários políticos trazem a público elementos da vida privada das políticas, e muitas vezes esse estilo de matéria objetiva desviar o foco sobre o que essas mulheres fazem ou representam na esfera pública.

Capítulo 1. Relações entre as esferas pública e privada

O primeiro capítulo dessa dissertação apresenta uma parte da revisão de literatura, a fim de contribuir para a análise do objeto. Julga-se pertinente mapear, compreender e discutir dois temas importantes dentro da teoria política, a saber: a dicotomia entre as esferas pública e privada; e sobre mídia e estereótipos de gênero, como contribuem para a reprodução da desigualdade de gênero e também como impactam negativamente sobre as possibilidades das mulheres participarem da política (aborda-se esse tema com mais atenção no cap. 2).

Esse capítulo é apresentado em três seções.

A primeira traz as posições e críticas da Teoria Política Feminista em relação à dicotomia entre as esferas pública e privada e em especial sobre a atuação da mulher em cada uma delas. Tal problematização verifica-se fundamental para entender como, em alguns momentos, a revista *Veja* se aporia nessa estrutura hierárquica para falar sobre a atuação de algumas mulheres no campo político. Na segunda seção se debatem alguns pontos do livro *Contrato Sexual* de Carole Pateman (1993), à luz das críticas de Nancy Fraser (2013). Nessa mesma seção se define o conceito de patriarcalismo que será empregado a partir da obra de Sylvia Walby (1990). Ambos debates são úteis para entender as relações de gênero em sociedades ocidentais contemporâneas. Por fim, a terceira seção traz as ideias da teoria do Pensamento Maternal e as críticas que se faz a essa corrente da teoria feminista. Essa discussão é importante para entender como a mídia se apropria do essencialismo e do ideal de mãe para tentar impor uma feminilidade universal e ressaltar valores e virtudes a partir da maternidade.

1.1 Dicotomia entre as esferas pública e privada

Carole Pateman (1989) afirma que a dicotomia entre as esferas pública e privada é central há praticamente dois séculos de produção e luta política feminista, em última instância, é o tema principal do movimento feminista. A Teoria Política Feminista, com suas nuances, tem o entendimento de que a esfera pública não pode ser discutida isoladamente da esfera privada, porque essas esferas não são separadas e sim sobrepostas e entrelaçadas. As relações que se estabelecem entre essas esferas têm impacto sobre a vida das pessoas e as diferenças entre as elas não são naturais, mas

foram naturalizadas e tratadas como antagônicas e não intercambiáveis. A oposição irreduzível entre as esferas pública e privada é uma construção social decorrente também de uma visão de mundo – o liberalismo.

Em relação à dualidade entre as esferas pública e privada, dentro da crítica da teoria feminista ao liberalismo, Pateman (1989, p. 119) apresenta pelo menos dois eixos de análise, um menos e outro mais acomodado ao liberalismo. O primeiro corresponde à defesa da ampliação dos direitos das mulheres, criando uma universalização efetiva que as inclua; no segundo estariam as críticas que rejeitam a dualidade entre o público e o privado da forma como é definida pelo liberalismo. No primeiro, a crítica é feita em função da igualdade formal e não real que o liberalismo oferece, não problematizando algumas premissas liberais, como por exemplo, a universalização, que seria utilizada como recurso para efetivação da igualdade real. No segundo eixo, a hierarquia de gênero que está relacionada à dicotomia do público e privado é estrutural das sociedades contemporâneas e se relaciona diretamente com o caráter patriarcal do liberalismo (MIGUEL; BIROLI, 2011, p.30).

A subordinação e dependência imposta às mulheres não é uma fase ou uma incompletude do liberalismo ou das sociedades contemporâneas, é sim estruturante dele. “O argumento feminista essencial é de que a doutrina do ‘separados, mas iguais’, e o individualismo ostensivo e igualitarismo da teoria liberal, obscurece a realidade patriarcal de uma estrutura social de desigualdade e da dominação das mulheres pelos homens.” (PATEMAN, 1989, p. 120). A hierarquia entre o público e o privado está relacionada ao problema da visibilidade das esferas ou das pautas de cada esfera: do que vem a público e do que fica silenciado na domesticidade. A despolitização do privado invisibiliza as desigualdades e as diversas formas de opressões cotidianas que se dão neste ambiente, alheio à intervenção pública.

Têm-se também algumas autoras feministas liberais, como Martha Nussbaum, que não está totalmente em oposição a feministas como Pateman ou Okin. No entanto, enquanto Nussbaum defende que é possível e necessário flexibilizar essa dicotomia sem comprometer ideias basilares do liberalismo, como individualidade e autonomia, Pateman acredita que o liberalismo não sobrevive sem que essa oposição permaneça forte, pois é precisamente nesse aspecto teórico que o liberalismo revelaria seu comprometimento histórico e ideológico com o conservadorismo patriarcal (CYFER, 2010, p.138).

Atualmente, boa parte da corrente predominante da teoria política, a liberal, continua utilizando esses conceitos (público e privado) arbitrariamente, não levando em conta que, de acordo com a forma como são trabalhados, essas concepções podem ser problemáticas. A arbitrariedade faz com que sejam tratados de forma ‘neutra’ e ‘universal’. Argumentos importantes nos debates contemporâneos dependem da suposição de que questões públicas podem ser facilmente diferenciadas de questões privadas, de que há uma base sólida para separar o pessoal do político. Algumas vezes explicitamente, mas mais frequentemente de maneira implícita, perpetua-se a ideia de que essas esferas são suficientemente separadas e suficientemente diferentes, a ponto de o público ou o político poderem ser discutidos de maneira isolada em relação ao privado ou pessoal (OKIN, 2008, p. 305). Essa separação acaba por gerar hierarquia nos debates acerca dos problemas que são tratados estritamente em cada esfera, e essa hierarquização pode gerar invisibilidade de alguns temas e reforçar a subordinação das mulheres em relação aos homens.

Nesse sentido, como bem disse Susan Okin: “os homens são vistos como, sobretudo, ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política e responsáveis por elas, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução. As mulheres têm sido vistas como ‘naturalmente’ inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família” (*idem*, p. 308). Essa inadequação e/ou inadaptação da mulher à esfera pública - a política - vem sendo tratada como natural na teoria política desde os teóricos clássicos do liberalismo, que legaram as mulheres à exclusiva responsabilidade do trato com a casa e as crianças. A íntima relação entre o privado e o natural está, segundo Pateman (1993), na base da interconexão entre liberalismo e patriarcalismo, e aparece mesmo em liberais considerados feministas, como Stuart Mill. O público e o privado podem ser também denominados espaço da cultura e da natureza, respectivamente, mas qualquer que seja a nomenclatura utilizada, o espaço masculino será o primeiro, e o feminino, o segundo (CYFER, 2010, p. 139).

As feministas afirmam que o liberalismo é estruturado pelo patriarcado, bem como as relações de classe, e que a dicotomia entre o privado e o público obscurece a submissão das mulheres aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal, igualitária e individualista (PATEMAN, 1989, p. 120). Um dos principais recortes de crítica das teóricas feministas à teoria liberal é a crítica à neutralidade, à imparcialidade e à universalidade com a qual os liberais tratam alguns temas, em especial debates

acerca da dicotomia entre as esferas pública e privada nas relações pessoais, que são compartilhados por várias autoras além de Pateman, como Susan Okin, Iris Marion Young, Anne Phillips e Nancy Fraser. Iris Young (1990) critica John Rawls, teórico do liberalismo, pois afirma que ele e outros liberais constroem dois paralelos identitários em relação ao “masculino” e ao “feminino”, sendo a racionalidade e a impessoalidade características dos homens, e a afetividade, o predomínio de relações pessoais características das mulheres. Essas identidades construídas pelos liberais aportam argumentos que valorizam a impessoalidade em relação a posições objetivas de pessoas e/ou de grupos.

No entanto, esses argumentos estão escondidos atrás de um véu de pretensa neutralidade e igualdade formal de direitos, contribuindo assim para a manutenção do *status quo* e da legitimação e normalização do masculino como sendo a característica identitária padrão. Quanto mais abstrata e formalista a concepção de igualdade, mais intensa será a separação entre o público e o privado; ao passo que, quanto mais focada na igualdade material, mais essa separação terá de ser atenuada (CYFER, 2010, p.137). Algumas feministas rejeitam explicitamente concepções liberais do privado e do público e enxergam a estrutura social do liberalismo como o problema político, não como um ponto de partida a partir do qual podem ser reclamados direitos iguais (PATEMAN, 1989 p. 119).

Sobre a questão da imparcialidade liberal que impõe uma universalização de experiências e racionalidades que exclui as mulheres da atuação pública, Iris Young traz em seu livro *Justiça e políticas de diferença*, uma boa reflexão acerca do tema. Young afirma que o ideal da imparcialidade na teoria moral expressa uma lógica de identidade que procura reduzir diferenças à unidade (YOUNG, 2013, p. 306), assim gerando uma dicotomia entre universal e particular, público e privado, razão e emoção.

Muitos teóricos contemporâneos da democracia participativa mantêm o ideal de um público cívico no qual os cidadãos deixam para trás sua particularidade e suas diferenças. Como esse ideal universalista continua a ameaçar a exclusão de alguns, o sentido de “público” deve ser transformado para expor a positividade das diferenças de grupo, da paixão e do lúdico (*idem*, p. 307).

O ideal da imparcialidade cumpre funções ideológicas, mascara as formas pelas quais as perspectivas particulares de grupos dominantes reivindicam universalidade e colabora para justificar estruturas hierárquicas de decisão. A lógica da identidade vai além da tentativa de ordenar e comparar as particularidades da experiência, ela constrói

sistemas totalizantes em que as categorias unificadoras são unidas sob princípios, onde o ideal é reduzir tudo a um único princípio inicial (*idem*, p. 307). A lógica da identidade nega ou reprime a diferença, evitando as particularidades. Dessa maneira, não dá espaço para a visibilização das experiências de grupos não dominantes, como as mulheres.

Young argumenta que esse ideal imparcial reprime a diferença de três maneiras: negando as particularidades das situações, exigindo a suspensão das paixões e, por fim, reduzindo a pluralidade dos sujeitos morais a uma subjetividade (*idem*, p. 310). A primeira maneira se refere a uma forma de raciocínio esvaziado de conteúdo particular, como se toda situação fosse passível de ser “universal”, assim tratadas de um mesmo modo objetivo que responde às mesmas regras morais, tornando-se universal e, portanto, imparcial.

A segunda maneira de reprimir a diferença é eliminando a heterogeneidade na forma de sentimento, expulsando da razão o sentimento, a afetividade, pois a imparcialidade poderia alcançar sua unidade por meio da abstração da particularidade da pessoa em uma situação específica. Dessa forma, como racionalidade é um predicado considerado masculino e emoção feminino, ao se negar os sentimentos e a afetividade, está se negando levar em consideração aspectos da vida das mulheres no ambiente público.

Por fim, a terceira forma, que Young considera a mais importante, é de representar um ponto de vista que possa ser adotado por qualquer sujeito racional por conta da abstração das particularidades que o individualiza, procurando uma única subjetividade moral. Igualmente, no caso das mulheres, ao se impor, se normatizar uma feminilidade universal está reduzindo a pluralidade das experiências e perspectivas das mulheres, bem como reduzindo-as a uma subjetividade moral única.

O ideal da imparcialidade é uma ficção idealista. É impossível adotar um ponto de vista moral não situado, e se o ponto de vista é situado, então ele não pode ser universal, não pode ficar à parte nem compreender todos os pontos de vistas (YOUNG, 2013, p.314).

Autoras como Susan Okin, que concordam com a crítica à dicotomia entre razão e sentimento, geral e particular, sugerem em vez de se pensar a imparcialidade como uma visão a partir do lugar nenhum, de entendê-la como uma visão que se tem a partir de todos os lugares. Assim, levando em consideração todas as posições e perspectivas particulares existentes na sociedade para se chegar a um resultado justo, não se opõe razão e sentimento e nem exclui o caráter particular (OKIN, 1989, *apud* YOUNG, 2013,

p. 315). Young ressalta que essa tentativa de particularizar a imparcialidade mantém um ímpeto totalizante (YOUNG, 2013, p. 315).

A teoria e a prática política normativas modernas visam materializar a imparcialidade no domínio público do Estado. Dessa forma, com a razão moral imparcial, esse espaço público adquire sua generalidade pela exclusão das particularidades, do desejo, do sentimento, da afetividade. O público cívico expressa o ponto de vista universal e imparcial da razão, opondo-se ao desejo, ao sentimento e à particularidade de necessidades e interesses, expulsando-os (YOUNG, 2013, p. 319). A institucionalização cívica reordenou a vida social em uma divisão rígida entre a esfera pública e privada. A partir da constatação dessa estrutura, a crítica feminista estabeleceu conexões entre a subordinação das mulheres aos homens e a definição dos papéis de umas e outros nas diferentes esferas sociais.

Young argumenta que análises feministas atuais sobre a dicotomia entre o público e o privado na teoria política moderna sugerem que o ideal do público cívico (como concebido por Rousseau e outros contratualistas) como imparcial e universal é duvidoso. Políticos e teóricos modernos proclamaram a imparcialidade e a generalidade do público e, ao mesmo tempo, conscientemente consideraram adequado que algumas pessoas – mulheres, não brancos e, às vezes, não proprietários – devessem ser excluídos desse público (*idem*, p. 320). Se não foi apenas um erro analítico, considera-se que o ideal do público cívico como expressão geral, do ponto de vista da imparcialidade, ele, por si só é excludente. A imparcialidade e universalidade, preceitos da igualdade formal, contribuem para os obstáculos a inclusão efetiva das mulheres e, dessa forma, a atuação delas na esfera pública, tanto no mercado de trabalho quanto nos espaços de poder político.

Concluindo, o ideal da razão normativa, imparcial, opõe-se ao desejo e à afetividade. A imparcialidade não é apenas impossível, mas o compromisso com o ideal da imparcialidade tem consequências ideológicas. De acordo com a concepção de ideologia de Young, uma ideia funciona ideologicamente quando a crença nela ajuda a reproduzir relações de dominação ou de opressão, na medida em que as justifica ou obscurece possíveis relações sociais mais emancipatórias (*idem*, p. 323). A autora afirma que, em vez de imparcialidade, deve-se buscar a justeza pública, em um contexto de heterogeneidade de experiências e discurso parcial. Sendo assim, entende-se que para alcançar essa justeza pública é preciso incluir as mulheres de maneira efetiva nas

democracias contemporâneas ocidentais e para isso se necessita de igualdade material e igualdade de condições de acesso à esfera pública.

Anne Phillips (2011) argumenta que não há indivíduo neutro quanto ao gênero e, quando os liberais tentam lidar com as mulheres apenas na condição de cidadãs abstratas, estão desejando apagar não apenas diferenças de classe, mas aquelas que podem ser diferenças ainda mais intransigentes de sexo. “A democracia liberal deseja ignorar (e o republicanismo cívico deseja transcender) todas as identidades e diferenças mais locais; na realidade, as duas tradições insinuam o corpo masculino e a identidade masculina em suas definições da norma” (PHILLIPS, 2011, p. 341). Assim, essa bruma que envolve as especificidades e identidades ‘femininas’ presentes na sociedade contribui para a dominação da mulher pelo homem, e a não presença das mulheres no debate público faz com que suas experiências e perspectivas não sejam contempladas em demandas objetivas, como por exemplo, em políticas públicas de segurança. Além disso, a invisibilidade da mulher na esfera pública faz com que determinados assuntos, considerados da esfera privada, não sejam politizados e debatidos publicamente como questões relacionadas ao corpo da mulher e aos direitos reprodutivos.

O resultado dessa dicotomia é bem marcado quando se observa a participação das mulheres na política institucional e constatamos o baixo *quórum* das mulheres nos espaços de poder e deliberação, assim acentuando a desigualdade entre mulheres e homens em posições de mando. Pois a vida doméstica e a divisão sexual do trabalho doméstico são nefastas para a participação política das mulheres e acabam por entrar em contradição com o exercício da cidadania. Conforme enunciado por Phillips (2011), a questão da divisão sexual do trabalho tem que ser tratada como uma questão política e não somente social, pois o impedimento ou a grande dificuldade das mulheres em participar da política é prejudicial à democracia. Ademais, nesses espaços existem demandas e ‘traquejos’ os quais as mulheres não tem domínio, pois historicamente não lhes foi permitido acesso a esses espaços. O debate que as feministas tentam fazer é também no sentido da ampliação da representação política das mulheres, para que os temas pertinentes a elas não sejam tratados apenas por homens, mas que as perspectivas e experiências das mulheres estejam contempladas nas pautas específicas e no debate geral de políticas.

Ativistas dos movimentos de mulheres de muitos lugares do mundo apontam que legislaturas ocupadas majoritariamente por homens não podem representar devidamente as mulheres, pois os espaços de deliberação devem abrigar uma pluralidade de

perspectivas sociais diferentes (YOUNG, 2006, p. 140). No entanto, a simples entrada de mulheres nos espaços de deliberação não assegura que suas demandas sejam atendidas, porque a desigualdade de gênero é perpassada por desigualdades étnicas, de classe e religiosas, tornando essa representação mais complexa. Com efeito, as trajetórias de vida e política de cada representante vão refletir na sua atuação.

Ações afirmativas como as cotas são ferramentas importantes para o exercício da democracia, muitas vezes não exercido por alguns setores que não se sentem representados, como por exemplo, nos Estados Unidos onde uma parcela da população composta por negros e latinos não comparecem às urnas. Se as cotas no Brasil tivessem efetividade² como em outros países, por exemplo, a Argentina, ampliariam a representação institucional das mulheres, podendo também incrementar a diversidade dessa representação, pois expandindo quantitativamente a representação, tem-se a possibilidade de contemplar as perspectivas e vivências das representantes, abarcando melhor as intersecções sociais que perpassam o universo das mulheres³.

No entanto, quando se tem mulheres ocupando espaços de poder político, como no parlamento, acaba por se reproduzir a dualidade entre o público e o privado, pois as mulheres normalmente são levadas a se dedicar a temas considerados femininos – educação, políticas sociais e meio ambiente. Já os homens tratam das pautas que tem ‘maior importância’ e conseqüentemente, maior repercussão midiática, como economia e política externa. Os meios de comunicação de massa contribuem para o insulamento temático das mulheres na política, na medida em que tendem a dar mais espaço às intervenções de mulheres sobre temas julgados femininos (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 29). Muitas vezes a própria mulher opta pela utilização, como recurso estratégico, dos estereótipos e papéis convencionais de gênero e, assim, trabalhar com temáticas de menor prestígio e, conseqüentemente, não ter um lugar de destaque no campo político⁴ e

² As cotas para candidaturas de mulheres a cargos proporcionais estão em vigor no Brasil desde 1996. No entanto, somente nas eleições municipais de 2012 se obteve o mínimo de 30% das candidaturas inscritas pertencentes a mulheres, sendo precisamente 31,9%. Porém, o percentual de eleitas foi de 13,3%; e para a Câmara dos Deputados, mesmo com a regra de 30%, se tem menos de 10% de deputadas federais num universo de 513 parlamentares. Essa dificuldade em preencher o mínimo de 30% de candidatas mulheres tem origem no sistema eleitoral de lista aberta vigente no Brasil (o que difere da Argentina), além de vários entraves práticos e simbólicos advindos dos partidos políticos que vão desde a dificuldade de recrutamento até a falta de interesse político das lideranças partidárias, passando pela não punição dos partidos que não preenchem os 30% da reserva para mulheres.

³ Sobre o tema ver: ARAÚJO (2001; 2005; 2010); MIGUEL (2000; 2010).

⁴ Conceito de Pierre Bourdieu: “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas,

na mídia, evitando enfrentar a repercussão e o embate por ‘desviar’ do padrão esperado. No entanto, esse isolamento cria uma espécie de gueto feminino dentro da política masculina que acaba por reforçar os papéis tradicionais de gênero e coloca as mulheres como responsáveis exclusivas por tratar de temas de caráter social ou relacionados à esfera privada (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 123).

Aqui, relacionando-se ao tema mais amplo da representação da mulher pela mídia, nota-se que os meios de comunicação de massa contribuem para este insulamento temático, pois repercutem apenas ações das mulheres na política quando julgam ser pautas “femininas” ou atividades sob “responsabilidade das mulheres.” Quando não são, a imprensa trata a mulher que ‘desviou’ do padrão de forma preconceituosa, como com a utilização da expressão “Dama de Ferro” originalmente dada a Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido (1979-1990) e depois, aqui no Brasil, atribuído a Zélia Cardoso de Mello, que foi ministra da Fazenda do governo Collor (1990-1991) e a Dilma Russeff quando ministra do governo Lula (2003-2010), antes de ser eleita presidenta da República.

Utilizando-se de preconceitos ou lançando mão de fatos da vida privada e trazendo-os a público, a mídia frequentemente tenta deslegitimar mulheres políticas que tenham comportamento que rompa com as expectativas de uma atuação política dentro dos limites possíveis relacionado com o cuidado ao próximo ou expectativa relacionada a aspectos considerados femininos, como doçura e amabilidade. Assim, como ao contrário também acontece, como a utilização de descrições que exaltam os papéis tradicionais de gênero desempenhados pelas mulheres públicas, como por exemplo, a maternidade, com o intuito de enquadrar a sua atuação política. O desvio e a normalidade complementam-se, constituindo representações comuns da dualidade do público e do privado, em seus aspectos de gênero (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 173).

A atenção ao modo como essas esferas são representadas permite compreender aspectos relevantes da visibilidade diferenciada dos atores sociais no noticiário, sobretudo quando a atenção está voltada para as relações de gênero (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 201). A demasiada ênfase que a cobertura jornalística política dá à autoapresentação das mulheres ou à sua vida afetiva e relacionamentos é totalmente desproporcional a atenção dada à vida privada de homens públicos. Assim, deslocando

análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher” (Bourdieu, 1986, p. 164 *apud* MIGUEL, 2003).

para o campo midiático a dicotomia e a desigualdade entre as esferas pública e privada, mas sem que sua hierarquia se desorganize.

1.2 O contrato social e o contrato sexual

Foi pertinente para esta pesquisa compreender as origens da institucionalização das desigualdades de gênero e da hierarquia entre mulheres e homens nas sociedades ocidentais contemporâneas, pois a partir dessa institucionalização muitas relações opressivas e de dominação foram consideradas naturais, posto que foram naturalizadas pelos autores liberais do contrato social. Um ponto importante dentro da teoria política que contribui para essa compreensão e para o debate sobre a dicotomia entre as esferas pública e privada é entender um pouco do contrato social e as críticas feministas a ele. Em seu livro *O Contrato Sexual* (1988[1993]) Carole Pateman faz a crítica afirmando que as mulheres foram excluídas do contrato social e que nele estaria implícito um contrato sexual baseado por dominação e subordinação. Para Pateman, as teorias sobre o contrato social jamais estenderam sua doutrina de liberdade e igualdade universal às mulheres. As características atribuídas ao “ser humano universal” eram características exclusivas masculinas. Para a autora, o contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição (PATEMAN, 1993, p. 16).

Pateman faz uma análise do contrato social a partir da obra dos grandes teóricos contratualistas desde uma perspectiva de gênero, e segundo a autora, com exceção de Thomas Hobbes, os teóricos clássicos argumentam que as mulheres, naturalmente, não têm os atributos e as capacidades de “indivíduos” (PATEMAN, 1993, p. 21). Pateman tem Rousseau, um dos mais importantes teóricos do contratualismo, como interlocutor, partindo de sua premissa original de que cada um dos cidadãos devem abrir mão de suas liberdades individuais em detrimento de uma vontade geral ‘administrada’ pelo Estado. Por conseguinte, modifica-se também a relação entre o domínio do público e do privado acerca da segurança, da manutenção e responsabilização em relação à vida das pessoas. Para Rousseau, as mulheres não poderiam participar do contrato social, pois como são mães, as mulheres não têm a imparcialidade necessária para a constituição da vontade geral, somente de vontades particulares e específicas. Assim, o autor deixa as mulheres na intimidade do lar e não reconhece sua constituição no *corpus* social.

John Locke faz uma diferenciação entre poder político – na esfera pública – e o poder paternal – na esfera privada. O poder político poderia ser exercido pelo homem sobre qualquer indivíduo livre e adulto segundo o seu consentimento. O poder político, portanto, é diferente do poder paternal, natural, que é exercido sobre os filhos e as mulheres da família. A esposa deve subordinação e subserviência ao seu marido, assim como os filhos devem obedecer ao pai. Para Locke essa divisão de poder político e poder paternal tanto quanto do público e privado, está fundamentada na divisão natural dos sexos. Mais uma vez, as mulheres são relegadas ao espaço doméstico, já que, para este autor, a subordinação natural se opõe ao individualismo livre – liberdade, *status* esse que as mulheres não tinham.

Pateman defende que a sociedade civil, que resulta do contrato social, está ancorada no patriarcalismo. No entanto, o patriarcado deixou de ser exclusivamente paternal há tempos. Para a autora, a sociedade civil moderna não está estruturada no parentesco e no poder dos pais, as mulheres estão subordinadas aos homens enquanto homens (PATEMAN, 1993, p. 18). É a subordinação da mulher que garante as condições para a fruição da liberdade no espaço público pelo homem. A “liberdade civil depende do direito patriarcal” (*idem*, p. 19). Em Locke, afirma Pateman, o fundamento patriarcal da divisão entre o direito político e o patriarcal aparece claramente. Ela aponta alguns críticos do contrato social, mas seus argumentos não a satisfazem porque criticam a questão da propriedade material e, no entanto, o ponto em que ela quer chegar é a questão da propriedade que os indivíduos detêm em suas pessoas e seus corpos.

Nancy Fraser critica Pateman por fazer a leitura de que ele não é “suficientemente estrutural para explicar a mecânica social da dominação masculina na sociedade capitalista moderna” (FRASER, 2013, p. 262), pois a relação diádica senhor/serva de dominação e subordinação que Pateman traz está aquém das relações que se têm na contemporaneidade. Em sua crítica, Fraser identifica três formas diferentes em que Pateman trata a ideia de contrato sexual, em que esse modelo senhor/serva está pressuposto. Primeiro “o contrato sexual é um pressuposto tácito da teoria clássica do contrato social” (*idem*, p. 251) onde os teóricos do contrato ao teorizar sobre o direito político, pressupuseram os direitos conjugais do marido sobre a esposa, assim implicitamente escrevendo um “contrato sexual” que “autorizava o direito de todo homem individual a comandar uma mulher individual no trabalho e, especialmente, no sexo.” (*idem*, p. 252). A segunda forma está nos contratos da vida real na sociedade

contemporânea, como o contrato de casamento, o de trabalho e o de prostituição, que Pateman debate. A terceira forma dessa relação que Fraser identifica é o contrato sexual servindo como um esquema interpretativo da cultura patriarcal, que estabelece o sentido patriarcal da diferença sexual, concebendo a noção contemporânea de masculinidade e feminilidade, um a partir da dominação e o outro a partir da sujeição.

Após identificar essas três formas onde Pateman trabalha essa relação díade de dominação e subordinação, de senhor/serva, Fraser se propõe a analisar os três tipos de contrato – o de casamento, trabalho e prostituição – e demonstra que Pateman está um pouco equivocada em suas afirmações, sempre pressupondo a dominação masculina e a subordinação feminina, necessariamente.

No que concerne o contrato de casamento, Fraser concorda com os argumentos de Pateman, pois trata-se de um contrato que estabelece uma relação de status hierárquico, de longo prazo, onde os termos são pré-determinados, inalterados e cujos papéis são atribuídos de acordo com o sexo (*idem*, p. 254). As duas autoras debatem a questão da vulnerabilidade social que a mulher sofre dentro do casamento, tanto por limitações estruturais (materiais), quanto por violências que são silenciadas pela domesticidade da relação, como o estupro marital. No entanto, Fraser considera enganoso vislumbrar, contemporaneamente, o poder do marido sobre a esposa nos termos de senhor/serva em todas as relações. Mesmo discordando, as duas autoras debatem as opressões e restrições sofridas pelas mulheres no ambiente privado e que podem dificultar a atuação da mulher na esfera pública.

Em relação ao contrato de trabalho exposto por Pateman, Fraser também não concorda que há uma relação senhor/serva, pois existe mercantilização direta. O que é vendido é a força de trabalho da trabalhadora, e esta não pode ser separada de seu corpo. No entanto, esse tipo de contrato dá à trabalhadora certa autonomia (material). Existe subordinação da trabalhadora em relação ao patrão ou chefe em algum grau, porém não se caracteriza uma relação díade senhor/serva. Pateman não leva em consideração os benefícios que a mulher que trabalha por uma remuneração possa ter, pois dentro do ambiente de trabalho ela é controlada pelo seu chefe, no entanto, fora do trabalho, ela tem alguma liberdade para desfrutar o que o salário possa prover.

O contrato de prostituição, que Pateman considera uma manifestação comercial do contrato sexual na vida real, é analisada pela autora a somente a relação

prostituta/cliente, não problematizando a relação de prostituta/cafetão⁵ comumente existente na prostituição. Como no contrato de trabalho, na prostituição também existe mercantilização direta, entretanto, longe de ser uma simples troca em um mercado livre, a prostituição institucionaliza o direito sexual masculino (FRASER, 2013, p. 260).

O contrato de prostituição estabelece uma relação senhor/serva em que um homem comanda o corpo de uma mulher e, portanto, desempenha os sentidos patriarcais da masculinidade como domínio sexual de um senhor e da feminilidade como sujeição sexual de uma serva (FRASER, 2013, p. 260).

Para Fraser, o uso da relação senhor/serva por Pateman, nesse caso, é social e simbólico. Fraser não vê a prostituição como uma relação social que estabeleça a díade senhor/serva - essa relação ficaria mais clara na cafetinagem - mas como um modelo simbólico dessa relação. Além do mais, Pateman não considerou a prostituição masculina homossexual que acarreta não só a desigualdade de gênero, mas também as desigualdades social, etária e étnico-racial. Tanto o contrato de trabalho, quanto o de prostituição são normatizações da atuação da mulher na esfera pública. No entanto, mesmo não visualizando essa relação díade de senhor/serva proposta por Pateman, esses dois contratos normatizam uma atuação desvantajosa, para não dizer degradante, da mulher na esfera pública.

Consensua-se aqui com Fraser, no sentido de entender que a relação senhor/serva proposta por Pateman se adéqua melhor como um modelo interpretativo cultural, do que para enxergar todas as relações entre homens e mulheres, necessariamente, como de dominação e subordinação. Essa relação díade poderia servir como uma grade interpretativa para elucidar dimensões culturais contemporâneas de dominação masculina e subordinação feminina (*idem*, p. 259). Pois essa relação senhor/serva não serve para explicar as desigualdades de gênero na contemporaneidade, na sociedade capitalista tardia. Além do mais, Pateman não levou em consideração padrões de relações não heteronormativas e culturas não ocidentais ou não ocidentalizadas em seu livro.

⁵ Figura masculina que gerencia o trabalho das prostitutas e oferece proteção em troca de dinheiro ou percentual da renda proveniente da prostituição, assim se estabelecendo uma relação de trabalho em que está evidente a condição de opressão e sujeição feminina.

Suas análises dessas práticas, portanto podem ser lidas em dois níveis: o nível social das relações de poder e o nível simbólico dos sentidos culturais. Uma análise que não consiga convencer como explicação das relações de poder pode ser mais bem-sucedida como explicação do sentido cultural (FRASER, 2013, p. 259).

Como Fraser colocou, essa relação díade senhor/serva posto por Pateman não deve ser absolutizada e nem deve ser considerada imune a resistência e mudança. Para Fraser “a desigualdade de gênero está hoje sendo transformada por uma passagem de relações diádicas de domínio e sujeição a mecanismos estruturais mais impessoais que são vividos mediante formas culturais mais fluídas” (FRASER, 2013, p. 262) e a própria autora aponta que uma consequência dessa transformação é a (re) produção da subordinação das mulheres mesmo quando elas agem como indivíduos que não estão sob o comando direto de homens individuais. À vista disso, a reprodução das relações hierárquicas entre as mulheres e homens construída pela mídia e a consequente relação de pertencimento de cada gênero a esferas distintas da sociedade mostra essa relação de subordinação das mulheres mesmo não sendo diretamente a um homem individual. Fraser conclui o texto argumentando que os sentidos contemporâneos de masculinidade e feminilidade têm algumas associações com as posições de senhor e de serva postas por Pateman, no bojo de um padrão simbólico da cultura patriarcal. No entanto, essas associações não são exclusivas e nem imperativas: elas coexistem como variadas outras associações sobre o masculino e o feminino na contemporaneidade. Extrapolando a análise, observa-se essa relação quando o campo político leva as mulheres a atuarem em pautas consideradas ‘femininas’- como educação, assistência social e meio ambiente -, temas relacionados ao cuidado. Dessa maneira, reproduzindo a hierarquia entre os gêneros e naturalizando a responsabilidade das mulheres com questões que se relacionam a esfera privada.

1.2.1 O patriarcado

Ao debater o contrato sexual a partir do contrato social, Carole Pateman adentra o conceito de patriarcado. Para melhor aportar o entendimento acerca desse conceito, mobilizamos o pensamento de Sylvia Walby, uma teórica que afirma que o conceito de patriarcado é fundamental para qualquer análise da desigualdade de gênero. Essa pesquisa é também uma investigação sobre desigualdade de gênero, entendida como uma desigualdade social de origem estrutural, portanto julga-se pertinente melhor compreender o conceito de patriarcado, visto que é uma hierarquia valorativa e externa, associada, a priori, ao valor preponderante do gênero masculino como universal.

Segundo Sylvia Walby (1990), o patriarcado é “um sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres”. A autora vê o patriarcado e o capitalismo como sistemas que interagem de diferentes maneiras – às vezes harmoniosamente, às vezes de maneira tensa – a depender das condições históricas. O capitalismo geralmente beneficia-se do patriarcado através da divisão sexual do trabalho. No entanto, em algumas épocas, o capitalismo e o patriarcado não estiveram tão alinhados. Por exemplo, nas duas grandes guerras mundiais, quando os homens tiveram que abandonar os postos de trabalho e coube às mulheres ocuparem esses postos em grande número, de maneira que os interesses do capitalismo foram mais fortes que os do patriarcado.

Walby distingue duas formas de patriarcado: o patriarcado privado e o patriarcado público. O primeiro é a dominação das mulheres que ocorre dentro do ambiente doméstico por um homem específico (pai ou marido). As mulheres são essencialmente tolhidas de participar e intervir na vida pública. O segundo, por outro lado, é uma forma coletiva de dominação. As mulheres são aceitas em alguns domínios públicos, como a política e o mercado de trabalho, mas seguem apartadas do poder e do status. Segundo a autora, na forma privada, a estratégia do patriarcado é a exclusiva; na forma pública ela é segregacionista (WALBY, 1990, p. 51).

Observa-se que houve, ao longo dos tempos, uma mudança no patriarcado ocidental, tanto de grau quanto de forma. A diminuição da diferença salarial e os avanços na educação das mulheres acarretam uma mudança no grau do patriarcado, mas isso não significa sua derrota. Se antes a opressão à mulher se dava principalmente no ambiente doméstico, agora se encontra na sociedade como um todo. O patriarcado mudou de forma, deslocando-se do domínio privado para o domínio público. Como

assinala Walby: libertas do lar, as mulheres hoje têm ainda a exploração da sociedade inteira para enfrentar. A perspectiva da autora não desconsidera os avanços que as mulheres e a luta feminista tiveram, mas avalia que ainda se tem muito a percorrer (*idem*, p. 179-182). Atualmente as mulheres estão subordinadas em quase todos os campos do domínio público, análise semelhante feita por Fraser na conclusão de seu texto de crítica a Pateman, quando afirma que as mulheres seguem sendo subordinadas mesmo que não diretamente a um homem individual.

O conceito de patriarcado proposto por Walby provém de análise complexa e tem mais do que uma base causal. A autora propõe analisar o patriarcado a partir de seis estruturas ao invés de uma e teorizar sobre as diferentes formas em que se manifesta, como resultado de suas diferentes articulações. As seis principais estruturas (ou formas) que constituem um sistema patriarcal são: o trabalho remunerado, o trabalho doméstico não-remunerado, as relações patriarcais de sexualidade, instituições culturais patriarcais, a violência masculina e o Estado. As relações entre estas estruturas produzem diferentes formas do patriarcado. E as relações entre essas estruturas se dão tanto no ambiente privado, quanto no público e se influenciam mutuamente.

Não aprofundaremos a análise e caracterização de Walby para cada estrutura que ela identifica. No entanto, as “instituições culturais patriarcais” identificadas por ela, que incluem religião, mídia e a escola como instituições culturais que reproduzem representações das mulheres a partir de uma visão patriarcal, são abordadas para definir o conceito de patriarcado assumido nesse trabalho. Entende-se, dessa maneira, que essas estruturas contribuem para o debate acerca da dicotomia entre as esferas pública e privada, para o entendimento sobre as desigualdades de gênero da sociedade contemporânea ocidental e para a análise futuramente desenvolvida do material empírico dessa pesquisa.

1.3 Pensamento Maternal

Esta última seção aborda as ideias da teoria do pensamento maternal e as críticas que se fazem a essa corrente da teoria feminista. As críticas são de grande importância para compreensão de como a mídia se apropria do essencialismo⁶ e do ideal de mãe para tentar impor uma feminilidade universal e ressaltar valores e virtudes identificados como “femininos” a partir da maternidade. Observa-se no material empírico analisado que a revista *Veja* normatiza determinadas atitudes de mulheres que atuam no campo político a partir de padrões patriarcais naturalizados, muitas vezes embasada no argumento de naturalização de uma feminilidade universalizada, a partir de uma socialização diferenciada vivida pelas mulheres através da maternagem⁷. Além disso, a naturalização acerca da maternagem e da esfera de ‘pertencimento’ da mulher foi institucionalizada no contrato social, e a partir de então aceita como norma, já debatido nas seções anteriores deste capítulo a partir das críticas de Pateman e Fraser.

Jean Bethke Elshain (1993), Sara Ruddick (1989) e Carol Gilligan (1982), esta última no campo da Psicologia, são as principais autoras da corrente do feminismo chamada “pensamento maternal” ou “política do desvelo” (*care politics*) (MIGUEL, 2012). Elas dialogam e concordam com boa parte das críticas feitas pelas demais feministas ao pensamento liberal. Por exemplo, como a crítica à racionalidade e à impessoalidade (características atribuídas ao masculino), valores considerados centrais à esfera pública em contraposição à esfera privada, esta última o ambiente do cuidado e do afeto (atribuída ao feminino). No entanto, o entendimento liberal de que a esfera privada é o ambiente do cuidado sob responsabilidade exclusiva das mulheres, por suas características naturais, é compartilhado também pelas autoras do pensamento maternal. As autoras do pensamento maternal consideram que existe uma diferença moral entre homens e mulheres, que as mulheres teriam uma ética do cuidado.

O pensamento maternal tem o entendimento de que a socialização e experiências diferenciadas que mulheres e homens vivenciam contribui para criar essa diferença moral. Como por exemplo, a experiência da possibilidade da maternidade vivida pelas mulheres influenciaria na atuação na esfera pública, em especial na política, sendo considerada um diferencial feminino no exercício do poder. Sendo assim, essas autoras tem o entendimento de que as mulheres levariam valores diferenciados para o fazer

⁶ Essencialismo no sentido do que é essencial, de atributos considerados naturais da mulher, que constituiriam a essência da mulher.

⁷ Cuidados próprios de mãe, materno, afetuoso, dedicado, carinhoso e maternal.

político, que elas levariam compaixão e solidariedade, fazendo com que a política tivesse um caráter menos agressivo e belicoso, características inerentes aos homens, além de instituírem uma “cultura para paz”.

Carol Gilligan (1982) em seu livro *“In a Different Voice”*, através de entrevistas com mulheres e homens, crianças e adultos, concluiu que homens e mulheres usam abordagens fundamentalmente diferentes em relação às suas morais e decisões éticas. Para a autora a o entendimento masculino sobre moralidade considera que os indivíduos têm determinados direitos básicos e que uns devem respeitar os direitos dos outros. A moralidade masculina impõe restrições no que se pode fazer sobre a ação dos indivíduos. A abordagem feminina de moralidade considera que os indivíduos devem ter responsabilidades para com os outros. A moralidade é um imperativo em relação ao cuidado. Gilligan resume essa dualidade afirmando que a moralidade dos homens tem uma “orientação de justiça” (*“justice orientation”*), e a moralidade das mulheres tem uma “orientação da responsabilidade” (*“responsibility orientation”*).

Durante a pesquisa, a autora apresenta às(aos) entrevistadas(os) várias situações onde devam tomar decisões e pede para se posicionarem. As situações são de cunho moral, como fazer um aborto ou seguir com a gravidez, roubar um remédio para uma pessoa doente ou deixá-la morrer, uma briga/disputa entre as crianças numa brincadeira, dentre outras. As respostas dadas por mulheres e homens, meninas e meninos e, a lógica argumentativa da justificativa dada por eles, levou Carol Gilligan a essas conclusões, de que a mulher tem uma moral específica, uma ética feminina, diferente da ética masculina. Consequentemente, as mulheres seriam possuidoras de um menor senso de justiça que os homens, sendo essa ética feminina de origem maternal, voltada a responsabilidades e cuidado com o outro.

Gilligan e outras intelectuais da maternagem afirmam que as mulheres, por terem maior preocupação e cuidado com os outros, levariam contribuições diferenciadas à esfera política. Por exemplo, defendendo os mais necessitados e modificando a atmosfera agressiva dos espaços de mando, predominantemente masculinos. Além disso, essa corrente leva a crer que a paridade entre mulheres e homens nos foros decisórios acarretaria naturalmente uma mudança nos padrões de comportamento da política (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 80), pois quanto maior o número de mulheres, maior seria o abrandamento e a moralização na política. No entanto, é preciso observar esses argumentos de forma cuidadosa e temerária, pois essa posição reforça os papéis

tradicionais de gênero os quais as mulheres foram colocadas há séculos e que seguem até hoje.

Já Jean Bethke Elshtain (1981), na segunda parte do seu livro “*Public man, private woman*”, tenta descrever um discurso feminista reflexivo alternativo, baseado em um “ideal de reconstrução de público e privado” (ELSHTAIN, 1981, p. 301, tradução livre). Para tanto, ela perpassa as principais correntes da teoria política feminista mostrando suas nuances e fazendo críticas a algumas abordagens acerca da dicotomia entre as esferas pública e privada: feminismo radical, feminismo liberal, feminismo Marxista e uma perspectiva feminista psicanalítica.

A autora faz críticas às deficiências de determinadas correntes feministas acerca das origens das desigualdades de gênero. Por exemplo, ela critica as feministas liberais, argumentando que essa corrente focou-se muito nas “armadilhas ao invés da substância do poder político”, o que, portanto, acabou deixando-as “ligadas à ideologia dominante” (*idem*, p. 237). A autora critica também as sufragistas, por seu entendimento de que as mulheres, ao entrarem na vida pública, seriam forçadas a mudar seus hábitos e atitudes, mas continuariam sendo ingênuas. Conseqüentemente, para as sufragistas, as mulheres teriam uma moral natural, uma moral de “espírito elevado” ou de “altivez” que seria uma força alternativa para renovar a vida pública. A autora critica também a lógica estruturalista de Juliet Mitchell, pois segundo Elshtain, não existem nem pessoas e nem política dentro do estruturalismo marxista de Mitchell (*idem*, p. 279). Haveria apenas uma interdependência rígida entre estruturas e funções de homens e mulheres como atores sociais que não possuem consciência auto reflexiva sobre os seus papéis e as crenças que os sustentam.

Esperava-se que a reconstrução proposta por Elshtain fosse evitar essas armadilhas. Entretanto sua “reconstrução” equivale a pouco mais do que uma exaltação à família com uma definição altamente emocional, exigindo a presença contínua de outros entes (familiares) específicos, como sendo a base para a redenção da vida cotidiana (*idem*, pp. 328-329). Elshtain defende uma “visão da esfera privada, familiar, como tendo a sua própria dignidade e propósito” (*idem*, p. 334); ela apela às mulheres “para afirmar a proteção da fragilidade e vulnerabilidade a existência humana como a base de um modo de discurso político” e sua afirmação de que este “seria um sinal de uma força de grande potencial de reconstrução” (*idem*, p. 336). Porém, essa argumentação parece uma reminiscência sentimentalizada das sufragistas a quem ela

mesma criticou. Para essa reconstrução a autora fala também em uma “política de compaixão”, baseada no “evangelho social cristão” (*idem*, p. 345).

Todavia, essas ideias continuam sendo demasiado vagas como base material sobre a qual se pretende construir uma “política ética”. Elshtain traz a visão de que um movimento político de reconstrução deve começar por aceitar preocupações imediatas das pessoas, no entanto expõe a fraqueza central de sua apresentação, quando recorre a uma identidade estadunidense. Pois, apesar do fato de que “os americanos continuam comprometidos com a vida familiar” (*idem*, p. 332), e de que há “uma identidade especificamente americana” (*idem*, p. 345), um apelo a estas tradições não levará automaticamente a um senso compartilhado de “visão para transformar a comunidade política” (*idem*, p. 348). A apropriação crítica dessas imagens exige mais do que a certeza religiosa de Elshtain de que esses americanos que prezam pela família estão em consonância com fins igualitários ou feministas. Essa formulação é carente de análise de base material que permita o entendimento da reestruturação da família e do mundo político em linhas mais igualitárias, como proposto pela autora. Conseqüentemente, a noção de reconstrução do público permanece como idealista, assim como sua imagem do privado, sem nenhum embasamento na realidade concreta. No fim das contas, sua promessa “para articular um ideal particular de vida familiar que não repita os termos anteriores de opressão feminina e exploração” (*idem*, 1981, p. 323) ainda continua por se cumprir.

Algumas autoras feministas, como Elisabeth Badinter (2005) fazem a crítica ao pensamento maternal, por este cair no essencialismo, argumentando que a valorização das experiências com a maternidade (ou *mothering*⁸) e o ideal da ética do cuidado estariam na base da naturalização da submissão das mulheres. Segundo esta autora, a valorização da infância, a questão da criação e cuidado com crianças é uma construção social recente nas sociedades ocidentais. Foi a partir do século XIX que o amor materno tomou as formas do que ele é atualmente, e a partir daí o valor do cuidado maternal toma nova dimensão em detrimento da liberdade da mulher. O problema da maternidade se relaciona com a divisão sexual do trabalho doméstico em que “deduzindo-se o feminino da capacidade materna, define-se a mulher pelo que ela é e não pelo que escolhe ser. E não há definição simétrica do homem, sempre apreendido pelo que faz e não pelo que é” (BADINTER, 2005).

⁸ A atividade materna, ou traduzindo como maternagem, segundo Sara Ruddick (1989).

As autoras do pensamento maternal sustentam esse argumento como um projeto político, pois, com a ética do cuidado, as mulheres conseguiriam lançar luz a pautas menos prestigiadas no campo político, como políticas sociais, meio ambiente e educação. Dessa forma, transpor-se-ia para a esfera pública a mesma lógica da divisão sexual do trabalho, em que os homens normalmente ficam com tarefas de maior reconhecimento social, pois a inserção das mulheres nos espaços políticos, respeitando a proposta das autoras maternalistas, colocam as mulheres desempenhando papéis socialmente construídos que se revestem de naturalidade, como destinos biológicos inexoráveis que são, na verdade, construções sociais. É preciso ter cautela no uso desse argumento, pois como afirmou Susan Okin, esse tipo de discurso tende a ser apropriado por forças reacionárias, como a hierarquia católica, com intuito de aprisionar as mulheres na esfera doméstica (OKIN, 1989, p. 15, *apud* MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 80). De modo diferente, tem-se na história mulheres que fizeram e fazem política de forma considerada ‘masculina’ e ‘desviante’, e que tiveram carreiras bem sucedidas e foram muito influentes, como Margaret Thatcher e, atualmente, Dilma Russeff, presidenta do Brasil, eleita em 2010.

Cabem aqui dois pontos de reflexão, pois a questão do discurso de uma “política maternal” se imbrica com os estereótipos: primeiro se de fato as mulheres optam, deliberadamente, por atuar de determinada maneira e se dedicar a temas voltados ao cuidado, ou se elas são levadas a atuar assim por causa do caráter patriarcal e hierárquico da estrutura do campo político. Segundo, como a mídia se apropria desse discurso essencialista de que as mulheres tem uma ética diferenciada, voltada ao cuidado com os outros, para naturalizar hierarquias de gênero e sustentar uma forma de dominação e subordinação das mulheres pelos homens.

Capítulo 2. Mídia, gênero e estereótipos.

Este capítulo fará o debate teórico acerca de mídia e estereótipos, dialogando com a temática dessa pesquisa; e tentando entender como a mídia influencia na construção da imagem da mulher que atua no campo político.

Primeiramente abordará a mídia e a política como campos, na definição de Pierre Bourdieu, que se influenciam mutuamente sem perder a autonomia. Em seguida, fala-se dos meios de comunicação como um *locus* de disseminação de ideologia e que tem influência potencial sobre as percepções do público receptor das mensagens enviadas por esses meios. Num terceiro momento, o capítulo tratará sobre estereótipos trazendo conceitos e definições, debatendo como a mídia participa na reprodução de estereótipos de gênero. Por fim, um debate sobre a revista *Veja*, que é objeto de análise nessa dissertação, primeiro com dados e números sobre suas edições e tiragens e depois um debate teórico acerca de seus posicionamentos e estratégias discursivas de representação da realidade.

2.1 Relação entre mídia, política e ideologia

A maneira mais fácil de pensar a mídia é entendê-la enquanto um conjunto de diferentes organizações. Têm-se diversas empresas, especializadas em diferentes formas de produção, cada qual com suas próprias tecnologias, e voltadas para diferentes audiências; uma multiplicidade de organizações culminando em uma diversidade de conteúdo. Estas organizações teriam suas rotinas que, dependendo de suas audiências e tecnologias, se moldariam em diferentes formas de agir, do que produzir e de como produzir (MOTA, 2013, p. 34). No entanto, esta poderia ser a forma mais fácil de entender a mídia, mas não a mais completa (ou complexa). Mesmo tendo diferenças específicas, a mídia como um todo é estruturada de forma similar em sua organização interna, na sua interação com suas fontes, na forma que atua e no conteúdo que produz. Ao trabalhar com as rotinas presentes na produção da notícia, Timothy Cook conclui que a mídia pode ser entendida enquanto uma instituição social (COOK, 2005, p. 64, *apud* MOTA, 2013).

De acordo com Cook, as práticas envolvidas nesta produção são cristalizadas ao longo do tempo, e envolvem processos que são mais coletivos que individuais, como a relação entre o jornalista e o seu superior, e essa é orientada por uma lógica maior que está presente nas rotinas, dessa maneira se caracterizando como uma instituição. Ainda

assim, encarar a mídia apenas como uma instituição social única não dá um entendimento amplo sobre seu caráter político; dessa maneira, o entendimento da mídia enquanto instituição política não passa apenas pela análise de suas práticas internas, mas está na relação entre estas e a posição que os jornalistas ocupam em seu acesso ao campo político. (MOTA, 2013, p. 36).

Para tanto, é preciso pensar a mídia de forma mais ampla e completa, pode-se pensá-la enquanto campo, que, no sentido trazido por Pierre Bourdieu, seria “um sistema de relações sociais que estabelece como legítimo certos objetivos, que assim se impõem ‘naturalmente’ aos agentes que dele participam. Esses agentes, por sua vez, interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras, também de maneira ‘natural’, em suas práticas (o que Bourdieu chama de *habitus*)” (MIGUEL, 2003, p. 119). Como a política também é considerada um campo, então ambos os campos influenciam um ao outro, além de haver lutas e disputas internas e particulares a cada um deles. Entender como essas lutas ocorrem traz à tona a percepção da função ideológica que o campo desempenha. A função ideológica é exposta quando determinadas formas de percepção da realidade “ganham” essa luta e, portanto, ganham a legitimidade de se imporem a todos os agentes do campo (BOURDIEU, 1989, p. 11-12). Isso faz com que as outras formas de representação e percepção da realidade sejam negligenciadas, e os agentes que as defendiam passam a assumir posições periféricas no campo, o que se traduz em diferentes formas de dominação.

Tanto no campo midiático quanto no campo político, as mulheres enquanto grupo social, agentes dentro de um campo, “perderam” a luta interna. Assim foram levadas a assumir posições periféricas, não protagonizando em espaços de destaque. Em outras palavras, os vários entraves estruturais e simbólicos existentes no campo, dificultam o acesso das mulheres à política, criando obstáculos à ocupação de espaços de maior destaque e poder, logo, incentivando-as a ocupação de posições periféricas. Conseqüentemente, nem ocupando importantes cargos em espaços de poder, tão pouco tendo uma visibilidade midiática quantitativamente qualitativa. Dessa maneira, com os agentes “perdedores” sendo colocados à margem, na periferia do campo, naturaliza-se o discurso dominante, pois não se têm espaço para reverberar o discurso do outro, assim o tornando único, oficial, pois é praticamente exclusivo nas regras, práticas e crenças do campo. O *habitus* é esta presença das formas dominantes de percepção da realidade, nos corpos dos agentes; é a incorporação do campo, a personificação do mesmo (MOTA, 2013, p. 27).

O conceito de campo trazido por Bourdieu é útil para a compreensão da relação entre mídia e política pelo fato dele atribuir uma existência específica aos dois termos. Isto é, a mídia e a política são campos específicos e distintos, cada um teria suas próprias regras, suas lutas internas, uma lógica própria e formas específicas de significação da realidade. Dessa maneira, no entendimento de Bourdieu o campo é “um universo obedecendo a suas próprias leis” (BOURDIEU, 2000, *apud* MIGUEL, 2003, p. 119), nota-se que cada um busca um fechamento em si mesmo, sua autonomia em relação aos outros campos. No entanto, esta busca por autonomia não significa um isolamento do campo, pois também é necessário notar que “a influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistências; na verdade trata-se de um processo de mão dupla” (MIGUEL, 2003, p. 119). Lembrando que esses dois campos sofrem de maneira constante pressão (influência) do campo econômico, principalmente a mídia, no entanto esse debate extrapola os objetivos desta dissertação.

Ambos os campos desempenham suas funções ideológicas que consiste na concorrência que ocorre internamente ao campo por um melhor posicionamento, entendido aqui como a concorrência pela definição do mundo social desse campo. Em outras palavras, essas funções ideológicas organizam os lugares ocupados pelos agentes dentro do campo, alocando-os em uma ordem hierárquica. Quem está no topo dessa hierarquia dita as regras de cada campo que podem ser internalizadas pelos agentes e cristalizadas de tal forma, produzindo um discurso dominante; dessa maneira, não há espaço para discursos dissonantes daqueles que estão na ponta de baixo dessa hierarquia. Sendo assim, segundo Bourdieu (1989, p.10), as ideologias, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem a interesses particulares, que tendem a se apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo.

Como o tema da pesquisa dessa dissertação é observar e entender como a revista *Veja* constrói a imagem das mulheres que atuam no campo político põem-se em diálogo Bourdieu e Thompson. Lança-se mão das orientações de John B. Thompson acerca dos modos de operação da ideologia para entender como os meios de comunicação disseminam o discurso dos grupos dominantes ou o discurso hegemônico. Discurso esse que acaba sendo assimilado pelos receptores das mensagens midiáticas, que estão à margem do campo, e naturalizado por eles. Dessa maneira, o discurso hegemônico se transforma em uma forma de dominação. Por certo, que essa relação de internalização e naturalização do discurso dos grupos dominantes não se dá instantaneamente e nem sem certa resistência ou criticidade por parte dos receptores.

John B. Thompson, em sua obra *Ideologia e Cultura Moderna*, considera os meios de comunicação um locus privilegiado de disseminação de ideologia, enquanto produtores de formas simbólicas, a audiências dispersas no tempo e no espaço. O autor fala que as formas simbólicas de dominação têm sua existência demarcada por contextos e processos socialmente estruturados, a localização social das pessoas e as qualificações associadas a essas posições, em um campo social ou em uma instituição, fornecem a esses indivíduos diferentes graus de “poder”, entendido neste nível como uma capacidade conferida a eles socialmente ou institucionalmente, que dá poder a alguns indivíduos para tomar decisões, conseguir seus objetivos e realizar seus interesses (THOMPSON, 1995, p. 79).

Thompson entende que nos estudos sobre ideologia vários tipos de dominação devem ser contemplados, como por exemplo, as desigualdades de gênero, de etnia, de estado-nação e de classe social. O autor explica que podemos falar de “dominação” quando relações estabelecidas de poder são “sistematicamente assimétricas”, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma forma permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito (THOMPSON, 1995, p. 80). Neste caso, o foco seria na questão da ideologia disseminada pela mídia para a reprodução e manutenção das desigualdades de gênero, que, como conceitua o autor, é uma forma de dominação, pois é uma relação sistematicamente assimétrica. Assimetria essa observada nas publicações da *Veja*, pois as reportagens sobre mulheres na política são quantitativamente inferiores que as reportagens sobre homens na política, visto que a maioria dos textos noticiosos sobre política têm homens como personagens. No entanto, se problematiza aqui não a questão quantitativa dessa cobertura jornalística, mas sim qualitativa. Além do mais, essa presença menor e diferenciada das mulheres é parte da construção da política, na mídia, como espaço “naturalmente” masculino. Thompson defende que a análise da ideologia deve buscar entender a intrínseca relação entre formas simbólicas e relações de poder. Isto é, como o sentido pode, em determinadas circunstâncias sócio-históricas, estabelecer e sustentar relações de dominação, entendendo formas simbólicas como um conjunto variado de falas, ações, textos verbais, imagéticos ou multimodais.

Sobre as formas simbólicas que podem estabelecer e sustentar relações de poder e conseqüentemente de dominação, Thompson identifica modos de operação da ideologia, formas estratégicas de “construção simbólica” pelas quais a ideologia opera,

como: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação (THOMPSON, 1995, p. 80). Esses cinco modos gerais de operação da ideologia ainda têm treze desdobramentos de estratégias típicas de construção simbólica e o autor destaca que esses modos devem ser entendidos como *orientações* para contribuir em análises de material empírico em pesquisas e que também é importante observar o contexto sócio-histórico por meio do qual as formas simbólicas são (re) produzidas e recebidas. Nas matérias da revista *Veja* analisadas para a pesquisa dessa dissertação se observa, em maior ou menor grau, todos esses modos de operação da ideologia, indicados por Thompson, como estratégias de construção simbólica. No entanto, se tratará mais aprofundadamente o modo de legitimação a partir da racionalização e de reificação a partir da naturalização. O autor enfatiza que esses cinco não são os únicos modos de como a ideologia opera e que esses modos nem sempre operam sozinhos, e sim que eles podem se sobrepor; e que nenhuma dessas estratégias é intrinsecamente ideológica, ela só a será dependendo da maneira como a forma simbólica se apropriará dela.

Os cinco modos de operação da ideologia que Thompson identifica e suas formas estratégicas de “construção simbólica” pelas quais a ideologia opera são: *legitimação* (racionalização, universalização e narrativização); *dissimulação* (deslocamento, eufemização e tropo); *unificação* (padronização e simbolização da unidade), *fragmentação* (diferenciação e expurgo do outro) e *reificação* (naturalização, eternalização e nominalização/passivação).

Um dos *modus operandi* mais utilizado pela revista *Veja* como um todo, não somente para se referir às mulheres, é a legitimação que utiliza a estratégia de construção simbólica chamada de *racionalização* “através da qual o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio.” (THOMPSON, 1995, pp. 82-83). Dessa maneira, utilizando uma linha de raciocínio coerente com a defesa de seus interesses, *Veja* expõem sua visão de mundo de uma forma com que faça sentido para o seu público leitor e que eles entendam como legítima e a tenham como norma. Visto que *Veja* trata de assuntos variados e que se relacionam com o cotidiano da vida de seus leitores como comportamento, saúde, tecnologia, consumo, além de política a atualidades, todos temas apresentados de uma forma conservadora e com viés neoliberal, que condiz com a visão de mundo da revista e da editora Abril.

A questão que se levanta aqui é se a mídia, enquanto campo, utilizando estratégias de construção simbólica, aliada a outras formas simbólicas de dominação, pode funcionar como um elemento no processo de masculinização das funções públicas e do fazer político, assim reforçando ‘padrões ideais’. Padrões esses normalmente associados à figura masculina de um líder.

Associações mentais sobre líderes não cancelam associações sobre mulheres e homens. O gênero influencia as expectativas sobre os papéis profissionais já que os estereótipos de gênero são acionados automaticamente pela mente, pela mera classificação de uma pessoa em homem e mulher (MAVIN; BRYANS; CUNNINGHAM, 2010, p. 555, *apud* BIACHI, 2013, p. 29).

Ou seja, essa relação direta entre liderança e o masculino está internalizada nos indivíduos, não necessariamente de forma acrítica, mas sim vinculada aos papéis tradicionais de gênero naturalizados na sociedade. A formação de opiniões por intermédio dos meios de comunicação, portanto, se dá através de um exercício de liberdade institucionalizada que pode modificar as opiniões que se desenvolvem no decorrer do tempo (FINAMORE; CARVALHO, 2006, p. 348) visto que a mídia é o meio pelo qual boa parte da população tem contato com diferentes esferas da realidade e, em especial, com a política.

Existem trabalhos recentes feitos em países anglo-saxões sobre a cobertura midiática de eleições, focando especialmente na visibilidade, ou na sua ausência, em relação a campanhas eleitorais de mulheres, que podem contribuir aqui para o debate sobre a mídia e os estereótipos. Esses trabalhos indicam um enviesamento na cobertura desses processos, que pode prejudicar a atuação e desempenho das mulheres, pois “se a cobertura da campanha política diferencia candidatos de candidatas, isso pode influenciar na decisão dos eleitores” (KAHN, 1994, p. 154). A autora observa que nas eleições, a cobertura jornalística das campanhas de homens e mulheres é quantitativamente similar, no entanto os textos trazem estereótipos de gênero que podem influenciar as avaliações e julgamentos que os eleitores têm sobre elas, prejudicando o desempenho eleitoral das mulheres. Além de influenciar nas avaliações sobre as mulheres nas campanhas eleitorais, representar as mulheres de maneira estereotipada pode desencorajá-las a participar de disputas eleitorais. A cobertura jornalística pode afetar as aspirações políticas de mulheres. Sendo assim, as representações do jornalismo podem ser as mais significantes barreiras para a ampliação da presença das mulheres na política institucional (FALK, 2008, *apud*, BIACHI, 2013, p. 31). Ou seja, o já restrito acesso, por parte das mulheres aos cargos de poder político

é potencializado por sua baixa representação na cobertura jornalística noticiosa, na mídia como um todo. As notícias frequentemente situam as mulheres na política primeiramente como mulheres e não como políticas, ao destacar seu estado civil, sexualidade e aparência (TRIMBLE, 2007, p. 974), como já mencionado acima, as associações mentais sobre líderes, no caso políticas, não invalidam as associações de gênero. Dessa maneira, ao serem representadas primeiro como mulheres, dificulta a visualização mental destas como políticas (líderes).

2.2 Mídia e (re) produção de Estereótipos

Há comumente diferentes entendimentos acerca de estereótipos. Os mais evidentes são: um que trata os estereótipos como simplificações que permitem a previsibilidade e, outro, como representações falsas e/ou distorções da realidade. O entendimento de estereótipos como distorção da realidade pressupõe que exista uma fronteira clara entre estereotipia e realidade. Assim os esquemas simplificadores trazidos pelos estereótipos estariam em contradição com a realidade. Entender estereótipos como falseamento da realidade é o mesmo que se ter algo impossibilitando o acesso à realidade, mas que isso que a encobre pode ser retirado e ela está lá (BIROLI, 2011, p. 76), pressupondo também a existência de uma realidade objetiva e incontestável.

A literatura que apresenta os estereótipos como sendo simplificações que permitem a previsibilidade (NEWMAN, 1975, p.207, *apud* BIROLI, 2011, p. 76), argumenta que os estereótipos são ferramentas que contribuem para o entendimento de algo que é apresentado como novo a partir de aproximações com referências já conhecidas, como atalhos cognitivos. Assim, os estereótipos estão ligados às experiências dos indivíduos e fazem parte da construção e do entendimento da realidade. Os estereótipos participam da dinâmica social e não podem ser reduzidos a um fenômeno que deturpe modos de ser pré-existentes, pois eles mesmos compõem processos sociais de definição de papéis e reprodução de valores. Fundados em simplificações, os estereótipos diminuem as variações e matizes presentes nas trajetórias e comportamentos individuais, que se definem e explicitam em interações e contextos sociais específicos; além do mais, estereótipos e realidade alimentam-se um do outro

conformando papéis, comportamentos e valores socialmente produzidos (BIROLI, 2011, pp. 76 - 77).

Os estereótipos estão presentes no discurso midiático e contribuem para seu impacto, permanência e reprodução. No caso das mulheres, sua visibilidade na mídia é marcada por conta do seu sexo e reflete, normalmente, a docilidade e a feminilidade. A presença e a visibilidade se relacionam diretamente com a hierarquia entre os gêneros, a dicotomia entre o público e o privado e a divisão sexual de quem “pertence” a cada esfera, como debatido no primeiro capítulo. É conspícua também a especial atenção que a mídia concede ao estado civil, a aparência e ao vestuário das mulheres em comparação aos dos homens, em especial aos integrantes do campo político. Entende-se que essa atenção especial seja uma escolha da revista, isto é, o enquadramento da realidade dado pela *Veja*. Enquadramento é aqui definido como esquema simplificador e como atalho cognitivo permitindo aproximá-los da definição de estereótipo, pois a utilização de ambos os recursos corresponde ao reforço a determinadas formas de dar sentido a relações de causalidade e de caracterizar indivíduos e/ou grupos sociais (BIROLI, 2011, p.89).

O fato de que o corpo, a vida familiar e a vida afetiva das mulheres estejam em pauta, enquanto aspectos bem diferentes da trajetória dos homens ganham relevância, está diretamente ligado às demandas e aos critérios de julgamento diferenciados aos quais mulheres e homens são expostos (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 182). Observa-se no material empírico que em uma mesma matéria falando de um casal formado por pessoas públicas como o texto enquadra ambos de maneira diferente dando ênfase e visibilidade a fatos com origens diferentes para cada um, como profissional sobre ele e familiar sobre ela. Assim, nos meios de comunicação, os estereótipos de gênero são reforçados juntamente com a oposição entre as esferas pública e privada (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 174). A mídia reproduz estereótipos de gênero e opera na lógica da dicotomia entre as esferas pública e privada sem desorganizar a sua hierarquia.

Tem-se aqui um ponto importante de reflexão, que é a utilização deliberada, por parte de algumas mulheres, dos estereótipos como estratégia para o alcance de visibilidade. Aqui, considerando como a ação deliberada o uso racional dos estereótipos como estratégia de visibilidade midiática por parte de mulheres políticas, como por exemplo, legislar principalmente pela pauta da assistência social ou educação infantil, temas normalmente considerados como de responsabilidade das mulheres, visto que elas são consideradas mais aptas ao cuidado pela naturalização da possibilidade da

experiência com a maternagem. Essa atuação exclusiva em pautas ‘femininas’ tende a reproduzir os papéis tradicionais de gêneros e as hierarquias sociais que implicam na subordinação das mulheres pelos homens. “Os estereótipos não são associados às mulheres sempre a partir de condições externas, isto é, podem fazer parte de suas próprias estratégias para alcançar a visibilidade. Mas, principalmente, podem construir suas identidades de maneira bastante complexas” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 184). Também vale ressaltar o papel da mídia e a relação com os estereótipos, que ela não os produz, mas atua reforçando-os e/ou confrontando-os como identidades e imaginários. A primeira em relação às próprias mulheres e o segundo em relação aos receptores. No caso da adesão deliberada aos estereótipos, a mídia não estaria apenas construindo e/ou reproduzindo um discurso estereotipado, mas sim estaria contribuindo para a conquista e acúmulo de capital político⁹. Entretanto, Miguel e Biroli (2011, p. 184) apontam que estudos estadunidenses mostram que mesmo quando os estereótipos não são parte das estratégias de autoapresentação das mulheres, a cobertura jornalística menciona o fato de serem mulheres e seu estado civil com frequência muito maior do que no caso dos homens, apresentando sua identificação como mãe e mulher, em primeiro lugar.

Dentro da literatura feminista há algumas abordagens diferentes sobre a relação entre identidades femininas e padrões estereotipados de gênero¹⁰. Para citar algumas mais relevantes tem-se: a) a associação positiva entre a feminilidade e os papéis de gênero tradicionalmente dado às mulheres, defendida pelas autoras do pensamento maternal, como Carol Gilligan, centrado na maternidade e que tem o entendimento de que as mulheres tem uma “ética diferenciada” da dos homens (já debatido no primeiro capítulo) advinda justamente da experiência da maternagem; b) ou que a autonomia da mulher vem a partir da libertação sexual e do controle reprodutivo, defendido, por exemplo, por Elisabeth Badinter; e por fim, c) a internalização da dominação, teorizada por Catherine MacKinnon, no qual há a ausência de uma autonomia do próprio corpo pelas mulheres, por conta de um contexto onde a perspectiva masculina é hegemônica, assim reforçando a condição de dominada da mulher.

Um ponto problemático na utilização deliberada de estereótipos a partir de algumas identidades femininas, como estratégia de visibilidade, é o limite entre alcançar maior espaço no campo (político e midiático) e atuar no sentido de reproduzir a lógica

⁹ Conceito de Pierre Bourdieu: “Ele indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente.” (MIGUEL, 2003, p. 115)

¹⁰ MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 185.

das hierarquias de gênero que contribuem para a subordinação das mulheres. Nesse sentido, a relação entre identidades femininas e estereótipos de gênero é bastante estreita, pois majoritariamente as mulheres constroem suas identidades à imagem que elas têm de si mesmas, a partir de informações, ferramentas, imagens fornecidas pelo outro, pelo masculino, pela condição de dominadas. A construção das identidades femininas a partir de uma norma masculina tem impacto na definição das prioridades e do uso do tempo das mulheres, (WOLF, 2002 [1991], p. 15, *apud*, MIGUEL; BIROLI 2011, p. 185), aqui não está se dizendo que não há resistência ou ressignificação em relação a essa condição. No entanto, existem obstáculos sociais e simbólicos que dificultam a superação desses estereótipos.

Estereótipos e realidade se retroalimentam configurando papéis, comportamentos e valores socialmente produzidos. O impacto dos estereótipos na construção e afirmação das identidades depende que diferentes indivíduos sejam identificados, relacionados e valorados de uma mesma forma. A relação entre estereótipos e a realidade, além de ser ‘viciada’, “está ligada a exercícios de poder, com variados graus de institucionalização, que impõem ônus e desvantagens materiais e simbólicas a alguns grupos sociais” (BIROLI, 2011, p.78). Dessa forma, os estereótipos normalmente relacionados ao modo de agir ou aos corpos dos componentes de determinados grupos, servem para legitimar e naturalizar a sua dominação e opressão. Como traz Iris Marion Young, em seu texto sobre as cinco faces da opressão, todos sabem que a terra gira em torno do sol, que gays são promíscuos, que os índios são alcoólatras e que as mulheres são boas com as crianças. Por outro lado, homens brancos heterossexuais, por escaparem de marcas de grupo, podem ser indivíduos (Young, 1990, p. 59).

Young (1990) em seu texto sobre as cinco faces da opressão traz a exploração, a marginalização, a carência de poder, o imperialismo cultural e a violência como sendo os cinco principais modos de opressão na sociedade ocidental contemporânea. Para a autora, opressão é um conceito estrutural, que se refere a fenômenos estruturais que imobilizam ou diminui um determinado grupo social. Young define que grupo social é um coletivo de indivíduos que estão associados por uma questão identitária e que se diferencia de outros grupos através de práticas culturais ou modos de vida (Young, 1990, p. 77). Em sua análise Young traz estereótipos (de classe social), mesmo que indiretamente, para ilustrar essas cinco maneiras de expressão da opressão. No entanto,

é no debate acerca do *imperialismo cultural* que fica mais claro essa relação de opressão em função das identidades de grupo.

Experimental o imperialismo cultural é experimentar como as características dominantes da sociedade são invisíveis a perspectiva particular do nosso próprio grupo, ao passo que estereotipam nosso grupo e o marcam como o outro (Young, 1990, p. 103).

O imperialismo cultural implica na universalização da experiência e da cultura de um grupo dominante e a sua imposição como norma. Alguns grupos têm acesso exclusivo e privilegiado aos “meios de interpretação e comunicação de uma sociedade” (FRASER, 1987b, *apud* YOUNG, 1990, p. 103), como consequência, os produtos culturais dessa sociedade são reflexo das experiências, objetivos, êxitos e valores desses grupos dominantes. Dessa maneira, a mídia de massas como representante dos grupos dominantes cumpre esse papel de disseminar, de projetar a cultura desse grupo e torná-la como padrão. Sendo assim, para padronizar e massificar a cultura dos grupos dominantes para os outros grupos (ou para o grupo dos “outros”) acaba por se estereotipar algumas experiências. Segundo Young, visando a normatização e universalização de suas expressões culturais e de sua identidade, os grupos dominantes constroem as diferenças existentes nos demais grupos sociais como negativas e os chamam de “outros”.

Os estereótipos confinam os grupos imperializados a uma natureza que com frequência está ligada de algum modo a seus corpos, e que por tanto não pode ser facilmente negada. Esses estereótipos permeiam a sociedade de tal forma que não são questionáveis (Young, 1990, p. 104).

Os grupos que vivem sob a dominação, sob a imperialização cultural têm suas identidades construídas e situadas por uma “rede de significados dominantes” (Young, 1990, p. 104) que projetam a imagem desses grupos dominados de forma estereotipada e inferiorizada e o fazem internalizar essa imagem, se enxergarem como o “outro”, pois são culturalmente diferentes do grupo dominante detentor do poder de dar sentido as coisas. Sendo assim, esse “outro” também é considerado como *desviante* porque suas experiências e perspectivas compartilhadas são diferentes das do grupo dominante, estão fora do padrão, fora da norma, não são consideradas legítimas. Dessa maneira, tem-se a mídia como o principal veículo de disseminação e internalização dessa imagem estereotipada dos grupos não dominantes. Ou seja, como a imagem das mulheres ou da população negra, por exemplo, toda mulher sonha em se casar e ser mãe e toda a

população negra é pobre e sofre discriminação e não tem nenhuma vivência positiva em suas experiências. Os estereótipos, ao marcarem como o “outro” os grupos sociais e seus integrantes, atuam diretamente na cristalização e naturalização de práticas específicas, valores, papéis sociais e expectativas ligados a determinados grupos. Neste sentido, pode-se dizer que estereótipos são produtos morais e ideológicos, pois “atuam simbolicamente e têm efeitos concretos, interpelando os indivíduos ao mesmo tempo em que atualizam julgamentos” (BIROLI, 2011, p. 80).

No caso das mulheres, como um grupo social não dominante ou como agentes periféricos ao campo, elas têm cotidianamente sua imagem projetada pela mídia de forma inferiorizada, estereotipada e objetivada, seja em uma peça de publicidade ou no noticiário, independentemente da temática ou do assunto que está sendo tratado. Young diz que ao mesmo tempo em que esses “outros” querem ser reconhecidos como seres humanos, sujeitos capazes de ação, a cultura dominante insiste em ressaltar que esse grupo carrega a marca do diferente, do inferior, a marca do outro. Dessa maneira, solapando qualquer possibilidade de construção de uma identidade autônoma e empoderada, além de influenciar nos julgamentos e expectativas que se tem acerca desse grupo. É importante notar o aspecto relacional quando se trabalha com estereótipos: enquanto espera-se dos grupos dominados determinados comportamentos, ao mesmo tempo define-se também o comportamento dos grupos dominantes (MOTA, 2013, p. 88), dessa maneira um se define na relação com o outro. O comportamento esperado das mulheres é visto e internalizado em relação (até de oposição) ao comportamento esperado dos homens: líderes, racionais, individualistas e independentes. Lembrando que os grupos dominados normalmente só têm acesso a mídia como meros receptores, enquanto os grupos dominantes são os proprietários dos meios de comunicação, aí contribuindo para a desigualdade de disseminação cultural e representação social de cada grupo.

Young também faz o debate sobre como a mídia de entretenimento atua de forma a perpetuar a opressão a determinados grupos sociais. A autora questiona como pode uma sociedade - liberal - proclamar em suas regras formais e instituições públicas que mulheres e homens têm os mesmos direitos e capacidades enquanto a mídia produz e dissemina conteúdos que retratam o abuso e a degradação das mulheres com imagens estereotipadas e sexualmente estimulantes (YOUNG, 1990, p. 135-136). Nota-se aqui dois pontos pertinentes de reflexão relacionados à construção, pela mídia, de uma posição desvantajosa para as mulheres. O primeiro é a veiculação da imagem da mulher

de maneira degradada e relacionada a estereótipos sexualizados em vários meios, seja como produto cultural em filmes e novelas; seja como material jornalístico ou publicitário. Dessa maneira, reproduzindo uma imagem objetificada do corpo da mulher que serve a um padrão masculino, e porque não dizer patriarcal, de construção da imagem da mulher. Aqui o verbo degradar está empregado no sentido de perverter, deturpar, desfigurar a imagem da mulher ao representá-la de forma sexualmente estimulante. O segundo ponto observado também de degradação da imagem da mulher é na reprodução e disseminação de estereótipos ligados aos papéis convencionais de gênero, como a maternidade e o pertencimento a esfera privada da vida, a domesticidade. Por conseguinte, uma idealização da maternidade e nesse sentido, a utilização do verbo degradar aqui é no sentido de desclassificar, de diminuir a mulher enquanto indivíduo atuante e colocá-la exclusivamente como mãe e restrita a esfera privada.

Nas matérias da revista *Vêja* analisadas para a pesquisa dessa dissertação esses estereótipos estão presentes e em grande número. Os estereótipos observados vão desde os que naturalizam e reforçam os papéis tradicionais de gênero, até os estereótipos que destacam e valoram a marca de desviante, perpassando pela imagem sensualizada da mulher. Os estereótipos que naturalizam os papéis tradicionais de gênero normalmente se remetem a maternidade como um valor, a docilidade e ternura feminina como características naturais e intrínsecas das mulheres. Ou reproduzindo a dicotomia entre as esferas pública e privada, legando a mulher o ambiente privado ou relações com a esfera da domesticidade. Os estereótipos que destacam a marca de desviante normalmente servem para desqualificar alguma mulher (ou sua ação) que não se enquadra no padrão esperado de comportamento, dessa maneira avaliando e criando juízos de valor. Os estereótipos que sensualizam a imagem da mulher normalmente trazem uma imagem objetificada ou corporificada, pois comentam algo sobre a auto apresentação das mulheres ou sobre alguma dieta alimentar ou cirurgia plástica feita. Destarte, degradando a imagem da mulher por tentar enquadrá-la em um padrão de beleza idealizado pelo mercado, pela mídia e cristalizado pela sociedade.

Ao longo dessa seção sobre estereótipos e da seção anterior sobre mídia e ideologia, dois pontos de questionamento foram levantados: a questão da utilização dos estereótipos como uma estratégia de visibilidade e de alcance de maior espaço no campo político; e se a mídia acaba por cumprir um papel de reprodução da

masculinização do fazer político e do atuar na esfera pública como um todo, já que ela tem um papel importante na configuração das representações do mundo social.

Sobre a utilização deliberada de estereótipos de gênero como uma estratégia para uma maior visibilidade midiática, como dedicação exclusiva, por parte de mulheres, a pauta da educação ou cuidado com as crianças para ter alguma repercussão privilegiada na imprensa, não foi observada no material analisado de forma relevante¹¹. Dessa maneira, leva-se a crer que as mulheres são levadas pelo campo político a atuarem em pautas de menor prestígio, como as de conteúdo social, e não atuam nessas pautas deliberadamente visando maior repercussão midiática, pelo menos no Brasil. “Os temas ‘femininos’ se associam negativamente a obtenção de capital político, dificultando o acesso às posições centrais do campo” (MIGUEL; FEITOSA, 2009).

Sobre a mídia reproduzir a masculinização do fazer político, tratada na primeira seção, crê-se que essa relação é verdadeira, pois a representação feminina na Câmara Legislativa brasileira, por exemplo, é de menos de 9%¹². Dessa maneira, os homens são os principais protagonistas, quantitativamente, das matérias sobre política noticiadas na imprensa, e conseqüentemente essa relação é naturalizada e cristalizada, pois as mulheres estão na periferia do campo, tanto político quanto midiático. Além do mais, a construção da esfera pública é concebida para ser ocupada pelos homens.

A desconexão entre as mulheres e a política institucionalizada é alimentada por uma premissa cultural de que a política é um domínio para comportamentos, mensagens e experiências profissionais masculinizados – criando um estereótipo masculino para os políticos (MEEKS, 2012, p. 176, *apud* BIACHI, 2013, p. 28).

Como já citada anteriormente, as representações de líderes políticos não são anuladas pelas representações de gênero, quando se pensa em um líder, a construção imagética que vem à mente é uma imagem masculina. Os estereótipos utilizados pela mídia geram preconceitos que podem prejudicar as mulheres em serem avaliadas de maneira pouco favorável, pois, de um lado, a imagem de liderança se vincula ao estereótipo masculino, e de outro, os comportamentos associados a liderança como assertividade e proatividade, são entendidos como menos usuais as mulheres do que aos

¹¹ Houve alguma referência a docilidade e honestidade em relação à Marina Silva no material analisado, mas nada muito expressivo em relação a outros estereótipos de gênero.

¹² Percentual referente à 54ª Legislatura (2011 - 2015). Esse percentual tem sido semelhante nas legislaturas anteriores, correspondendo em números absolutos, à eleição de 40 a 45 mulheres como deputadas federais.

homens. Além do mais, na conjunção entre estereótipos e baixa presença no campo político, a mulher acaba sempre sendo considerada desviante: quando assume comportamentos entendidos como masculinos, é acusada de déficit de feminilidade, e quando é ‘feminina’ realça ainda mais sua condição de desviante no campo.

2.3 A Revista *Veja*

É relevante para a dissertação conter uma breve contextualização sobre a revista *Veja* no cenário nacional, visto que ela é o veículo que traz as matérias que são o objeto de estudo desse trabalho e sua história e trajetória fazem parte da análise, bem como contribuem na compreensão da forma como a revista vem representando as mulheres na política e as mudanças que ocorreram (ou não) ao longo de sua história. Primeiramente tem-se apresentação de dados sobre a revista *Veja* e a Editora Abril com informações acerca de suas tiragens e alcance. Em um segundo momento apresenta-se uma revisão de literatura de trabalhos e pesquisas sobre a revista *Veja* que abordam desde seu posicionamento político-ideológico até as formas e estratégias utilizadas pela revista para a representação da realidade social.

2.3.1 Contextualização sobre a *Veja*

A Revista *Veja* é uma das revistas da Editora Abril, considerada uma das maiores da América Latina, que por sua vez compõem o Grupo Abril, fundado em 1950 por Victor Civita, e que atualmente também engloba a Abril.com e Abril no Celular; a MTV Brasil¹³; e a Abril Educação, que inclui as Editoras Ática e Scipione, e os Sistemas de Ensino Ser e Anglo. A Editora Abril em 2011 totalizou R\$ 772,1 milhões de receita líquida¹⁴. Inspirada na *Time*, revista estadunidense criada por Henry Luce em 1922, a primeira edição de *Veja* chegou às bancas no dia 9 de setembro de 1968, com tiragem semanal de 695.000 exemplares. No entanto, somente na década de 1990 que a revista ultrapassou o número de um milhão de exemplares (FERNANDES, 2011).

De acordo com dados colhidos pelo Instituto de Verificação de Circulação (IVC) em dezembro de 2012, e publicizados no site da Editora Abril, a *Veja* tem tiragem anual

¹³ O canal encerrou suas transmissões em 2013.

¹⁴ Institucional Grupo Abril: A empresa. Disponível em: <http://www.grupoabril.com.br/institucional/perfil.shtml>. Acessado em 28.03.2013.

de 1.198.581 exemplares, sendo 921.248 assinaturas, 141.954 vendidas avulsas, com uma circulação líquida de 1.063.201 exemplares. Tendo um total de leitores em torno de 10.448.135, de acordo com a Projeção Brasil de leitores¹⁵. De acordo com a EMG – Estudos Marplan, em 2012 os leitores da *Veja* eram 71% da classe A e B, sendo 53% deles mulheres e 44% tem idade entre 25 e 44 anos. Sua circulação se dá majoritariamente na região Sudeste, correspondendo a 54% da tiragem¹⁶. Atualmente seu preço de capa é de R\$10,90.

A Revista *Veja* tem como missão¹⁷, segundo Roberto Civita, editor da revista:

Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos.

Observa-se, por tanto, que a missão da *Veja* vai ao encontro da missão da Editora Abril: “A Abril está empenhada em contribuir para a difusão de informação, cultura e entretenimento para o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento da *livre iniciativa* e o fortalecimento das instituições democráticas do país¹⁸” (grifo nosso). Assim, deixando claro o posicionamento da empresa (Grupo Abril) em relação ao mercado e a política nacional, tendo a *Veja* como principal irradiador de suas posições políticas, visto que a missão da revista é “consertar e reformar o Brasil”. Dessa maneira, a revista é sua principal interventora, mesmo que não diretamente, na realidade e na política nacional ao disseminar a sua visão de mundo.

¹⁵ Circulação, disponível em:

<http://publicidade.abril.com.br/marcas/Veja/revista/informacoes-gerais>. Acessado em 28.03.2013.

¹⁶ Perfil dos leitores, disponível em:

<http://publicidade.abril.com.br/marcas/Veja/revista/informacoes-gerais>. Acessado em 28.03.2013.

¹⁷ Abril publicações, marcas, revistas, *Veja*: disponível em:

<http://publicidade.abril.com.br/marcas/Veja/revista/informacoes-gerais>. Acessado em 28.03.2013.

¹⁸ Versão completa da Missão da Editora Abril está disponível em:

<http://www.grupoabril.com.br/institucional/sobre-abril.shtml>. Acessado em 28.03.2013.

2.3.2 A *Veja* como objeto de pesquisa

Há uma vasta gama de trabalhos acadêmicos sobre a revista *Veja* em diversas áreas do conhecimento: ciências humanas, linguística, história e comunicação social. Esses trabalhos versam sobre como ela se posiciona na sociedade¹⁹, de que maneira representa movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra)²⁰ ou como ela modificou seu discurso sobre determinados temas ao longo dos seus mais de 40 anos de publicações, por exemplo seu posicionamento sobre o Movimento Estudantil²¹. Encontrou-se muitas outras observações e análises feitas sobre a *Veja*, suas matérias, suas publicidades e seu modo de representar e dar sentido a realidade, no entanto, ainda há pouco trabalhos acadêmicos sobre as relações de gênero na revista *Veja*.

Além do livro “*Caleidoscópio convexo*” (MIGUEL; BIROLI, 2011), um dos poucos trabalhos sobre mulheres e relações de gênero na revista *Veja* que se teve acesso foi uma dissertação da área de Comunicação Social, defendida na Universidade de Brasília, de autoria de Mariangela Biachi (2013) que aborda a cobertura jornalística, nas revistas *Veja* e *IstoÉ*, nas eleições presidenciais de 2010, focando na cobertura de campanha eleitoral de Dilma Rousseff e Marina Silva. Na revisão de literatura acerca da temática de mulheres na política, mídia e estereótipos de gênero a autora faz referência a uma análise das revistas estadunidenses *Time* e *Newsweek*, seminários e de grande circulação como a *Veja* e os resultados apontam que esses padrões de representação estereotipados utilizados nas reportagens dessas revistas estariam supostamente dissuadindo as mulheres a ingressar na arena política, bem como desestimulando as/os eleitores a confiarem seus votos a elas (WASBURN; WASBURN, 2011, *apud*, BIACHI, 2013, p. 39). Dessa maneira, rapidamente pode-se apreender que a maneira de representar as mulheres que atuam no campo político de forma estereotipada seria um padrão de produção jornalística seguido em vários países, e não só exclusividade do Brasil. No entanto, sem estudos de recepção, não se pode afirmar que as conclusões são as mesmas sobre o desencorajamento de participação das mulheres ou sobre o desestímulo ao eleitor em votar em mulheres.

Para melhor compreender o posicionamento político ideológico da revista *Veja* acredita-se que o trabalho de Carla Luciana Silva seja fundamental: intitulado “*VEJA: o*

¹⁹ SILVA, 2008.

²⁰ AZEVEDO, 2005; GIESEL, 2012.

²¹ COELHO; VALLE, 2008; VALLE, 2012.

indispensável partido neoliberal”²² a autora faz uma fina análise da revista e suas publicações desde 1989 a 2002 e conclui que a *Veja* (Editora Abril) tem um projeto político neoliberal para o Brasil e que a revista influencia através de suas matérias, anúncios e publicidades o modo de representar e, porque não, de construir e dar sentido a realidade, dessa maneira transmitindo sua visão de mundo. Segundo Silva,

A revista *Veja* como instrumento de dominação tem tido uma ação muito mais eficiente do que os demais partidos políticos formais. Do ponto de vista político, ela tem influenciado a história brasileira de muitas formas: impondo a aprovação de reformas na Constituição, exigindo privatizações, desestabilizando governos, mantendo ou excluindo ministros. Sempre quer aparecer como neutra, um vigilante do poder, o “quarto poder”. Ao mesmo tempo, ela tem buscado formular políticas, programas e projetos para o Brasil. O neoliberalismo, especialmente, teve na revista um precursor, ela agiu como seu ativo intelectual durante toda a década de 1990 (SILVA, 2008, p. 89).

A dominação, no entanto, não estaria completa se não atingisse diversos aspectos da vida das pessoas: o cotidiano, a família, a saúde, os desejos. Acerca dessas questões pouco se questiona, elas aparecem muitas vezes como neutras, ou puramente pessoais (privadas), no entanto, essas questões estão diretamente vinculadas ao projeto político e econômico em vigor. É necessário que o neoliberalismo faça sentido para cada um: que os indivíduos necessitem comprar, consumir, admirar, desejar as marcas e as estrelas produzidas nesse mundo de aparente riqueza que é o mundo da mídia. O que ele esconde, a todo custo, é que essa riqueza não existe sem o trabalho dos trabalhadores que explora (SILVA, 2008, p. 89). E assim, conseqüentemente convencendo, e até mesmo coagindo, os indivíduos acerca da maneira que eles devem se portar e viver, por isso, contribuindo com a existência e manutenção do neoliberalismo.

Para tanto, *Veja* se vale do jornalismo opinativo e do jornalismo espetacular, marcado por sensacionalismo e por entretenimento; assim, ocultando a complexidade da realidade e transmitindo a sua visão de mundo. De acordo com vários autores dos artigos encontrados sobre a revista *Veja*, cada vez mais ela se aproxima da lógica da sociedade do espetáculo. No entanto,

É importante ressaltar que se ao longo das décadas *Veja* se distancia de seu modelo inicial de revista de informação e de temas políticos migrando para o Jornalismo espetacular, com temas voltados para o entretenimento, parece que a defesa do *status quo* [social] foi uma constante em suas matérias (VALLE 2012, p. 131).

Segundo Silva (2008), a mídia veicula uma cultura cujas as imagens, os sons e os espetáculos contribuem para tecer a vida cotidiana das pessoas, dominando o tempo

²² SILVA, 2005.

de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, fornecendo o material com que as pessoas forjam suas identidades e

(...) os produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de 'nós' e 'eles'. Ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral (SILVA, 2008, p. 92).

Na construção das identidades pessoais e das imagens idealizadas acerca do outro, e no caso do objeto de análise dessa pesquisa, a cerca da imagem que se tem de uma mulher que atua no campo político, os elementos estereotipados com os quais a mídia, e em especial a *Veja*, as representa e com os quais subjetiva os leitores cotidianamente contribuem de forma negativa para a construção de uma imagem (ideal), ou minimamente, mais próxima a realidade das mulheres políticas. Ou seja, visto que esse binarismo com o qual a revista trabalha acompanhado de um juízo de valor elitista e preconceituoso interferem na construção dessa imagem. As narrativas e as imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos em muitas regiões do mundo de hoje (KELLNER, 2001, p. 9, *apud* SILVA, 2008). Dessa maneira, ao longo de seus mais de 40 anos a *Veja* desempenhou um papel fundamental no fornecimento de recursos aos leitores para a construção da imagem da mulher política; e aqui, entende-se que esses recursos atuaram de forma negativa nessa construção.

Outro ponto de análise também encontrado nos artigos sobre a revista *Veja* é abordando quais elementos e estratégias discursivas normalmente são utilizados por ela em suas matérias e debatendo o jornalismo como um campo de sentidos. Observa-se que *Veja* utiliza muitas figuras de linguagens em suas matérias como a metáfora, a ironia, a comparação e a ambiguidade. A *Veja* “não desconhece o valor simbólico da instauração das comunidades discursivas e utiliza a figura da ironia como um dos recursos de inscrição do leitor nesse processo de reconhecimento e compartilhamento de saberes.” (BENETTI, 2007, p. 40). A ironia é uma figura de linguagem pela qual se diz ao contrário do que se pensa, com um tom de sarcasmo. A ironia tem basicamente quatro maneiras de ser expressa: pela antífrase, pelo sarcasmo, pela parêmia e pelo eufemismo; no entanto as duas primeiras são as mais comumente utilizadas pela revista. A ironia produz-se na tensão entre dois polos: o do sentido “literal” e o do sentido

figurado. Cabe aqui uma ressalva sobre a ideia de literalidade. É sabido que na Análise do Discurso francesa não existe sentido literal, o sentido não reside “na palavra”, e sim é construído na ação dos sujeitos que participam da práxis discursiva (BENETTI, 2007, p. 40). Dessa maneira, a formação do sentido depende do diálogo entre sujeitos (o que informa e o receptor) e o capital cultural, digamos assim, de cada um deles: o conjunto de informações, vivências e de construção de imaginários comuns entre os indivíduos para que essa comunicação seja bem sucedida, para que esse diálogo funcione.

Segundo Benneti, na *Veja* a ironia é normalmente utilizada como um recurso de desqualificação de algo ou alguém (de um lugar ou de uma prática). A ironia é um poderoso recurso de formação de opinião. O ironista, ao ridicularizar algo, imediatamente institui um parâmetro de normalidade, indicando o que seria aceitável ou razoável, nesse sentido, o sarcasmo é o modo de ironia mais utilizado por *Veja*, se utilizando do deboche para tornar algo anormal e desprezível (BENETTI, 2007, p. 42). A ironia é uma forma de exercer poder, “o riso do ironista é sempre calculado, intelectualizado e refletido” (MINOIS, 2003, p. 570, *apud* BENETTI, 2007) tendo, quem a usa, o poder de dizer, qualificar, desqualificar, autorizar e julgar algo ou alguém. O uso de ironia foi observado amplamente no material empírico dessa pesquisa, em diversos tipos de matérias das mais variadas seções.

Biachi (2013), em seu trabalho, utiliza metodologicamente as orientações que Thompson (1995) recomenda, os modos de operação da ideologia e as estratégias de construção simbólicas, para contribuir na análise de seu material empírico detalhando como a *Veja* utiliza essas estratégias discursivas para a disseminação ideológica e de sua percepção da realidade no momento em que cobre jornalisticamente as campanhas eleitorais de Dilma Rousseff e Marina Silva a presidência da República. Outro recurso também utilizado por *Veja*, e analisado em bibliografia sobre a revista, em suas matérias e conseqüentemente e suas apresentações da realidade são os frames: que podem ser definidos como molduras nas quais encaixamos a experiência e eles se estruturam por papéis sociais e relações entre esses papéis (AZEVEDO, 2005, p.142).

O próximo capítulo será o primeiro analítico e que começa a apresentação do material empírico. Ele será fortemente embasado na revisão de literatura desse segundo capítulo, pois se focará basicamente nos estereótipos de gênero utilizados pela revista *Veja* como estratégias de representação das mulheres que estão presentes no campo político.

Capítulo 3. Estereótipos de gênero

Este capítulo apresenta os dados da pesquisa com a análise sobre como a revista *Veja* constrói a imagem da mulher que atua no campo político em suas reportagens. Primeiramente se descreve como se operacionalizou a organização dos dados e a análise do material empírico. Em um segundo momento são apresentados os dados quantitativos sobre o universo das matérias e como elas aparecem ao longo do tempo e nas seções da revista *Veja*. Após essa introdução sobre a pesquisa e o *corpus* analítico inicia a análise de dados a partir de três categorias de análise: 1) corporalidade; 2) *ethos* feminino e 3) vida privada. Por fim, se apresenta uma reflexão sobre naturalização e cristalização de discursos que compõem a análise das reportagens do *corpus*.

3.1 Apresentação do *corpus*

Para analisar os mais de 40 anos de publicação da revista *Veja*, desde sua fundação, em setembro de 1968, até dezembro de 2010, foi feito um recorte temporal que contemplasse anos de eleições nacionais e viradas de década – ou seja, momentos em que fica mais evidente a interferência midiática nas pautas políticas nacionais. Assim sendo, foram examinadas todas as edições de 1969, 1970, 1979, 1980, 1989, 1990, 1999, 2000, 2009 e 2010, totalizando 509 revistas. No entanto, nem todas continham matérias pertinentes para a pesquisa, isto é, reportagens que abordem as mulheres na política. As reportagens analisadas são de diversos tipos de texto: matérias, notas, artigos ou entrevistas e estão distribuídas em 220 edições diferentes da revista, pois há edições em que não tem reportagens sobre o tema e em algumas edições há mais de uma versando sobre o tema, chegando a ter até cinco reportagens na mesma edição sobre mulheres na política. Dessa maneira, nota-se que de um universo de 509 edições examinadas, em apenas 220 (43,2%) se verifica reportagens sobre mulheres que atuam no campo político. Então, o *corpus* analítico se constitui, assim, de 316 reportagens, entre matérias, notas, artigos e entrevistas publicadas em 220 edições da revista.

Após uma análise prévia, que serviu como pré-teste para a definição das questões e categorias para a análise, as reportagens que compõem o *corpus* foram analisadas por meio da ficha em anexo. Nela constam informações como título, edição e data da matéria; trata-se de mulher ocupante de cargo; trata-se de aspectos de sua vida

peçoal (casamento, filhos, idade); aborda-se a aparência; menciona-se vinculação com partidos políticos ou movimentos sociais; cita-se a profissão; dentre outras informações que constem na matéria. Ao todo, foram 42 perguntas (fechadas e abertas) respondidas nessa ficha para cada uma das reportagens, elas foram criadas e preenchidas no software estatístico *Le Sphinx Lexica*, assim permitindo maior facilidade na organização dos dados e um tratamento mais adequado do material empírico.

Após a organização do material obteve-se dados quantitativos que proporcionaram um panorama geral sobre as reportagens, como o número de protagonistas, países de origem, quantidade de matérias que falam sobre a aparência das protagonistas, suas profissões, partidos políticos e movimentos sociais, por exemplo, que contribuíram para a construção das categorias de análise. Além do levantamento desses dados, para melhor se observar a ocorrência dos estereótipos, os textos e seus contextos, foi feita uma análise qualitativa e descritiva mais cuidadosa do material.

O tipo predominante de textos são matérias²³ com 184 (58,2%) e notas com 115 (36,4%), distribuídas majoritariamente em seis seções:

Tabela 1: Reportagens por seção da revista *Veja*

Seção (quando houver)	Freq.	%
Gente	55	17,4
Internacional	74	23,4
Brasil	83	26,3
Radar	20	6,3
Holofote	17	5,4
Outras ²⁴	67	21,2
Total	316	100

FONTE: Elaboração própria

A tabela 1 mostra a quantidade de reportagens por seção e observa-se que a seção “Brasil” e a seção “Internacional” foram as que tiveram o maior número de reportagens que abordam a atuação das mulheres no campo político. Para que não haja confusões durante a leitura, por vezes, se utilizará matérias como sinônimo de reportagens.

²³ Na organização do banco de dados se criou 5 categorias de textos que se observa serem mais utilizados pela revista *Veja*: nota, matéria, entrevista, coluna (fixa) e artigo/ensaio (externo). Entende-se como matéria os textos jornalístico que tenham em média no mínimo 10 linhas e já não se caracterizam mais como uma nota.

²⁴ As seções da revista *Veja* que foram classificadas em “outras” são: Entrevista (Páginas Amarelas); Panorama; Retrospectivas; Blogosfera; Carta ao Leitor; Conversa; Economia; Especial; Sociedade; Comportamento e Beleza.

Tabela 2: Distribuição das reportagens ao longo dos anos analisados

Ano/Seção	Gente	Internacional	Brasil	Radar	Holofote	Outras	Total por ano
1969-1970	1	16	20	0	0	2	39
1979-1980	2	16	2	2	0	2	24
1989-1990	17	14	12	7	0	12	62
1999-2000	8	16	10	0	10	8	52
2009-2010	27	12	39	11	7	43	139
Total por seção	55	74	83	20	17	67	316

FONTE: Elaboração própria

A tabela 2, acima, mostra a distribuição das reportagens nas seções ao longo dos biênios analisados. Observa-se que não há constância no aumento do número total, ao longo dos anos, de reportagens que tratam sobre mulheres que atuam no campo político.

Ao longo desses mais de 40 anos *Vêja* cobriu jornalisticamente fatos e questões políticas de diversos países do mundo e a tabela abaixo mostra a quantidade de reportagens publicadas de cada país nas matérias analisadas.

Tabela 3: Número de reportagens por país

Brasil	184
Estados Unidos da América	42
Inglaterra	19
Argentina	16
França	9
Índia	9
Alemanha	7
Bolívia	3
Espanha	3
Catar	2

FONTE: Elaboração própria

Dessa maneira, já que quantitativamente o número de reportagens sobre a atuação de mulheres na política no Brasil é superior, as protagonistas são em sua maioria brasileiras. Do total de 275 (87%) reportagens em que há alguma protagonista, 158 matérias versam sobre brasileiras. Das 275 reportagens com protagonista averigua-se um total de 137 mulheres diferentes. As reportagens que não tem alguma mulher como protagonista também abordam a atuação das mulheres na política, no entanto sem uma protagonista direta, sem uma mulher com algum destaque no texto como em

matérias que relatam o crescimento do número de mulheres eleitas a prefeita; mulheres atuando na resistência a Ditadura Militar, por exemplo.

Do total de reportagens em que há protagonistas, em 107 há referências aos partidos políticos aos quais essas mulheres são filiadas e atuam politicamente²⁵. No entanto, sobre a relação com movimentos sociais, há menção a respeito de algum envolvimento ou militância em apenas 6 reportagens²⁶ que têm protagonistas explícitas. Dessa maneira, há nítida demonstração do semanário em repercutir questões políticas institucionalizadas, já que dá destaque a atuação de mulheres vinculadas a partidos políticos e deixa a margem a atuação em movimentos sociais, âmbito em que tiveram, historicamente, maior atuação do que na política institucional, devido aos padrões de exclusão. Sobre a questão de formação educacional e profissional das protagonistas, em apenas 57 matérias há menção a profissão que elas exercem para além da carreira política ou da formação profissional elas tenham²⁷.

A seguir, uma tabela com as 20 protagonistas que mais apareceram no período analisado e a quantidade de reportagens sobre elas:

²⁵ Os partidos políticos que mais apareceram foram: PT (51), PV (13), Partido Conservador inglês (8), Arena (5) e Partido do Congresso indiano (5).

²⁶ O total de reportagens sobre mulheres atuando em movimentos sociais são 15, e apenas 6 reportagens apresentam protagonistas explícitas.

²⁷ As profissões que mais apareceram foram: Advogada (7), juíza (6), Economista (5), dona-de-casa (3) e apresentadora de TV (2).

Tabela 4. Protagonistas e quantidade de reportagens

Dilma Rousseff	40
Zélia Cardoso de Mello	13
Margaret Thatcher	12
Hillary Clinton *	10
Marina Silva	10
Rosane Collor *	10
Marta Suplicy	9
Michelle Obama *	9
Cristina Kirchner	8
Angela Merkel	7
Luiza Erundina	7
Roseana Sarney	7
Indira Gandhi	5
Marisa Letícia Lula da Silva *	4
Yeda Crusius	4
Carla Bruni *	3
Chantal Biya *	3
Jacqueline Kennedy*	3
Maria Aparecida Gomide *	3
Ruth Cardoso *	3

FONTE: Elaboração própria. *Primeira-dama.

A tabela acima mostra a quantidade de ocorrências das protagonistas que mais apareceram nas reportagens analisadas²⁸. Nota-se a diferença de quantidade de entradas entre as dez primeiras mais noticiadas e as seguintes mulheres (a lista completa com todas as protagonistas consta como anexo ao trabalho). Do universo de 137 protagonistas, 44 são primeiras-damas (ou companheira/esposa de políticos) e nove são

²⁸ Dos padrões observados ao longo do período analisado, o que teve a mudança mais significativa foi o padrão de linguagem. De 1969 até 1980 a *Veja* se referiu aos cargos políticos no masculino como em “Mas tudo isso teria sido pouco se Giri não tivesse, também, o apoio decisivo do Primeiro-Ministro Indira Gandhi.” (Sem autoria; “Vitória para Indira”; *Veja* de 27/08/1969, p. 30) ou em “a primeira mulher a chegar ao posto de primeiro-ministro na Grã-Bretanha e na Europa (...)” (Sem autoria; “Revolução conservadora”; *Veja* de 09/05/1979; p. 38). Somente em fins de 1980 que se começa a observar a grafia de cargos políticos no feminino. É importante perceber que nesse período, década de oitenta, quando as mulheres começaram a ingressar mais fortemente na política e a ocupar (se eleger para) cargos é o momento que a representação gráfica foi mudando, se modernizando, se adaptando às mudanças comportamentais e aos avanços e conquistas das mulheres. Assim, dessa maneira, se normatizando a grafia no feminino dos cargos que comumente as mulheres ocupam. No entanto, atualmente, em pleno século 21, em 2010 a mídia tradicional no Brasil achou um absurdo quando o PT anunciou que Dilma Rousseff seria candidata a presidenta da República, e caso fosse eleita, assim seria tratada, no feminino.

mulheres familiares de políticos que figuraram nas reportagens. Ou seja, 84 (61,4%) são mulheres políticas e 53 (38,6%) são primeiras-damas e/ou familiares de políticos.

Das 287 reportagens que tem alguma mulher como protagonista, 131 são de detentoras de cargos, sendo destas 82 matérias versando sobre mulheres detentoras de cargos eletivos. Das reportagens com protagonistas detentoras de cargos 109 são de âmbito federal, 13 estadual e 11 municipal. Ademais, 98 reportagens sobre detentoras de cargos do poder executivo²⁹, 25 legislativo e oito do poder judiciário. Como visto anteriormente, a relação das mulheres com os movimentos sociais recebe baixa atenção por parte da *Veja*, no entanto a ocorrência de alguma agenda³⁰ é considerável: observa-se 81 matérias, sendo destas, 69 relacionadas diretamente a alguma protagonista. Destas, 50 são referentes a políticas de carreira ; 15 primeiras-damas ; uma juíza e três se enquadram na categoria ‘outras’³¹. Entretanto, muitas matérias abordam agenda mais diretamente como propostas e objetivos de governo.

Constata-se que muitas reportagens da *Veja* não são assinadas, dessa forma podendo influenciar no tom dos comentários feitos sobre as protagonistas, visto que o anonimato concede certa liberdade a quem escreve. Do universo de reportagens, em apenas 131 (41,5%) constam o nome da(o) autora, totalizando 65 autoras/es diferentes, destes 42 são homens.

3.2 Corporalidade, *ethos* feminino e vida privada

Com a organização do banco de dados, obteve-se respostas às perguntas do questionário sobre aparência, vida privada e referências a ‘coisas de mulher’, a características (“positivas” e “negativas”) consideradas ‘femininas’, configurando-se assim as três categorias de análise propostas a ser utilizadas aqui: 1) corporalidade; 2) *ethos* feminino e 3) vida privada. A partir deles, pode-se melhor trabalhar com os estereótipos de gênero e com as normatizações do ‘feminino’ e do ‘desviante’ para, então, analisar a representação das mulheres sob a perspectiva discursiva do semanário. A revisão da literatura dos dois primeiros capítulos embasa e dialoga diretamente com

²⁹ 40 (40,8%) reportagens são sobre Dilma Rousseff, de um universo de 98 textos sobre mulheres detentoras de cargos no executivo.

³⁰ Na ficha preenchida para contribuir com a análise das reportagens, a questão sobre agenda era a seguinte: “Menciona relação das mulheres citadas com agenda ou “causa” específica?”.

³¹ Sendo duas membras de famílias reais e uma militante da ANL (Aliança Nacional Libertadora) no período da Ditadura Militar no Brasil.

as análises feitas aqui, pois se entende que os estereótipos são produzidos e reproduzidos no cotidiano e perpassam diferentes esferas da vida, uma vez que compõem as práticas e experiências dos indivíduos, dessa maneira atuando como atalhos cognitivos (BIROLI, 2011, p.76). As três categorias serão apresentadas e divididas entre primeiras-damas e políticas de carreira³², para melhor mostrar as diferenças na construção das imagens dessas protagonistas.

Analisando o *corpus* e tentando responder por qual motivo as matérias que noticiam ações ou fatos políticos falam também da vida pessoal das protagonistas - por vezes dando um destaque maior a aspectos dessa natureza do que a ação ou acontecimento a ser noticiado - surgiu o questionamento de por que seção como “Gente” noticia a vida pessoal das mulheres políticas. É sabido que a seção “Gente” se destina a falar de pessoas, a noticiar algo relacionado à vida pessoal (eventos e relacionamentos) de personalidades. No entanto fica o questionamento de qual o interesse acerca da vida privada de uma política. Por que se tem em sua vida o mesmo interesse que na vida de uma atriz de novela, visto que desempenham papéis diferentes na sociedade e deveriam atrair curiosidade a fatos diferentes de suas vidas? Entende-se que a seção “Gente” não se propõe a noticiar fatos políticos e sim fatos ligados a vida social de personalidades. No entanto, questões relacionadas à vida privada, a aparência de mulheres políticas e a utilização de estereótipos de gênero como um todo aparecem nas reportagens em praticamente todas as seções da revista *Veja*. A organização de determinados termos pode ser chamada de enquadramento, ou seja, o jornalista opta enquadrar um fato de uma determinada forma e não de outra, enfocando assim uma parte da realidade em detrimento de outra (LEAL, 2007 p.2). Dessa maneira, ao enquadrar a realidade de acordo com suas escolhas, ao não focar diretamente na atuação política e enfatizar aspectos de suas vidas privadas a *Veja* reproduz uma determinada imagem das mulheres que atuam no campo político. Tem-se aqui o entendimento de que mulheres que atuam na política são desviantes por si só, por atuarem em um campo naturalizadamente masculino. Averigua-se que a *Veja* ao enquadrar a cobertura dessa atuação, de modo que não destaca diretamente a atuação política delas, o que seria considerado o ‘desvio’, e sim comentando sobre sua aparência ou sobre questões da

³² Entende-se por políticas de carreira aquelas mulheres que dedicam sua vida a cargos eletivos ou indicados, como por exemplo, alguém que já foi deputada e atualmente é ministra ou secretária.

vida privada , acaba por construir uma imagem desvantajosa para atuação da mulher no campo político, pois a *Veja* produz e reproduz senso comum.

A *Veja* é um veículo de comunicação e como o tal é atraída por fatos e acontecimentos (políticos) com o objetivo de noticiá-los. No entanto, observa-se a partir do material empírico, que para fazer isso quando há uma mulher como protagonista do acontecimento a revista revela uma lente, um viés, uma ênfase. Aqui se averigua que essa ênfase é no corpo, na aparência e na vida privada das mulheres políticas. Quando a revista faz escolhas essas tem efeitos e um deles é uma visão limitada da realidade, pois o discurso não só informa, mas também retrabalha a realidade. Assim sendo, o enquadramento é o efeito da ênfase que a revista dá a determinados aspectos da realidade em detrimentos de outros. Dessa maneira, se utiliza o conceito de enquadramento com o intuito de jogar luz a um aspecto da realidade que não está sendo mostrado diretamente: a atuação política das mulheres.

Além do mais, a cobertura jornalística dada às mulheres que atuam no campo político difere da dada a homens, pois mesmo quando noticiam algo relacionado à sua vida pessoal, ele vem agregado de uma valoração, de um capital cultural e simbólico diferenciado como o gosto por arte, por literatura ou por vinhos, por exemplo. Parece haver uma relação entre representações da competência masculina na esfera pública e representações da masculinidade na vida privada que exclui, de maneira significativa, a vida familiar e afetiva (BIROLI 2010, p. 294). A cobertura jornalística acerca de mulheres na política, quantitativamente é pouca, e além de repleta de estereótipos é reducionista e simplista. Uma pesquisa sobre a presença de mulheres e homens, que atuam no campo político, em telejornais e revistas em 2006 e 2007 mostrou que “as mulheres são apenas 12,6% das personagens dos telejornais e 9,6% das personagens das revistas, confirmando sua posição de subalternidade na política institucional, que é tomada amplamente como política pelos telejornais.” (MIGUEL; BIROLI 2011, p. 156). Esse entendimento de que política é a política institucional se comprova com o número irrisório de reportagens sobre mulheres envolvidas em algum movimento social, apenas 15 de um universo de 316, como dito anteriormente.

3.2.1 Corporalidade

Das 316 reportagens analisadas, 110 (34,8%) fazem menções à autoapresentação e à aparência das protagonistas: algumas comentam a cor dos cabelos ou dos olhos das personagens, ou tratam da roupa que elas estão vestindo; outras se aprofundam em detalhes estéticos sobre seu peso, sobre a dieta alimentar ou sobre cirurgias plásticas feitas pelas protagonistas, frequentemente com avaliações valorativas e normatizantes. Nesse sentido, nota-se que tais reportagens se utilizam de estereótipos como ferramenta cognitiva para essa valoração, isto é, para sentenciar se a protagonista está ou não de acordo com o esperado, com os padrões estéticos socialmente entendidos como válidos.

Tabela 5. Menções a aparência por seção da *Veja*

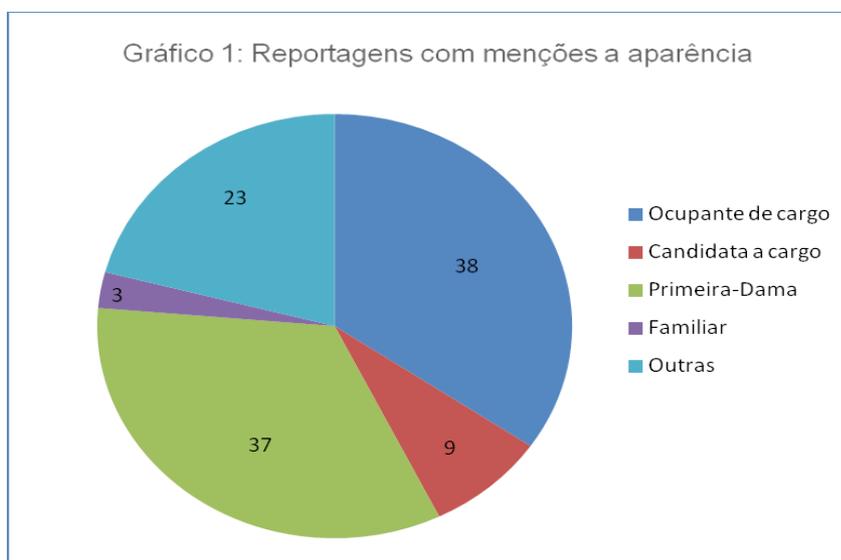
Seção / Aparência	Sim	Não	TOTAL
Gente	40	15	55
Internacional	23	51	74
Brasil	16	67	83
Radar	1	19	20
Holofote	1	16	17
Outras	29	38	67
TOTAL	110	206	316

FONTE: Elaboração própria.

A tabela 5 mostra em quais seções da revista *Veja* apareceram menções a aparência ou a autoapresentação de todas as mulheres que atuam no campo político e aparecem nas reportagens examinadas, tendo sua maior concentração na seção “Gente”. Nas seções onde se trata exclusivamente de assuntos relacionado à política, “Radar” e “Holofote”, há pouca referência sobre aparência. Entretanto, nas seções “Brasil” e “Internacional” onde também há assuntos relacionados a política, mas não só, a aparência está presente em quantidades relativamente significantes. Das 110 reportagens que fazem menções a aparência das mulheres, 47 delas versam sobre brasileiras e 63 são sobre mulheres de outras nacionalidades.

A primeira categoria de análise desse capítulo, corporalidade, é utilizada para abordar matérias que se remetem diretamente ao corpo estetizado, à aparência física ou à autoapresentação estilística das protagonistas, representando-as de forma corporificada (dando destaque ao corpo). Em outras palavras, com essa categoria podemos apontar as diversas vezes em que se destaca, por exemplo, mais o modo de se

vestir da protagonista do que a importância de sua ação ou de suas ideias – já que elas, ações e ideias, advindas tanto das trajetórias quanto da presença no espaço público, sendo o conteúdo mesmo do campo político, deveriam ser, preponderantemente, o conteúdo noticiado.



O gráfico acima ilustra, dentro do universo de 110 reportagens que fazem menções a aparência ou autoapresentação das mulheres, a quantidade de reportagens em cada categoria de mulheres que apareceram nas publicações. Políticas de carreira (ocupantes e candidatas a cargos); primeiras-damas; familiares de políticos e a categoria de outras mulheres³³.

Políticas de carreira

Das 110 reportagens em que há menções sobre a aparência e a autoapresentação das protagonistas, 38 são referentes a detentoras de cargos (eletivos ou não); nove versam sobre candidatas a algum cargo eletivo e 23 sobre outras mulheres. Ao priorizar tratar da roupa ou do corpo dessas mulheres, pode-se observar que a *Veja* optou por enquadrar a cobertura jornalística da atuação política a partir desse viés, dessa maneira desviando o foco da ação política protagonizada por elas e cuja relevância, em

³³ Mulheres que não são nem primeiras-damas e nem políticas de carreira, mas que aparecem juntamente com essas nas reportagens como jornalistas ou escritoras, ou também matérias que não tem uma protagonista explícita, mas que faz menções à aparência das mulheres que aparecem no texto, como matérias sobre atividades do movimento de mulheres.

princípio, motivou o fato de que a revista a noticiasse. Na tabela 5, acima, observa-se a distribuição de reportagens em que há menção a aparência das mulheres por seção. Na seção “Gente”, das 40 notas, 17 comentam sobre políticas de carreira; na seção “Internacional”, das 23 reportagens, 14 são sobre políticas mulheres; e na seção “Brasil”, das 16 reportagens, 14 versam sobre mulheres políticas. As matérias nas seções “Radar” e “Holofote” também versam sobre políticas de carreira³⁴.

Quando a presidenta da Islândia, em 1980, destacou-se por ser a primeira mulher eleita diretamente como chefe de Estado de um país europeu, a *Veja* publicou, em uma nota de apenas oito linhas, no final da página da seção “Internacional”: “Bonita, divorciada, fundadora de um teatro de vanguarda, Vigdis Finnbogadottir, 50 anos, pertence desde domingo, dia 29, ao pequeno clube das mulheres que chegaram ao poder.” (Sem autoria; “A presidente Vigdis”; *Veja* de 09/07/1980; p. 66). Vê-se como quatro das oito linhas são dedicadas a falar da aparência e do estado civil da presidenta, estimulando que o leitor se informe mais sobre a vida pessoal da protagonista do que sobre sua carreira política.

Outro exemplo de desvio do foco da ação política da protagonista é em uma matéria, de cinco páginas, sobre a crise econômica no Governo Sarney (15 de março de 1985 a 15 de março de 1990) na qual há um quadro apêndice falando sobre a então nova ministra do Trabalho, Dorothea Werneck (1989 a 1990). O quadro apêndice mostra claramente o enquadramento dado pela revista, pois fala de sua vida pessoal, de sua aparência e de seu guarda-roupa:

A nova ministra é também muito vaidosa. Faz ginástica com regularidade e, de vez em quando, submete-se a uma dieta. Dorothea adora se vestir bem e confessa que só não está sempre na moda porque não tem dinheiro para renovar seu guarda-roupa com mais assiduidade. Em questão de vaidade, Dorothea Werneck tem até uma teoria sobre o assunto: “Nada mais reacionário do que não cuidar da aparência”, afirma (Sem autoria; “A ministra Dorothea”; *Veja* de 18/01/1989; p. 35).

A matéria cita outros ministros, pois eles estão disputando por seus cargos e verbas para os ministérios como Prisco Viana, Paulo Brossard, dentre outros. No entanto nenhum deles tem o destaque a sua vida pessoal como o destaque dado a vida de Dorothea Werneck, talvez por ela ser considerada a novidade das nomeações desse período do governo Sarney.

³⁴ Esses quantitativos são referentes a reportagens sobre detentoras de cargos, candidatas a cargos e outras.

Nesse mesmo período do final dos anos 80 e início dos 90 tem-se também outra ministra sendo noticiada. Diferente e acima da média das outras protagonistas, Zélia Cardoso de Mello figurou na capa de cinco edições da revista *Veja* somente no ano de 1990. Das 13 matérias em que Zélia apareceu, no período analisado, em cinco houve referências a sua autoapresentação. Os enunciados sobre a autoapresentação de Zélia Cardoso são em sua maioria descritivos com comentários acerca de seu corte de cabelo, o estilo de roupas elegantes e o lugar onde as compra e o gosto por usar sempre um colar de pérolas (falsas). Sobre o seu corpo há apenas um comentário: “para manter a forma – seu exercício preferido é a natação.” (Sem autoria; “Uma czarina entra na campanha”; *Veja* de 31/05/1989; p. 51). No mais as matérias comentam que ela é considerada bonita e está mais vaidosa após ter assumido o Ministério da Economia. As referências são, em sua maioria, descritivas. No entanto, no momento em que a *Veja* diz que a ministra é elegante, discreta e que veste roupas como as da grife francesa Chanel, por exemplo, já se observa aí uma clara indicação de um estilo, um gosto, uma preferência elitizada e dessa maneira, uma aprovação do estilo de Zélia Cardoso de Mello por parte da revista.

Outra forma bastante utilizada pela *Veja* para representar as mulheres, desviando o foco de suas ações, aparece ao se analisar a divulgação dos ‘títulos’ recebidos pelas políticas. A seção “Holofote”, por exemplo, que é dedicada a destacar quatro personalidades que tiveram atuação relevante durante a semana, entretanto, prefere representar a Deputada Federal Rita Camata a partir de seu corpo e de sua aparência, apenas citando, em uma linha, que ela é uma das parlamentares mais atuantes da casa, e contrariamente à representação dos outros três políticos que também figuraram nessa mesma página, que somente fatos de suas vidas políticas foram noticiados³⁵:

“Rita permanece com o cetro de mais bela, na opinião dos homens. Aos 38 anos, ela mantém uma relação invejável de peso e altura, com 1,65 metros e 51 quilos. Há mais de dez anos é considerada a musa do Congresso pelos colegas, que fazem a eleição no começo de cada legislatura.” (Sem autoria; “O título de muda ainda é dela”; *Veja* de 24/02/1999; p. 36).

A revista *Veja*, quando lança mão desse tipo de representação, contribui para a reprodução e manutenção de estereótipos e de práticas machistas. Ao publicizar e dessa forma popularizar, a revista naturaliza a prática dos deputados em ‘eleger’ uma ‘musa’ dentre as deputadas a cada nova legislatura. Dessa maneira, também contribuindo para a

³⁵ A saber, Cristovam Buarque, Ricardo Fiúza e Eugênio Staub.

construção de um imaginário distorcido e estereotipado acerca da imagem de uma deputada. Além de desviar o foco da atuação política da referida parlamentar. Acerca da nota dos três homens que também figuravam na mesma página da seção “Hofolote”, os tons eram bem diferentes dos usados para falar de Rita Camata. Sobre Cristovam Buarque comentava que após derrota para o governo do Distrito Federal, ele voltou a lecionar no departamento de Economia da UnB; Já sobre Ricardo Fiúza a nota fala sobre sua volta ao Congresso, após quatro anos de afastamento e de ter sido envolvido na CPI do Orçamento. Por fim, sobre Eugênio Satub, dono da Gradiente, que não é político de carreira, e que no entanto por se tratar de um representante do empresariado Nacional tem a sua cota de interferência na política, comenta que ele não se agradou de uma palestra que foi assistir com o então novo ministro da Economia, Celso Lafer, de cuja nomeação foi um dos entusiastas.

Dentro do recorte temporal da análise Rita Camata apareceu em duas reportagens, sendo elas da seção “Holofote” e em 1999, no entanto, ao longo de todo período de publicação da revista *Veja* (1968 a 2014) Rita Camata aparece em 36 momentos diferentes, de acordo com a busca por seu nome no *Acervo Digital Veja*. A outra reportagem, além da acima citada, comenta que as rebeliões que aconteceram na Febem de São Paulo, na época, se transformaram em uma arma importante para a Deputada, “pois ela está usando o problema como forte argumento para conseguir a liberação de uma verba de 85 milhões de reais. O dinheiro será empregado em projetos de entidades que dão assistência a menores infratores.” (Sem autoria; “Argumento poderoso”; *Veja* de 03/11/1999; p. 35). Uma pauta pela qual Rita Camata era atuante.

Como argumenta Naomi Wolf, em seu livro *O Mito da Beleza* (1992), “a “beleza” é como um sistema monetário, e como todo sistema é determinado pela política e, na era moderna no mundo ocidental, consiste no último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino” (WOLF, 1992, p. 15). Dessa maneira, ao se atribuir valor (títulos), numa hierarquia, às mulheres de acordo com padrões físicos socialmente construídos e culturalmente impostos, se expressa uma relação de poder na qual as mulheres precisam disputar de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriaram.

Dentre as detentoras de cargos que aparecem no *corpus* têm-se também representantes de família reais europeias e juízas, que recebem no semanário o mesmo tratamento estereotipado no noticiário que as políticas de carreira. Diante da notícia sobre a sabatina pela qual passou a juíza Ellen Gracie – primeira mulher a ocupar esse

cargo no Supremo Tribunal Federal –, uma nota da seção “Gente” prefere comentar, mais especificamente, sobre o estilo das roupas e do penteado, além de fazer referência valorativa sobre o corpo da juíza:

Dona de uma multicolorida coleção de *tailleurs*, foi ela quem prendeu os cabelos num *comportado* coque e escolheu o modelito azul-royal para enfrentar a sabatina dos senadores. O toque *jovial* veio das meias brilhantes. Preocupadíssima com a aparência, a juíza não quer fazer feio na prova da nova toga, uniforme da mais alta corte do país: faz caminhadas e é capaz de passar um dia inteirinho à base de maça e alface (Sem autoria; “Rigor no peso e nas medidas”; *Veja* de 29/11/2000; p. 117).

No entanto, já que Ellen Gracie parece demonstrar certa adequação aos padrões estéticos socialmente naturalizados – e reproduzidos como norma pela *Veja*, a revista utiliza tom de autorização sobre ela, de conformidade, além de traçar paradoxal paralelismo entre o *comportado* e o *jovial*.

A partir dos anos 2000 averigua-se a aparição, com maior frequência, das políticas brasileiras na cobertura jornalística. Marta Suplicy, uma das políticas brasileiras que mais figurou em matérias da *Veja*, nove no total. Das seis matérias que protagoniza no biênio 1999 – 2000 apenas em uma há menções a sua autoapresentação, mais especificamente sobre seu guarda-roupa: “Isso pra não falar do guarda-roupa esfuziante da petista, que quase certamente será a prefeita de São Paulo, uma das razões pelas quais os adversários se saíram com a expressão “PT Chanel” (...).” (Maurício Lima; “A guerra do voto contra”; *Veja* de 18/10/2000; p. 44). Referência ligada aos estereótipos de gênero que aparece como um indicador de futilidade serve para desqualificá-la, visto que ela é representante do partido dos trabalhadores. No período entre 2009 – 2010 Marta Suplicy apareceu em três matérias, destas apenas em uma nota da seção “Gente” há comentário sobre a sua aparência. O texto relata um passeio de Marta Suplicy em uma praia da Bahia: “(...) um biquinho tomara que caia era o figurino da ex-prefeita Marta Suplicy, 64, em Trancoso, em passeio com o novo namorado, Márcio Toledo, 49, empresário e presidente do Jokey Club de São Paulo.” (Sem autoria; “Os bons companheiros”; *Veja* de 21/10/2009; p. 95). Além de referências a autoapresentação de Marta Suplicy avaliando o biquíni que ela estava usando, certamente julgando inapropriado para sua idade, pois o descreve no diminutivo, a nota também comenta sobre sua vida afetiva, de seus ex-maridos e da ex-esposa de Márcio Toledo, situando como andam os relacionamentos de cada um deles.

Marina Silva também está no *hall* das políticas brasileiras mais noticiadas pela *Veja*, sobre ela há 10 matérias e destas apenas duas fazem referências a sua aparência. Uma passagem comentando que ela se considera elegante e em outra descrevendo seu corpo: “Seu corpinho franzino - 51 quilos em 1,64 metro - e a voz frágil contrastam com o vigor com que ela fala de suas ambições políticas: firmar-se como líder da oposição e disputa um novo pleito presidencial.” (Malu Gaspar e Ronaldo Soares; “Verde com o coração vermelho”; *Veja* de 06/10/2010; p. 83).

Das 40 matérias em que Dilma Rousseff é posta como protagonista em pelo menos cinco há referências explícitas a sua autoapresentação³⁶. A matéria intitulada “De corpo e alma em 2010” e que traz no subtítulo: “Com dieta, cirurgia plástica e mudança radical no corte de cabelo, Dilma Rousseff mostra os (bons) resultados do seu PAC, Plano de Aprimoramento Cosmético” (Otávio Cabral; “De corpo e alma em 2010”; *Veja* de 21/01/2009, p. 63), mostra duas fotos: uma de “antes” e outra de “depois” da então “ministra-candidata” e comenta todas as incisões estéticas pelas quais ela passou para modificar sua fisionomia para ter um “ar mais jovial e atraente”. No entanto, se algum candidato homem aparenta ser jovem passa uma imagem de imaturo, inexperiente, desse modo não se entende a necessidade de Dilma Rousseff ter um “ar jovial”, só se for para reforçar o entendimento de *Veja* sobre a negatividade da velhice e a necessidade da exaltação da juventude. O envelhecimento na mulher é “feio” porque as mulheres adquirem poder com o passar do tempo (WOLF, 1995, p. 17). A autora quer dizer que as mulheres adquirem poder advindo da experiência e vivência e como poder é um substantivo masculino, e não relacionado às mulheres, esse poder originado pela sabedoria não pode ser demonstrado, não pode estar explícito. Pois, o mito da beleza faz com que as mulheres jovens temam as velhas, e vice e versa, dessa forma fazendo com que ligações se rompam e que não haja trocas de experiências e sabedorias, e consequentemente, que não haja fortalecimento desse poder.

Sobre ser “atraente” é mais uma forma de objetificação do corpo da mulher que tem atrair as pessoas, normalmente aos homens, dentro da lógica heteronormativa das sociedades ocidentais contemporâneas. Outra reportagem, nota da seção “Gente” comenta que a ministra “está administrando bem as transformações estéticas (...). Só falta abandonar o cabelo capacete no qual reincidiu, desnecessariamente.” (Sem autoria;

³⁶ Destas, quatro são durante o período pré-eleitoral, a maioria ainda como Ministra Chefe da Casa Civil e comentam as modificações estéticas as quais Dilma Rousseff se submeteu para ter uma imagem mais ‘palatável’ para se candidatar a presidenta da República.

“Transparência estética”; *Veja* de 11/02/2009; p. 70). Outras matérias trazem especialistas de moda comentando os modelitos com os quais ela aparece em público, comentam também as modificações em sua postura e voz, que Dilma Rousseff vem observando com mais cuidado. Os comentários sobre a autoapresentação dela aparecem com um tom de aprovação, pois já que a *Veja* aprova suas modificações estéticas ela está apta a concorrer a presidência, pois antes ela tinha o “nada lisonjeiro look “bibliotecária solteirona” e que agora tem um “novo penteado e sobrancelhas mais finas que substituíram aquelas de vilã de telenovela” (Mario Mendes; “Vestida para mandar”; *Veja* de 06/10/2010; p. 133) que afastava os eleitores. Quando *Veja* aprova as modificações estéticas de Dilma Rousseff com o objetivo de se candidatar a Presidência da República, a revista está reforçando um padrão estético opressor que impõem cirurgias plásticas e dietas alimentares às mulheres com o intuito de terem uma imagem mais ‘agradável’, mas que no entanto é uma imagem idealizada, inexistente. A “beleza” não é universal, nem imutável, no entanto o ocidente finge que todos os ideais de beleza feminina se originam de uma mulher ideal platônica (WOLF, 1995, p. 15). Um ideal normatizado, somente alcançado com modificações em fotos e vídeos com programas de edição de imagem.

Embora comentários estetizantes sobre o corpo de personagens políticos não sejam exclusivamente dedicados a mulheres, o modo como eles são feitos – e a representação implicada neles – são visivelmente diferentes. Na seção “Beleza” foi publicada uma matéria, de quatro páginas, intitulada “Lindos. E bons de voto” a qual faz menção a várias políticas e políticos de diferentes países que são consideradas (os) bonitas (os), quer dizer, se enquadram no padrão socialmente aceito de beleza, todas (os) brancas (os) e magras (os), que o texto chama de “estética privilegiada”. A matéria faz referência às políticas Sarah Palin (EUA); Ségolène Royal (França); Yulia Tymoshenko (Ucrânia); Luciana León (Peru); Michela Brambilla (Itália) e aos políticos Rafael Correa (Equador), Mitt Romney (EUA), Scott Brown (EUA), Fábio Faria (Brasil) e José Luis Zapatero (Espanha). Uma das questões que a matéria levanta é sobre o porquê do sucesso de Sarah Palin, visto que ela tinha sido *apenas* governadora do Alasca e a resposta dada foi:

Certamente porque é mulher, briguenta e carismática, além de falar o que a direita conservadora quer ouvir. E também porque é bonita e *sexy*, no *estilo bibliotecária do interior*. E tem as pernas - ah, as pernas, festejadas abertamente pelos republicanos, cobiçadas em segredo pelo obamistas (Bel Moherdau; “Lindos. E bons de voto”; *Veja* de 26/05/2010; p. 134; grifo nosso).

A matéria faz comentários com tom sexualizante, invasivos, explicitamente ligados ao corpo de algumas das políticas mencionadas, como em: “a ministra do Turismo de cabelos ruivos e pernas esculturais, que cruz e ainda por cima mostra a fetichista liga – da meia, não do norte” (*idem*, p. 136), referência a Michela Brambilla, ministra italiana que aparece em uma das fotos, com a cinta liga aparente. Ao passo que as referências feitas aos políticos tratam de paixão e de galanteios, atitudes que eles mesmos realizam – e que estão autorizados a realizar – frente a seu eleitorado. Ao destacar que “Scott Brown conquistou votos e corações em ritmo acelerado” ou que “os gritinhos apaixonados são inevitáveis à passagem do deputado Fábio Faria”, entende-se que a revista constrói a imagem de políticos como homens que apaixonam o eleitorado, ao passo que as mulheres seduzem, já que o eleitorado vota nelas por serem, passivamente, bonitas e *sexy*, e não por suas competências políticas.

A reportagem traz resultados de pesquisas, como argumento de autoridade, para dizer que a beleza influencia na decisão do voto, como em uma pesquisa “eu usou as fotos dos santinhos distribuídos pelos partidos, a aprovação aos políticos mais bem-apegoados ficou entre 1,5 e 2 pontos percentuais acima das dos menos privilegiados”, que “usamos a beleza como um indicador de competência” e o texto destaca que “o efeito da beleza é maior se o político é menos conhecido do eleitorado” (*idem*, p. 138). Ao mesmo tempo, a autora diz que “atitudes provocantes e sensualidade explícita contrariam em tudo a imagem de eficiência e dever cívico que se espera, ou se deveria esperar dos políticos. Mas a beleza, evidentemente, ajuda.” (*idem*, p. 136). Dessa maneira, ao descrever seus atributos e falar que são *sexy*, a *Veja* reproduz uma imagem prejudicial para essas mulheres, podendo interferir, por exemplo, na credibilidade delas perante o eleitorado. O que não se observa na construção da imagem do político homem, na representação do político apaixonante que conquista, ativamente, votos e corações. Além de se utilizar de estereótipos ligados a fantasias sexuais, como o “estilo bibliotecária de interior”.

Essa preocupação com o corpo das parlamentares fica explícita em outra matéria, das poucas (como a reportagem acima citada) que também comenta sobre a vida pessoal e a aparência de um político homem é a intitulada “A bancada dos

neomagros” e versa sobre parlamentares federais que fizeram cirurgia de redução de estômago, perderam vários quilos e modificaram seus hábitos alimentares. A matéria, da seção “Brasil”, cita a senadora Ideli Salvatti, o Senador Heráclito Fortes, o Senador Domóstenes Torres, a deputada federal Iriny Lopes e o deputado federal Bernardo Ariston, descreve quantos quilos cada um emagreceu e as doenças que tinham por causa da obesidade. Além de mostrar fotos de antes e depois da cirurgia, além de comentar a mudança no armário e o número das roupas que usavam antes e agora. Em matéria repleta de estereótipos, destaca-se referência ao novo relacionamento, após o emagrecimento, da então Deputada Federal Ideli Salvatti: “Bem mais magra, Ideli modernizou o guarda-roupa e começou a namorar um sargento do Exército doze anos mais jovem que ela. Ao lado dele, a danadinha da pitbull até parece uma lulu!” (Sandra Brasil; “A bancada dos neomagros”; *Veja* de 29/07/2009; p. 80). *Pitbull* é como a deputada do PT é chamada pela oposição. O trecho acima citado faz alusão à expressão machista “mal-amada”, normalmente utilizada para se referir a mulheres que não se enquadram no padrão tolerância-doçura-amabilidade, ao dar a entender que a deputada está mais calma, mais dócil – já que é uma lulu – pelo fato de estar namorando; além de sugerir que ela esteja namorando pelo fato de estar “bem mais magra”. Dessa forma, a *Veja* reproduz a ideia do senso comum de que uma mulher não só necessita de um homem para estar calma, para estar controlada, como a de que só o consegue enquanto magra – variando entre a *gordofobia*³⁷ e os flertes com o machismo. Ainda comentando a vida afetiva de parlamentares, a autora da matéria, Sandra Brasil, apenas ironiza Demóstenes – vale destacar, de modo bastante diferente – quando ele diz que sua nova forma física fez bem para sua autoestima e que “as paqueras aumentaram muito”: “É, pelo jeito, os políticos brasileiros não pensam só naquilo que todo mundo acha que eles pensam. Pensam também naquiiilo...” (*Veja* 2123, de 29/07/2009). O interessante dessa matéria é que apresenta a experiência de ser obesa/o e estar fora dos padrões estéticos

³⁷Por *gordofobia* se entende um tipo de preconceito, associado ao policiamento dos corpos, à imposição de um padrão único de beleza e comportamento e à uma noção meramente estética de saúde e bem-estar, que é revelado por desconfortos acentuados ou por sentimentos de repulsa relacionados a pessoas gordas e que é reproduzido socialmente por meio de variadas imagens, valoradas negativamente, que representam e estigmatizam pessoas gordas como desagradáveis, repulsivas e indesejáveis, relapsas ou não-saudáveis. Note-se que pessoas gordas não são necessariamente obesas, e que obesidade (como doença crônica multifatorial) deve ser avaliada, pelo menos, por uma medida, indicativa e relacional, entre peso e altura dada pelo “Índice de Massa Corporal – IMC”, além do índice cintura/quadril, por sexo, e da circunferência absoluta. Sobre o assunto, cf. LUPTON, 2013.

aceitáveis de mulheres e homens e não só de mulheres como normalmente acontece e, também, pelo fato de comentar de maneira irônica e estereotipada a aparência dos homens.

Nos últimos anos as mulheres conseguiram ascender a espaços de poder, no entanto “cresceram em ritmo acelerado os distúrbios relacionados à alimentação, e a cirurgia plástica de natureza estética veio a se tornar uma das maiores especialidades médicas” (WOLF, 1995, p. 12). O mito da beleza tem aprisionado as mulheres a conceitos e padrões de beleza que interferem em sua liberdade e as fazem ter ódio de si mesmas. Mesmo mulheres que detém certo capital cultural e estão dentro de alguma instância das estruturas de poder sucumbem a esses ideais, pois o corpo da mulher que não cumpre esse ideal é considerado inadequado. Esses ideais impostos de beleza agem como um sistema de dominação masculina da imagem e dos corpos das mulheres. Dessa maneira, mostrando que as mulheres não podem existir sem o olhar do outro (do homem), sem a construção ou idealização (do corpo) por parte do outro. O corpo da mulher é um espaço em disputa que está constantemente sendo vigiado e punido pelas normas e construções da sociedade e da cultura que são reproduzidas pela mídia. Além do mais, essas representações tomam como óbvias a heteronormatividade como padrão.

Acerca da jovialidade ou da ausência dela a *Veja* mostra-se preconceituosa com a velhice ou, pelo menos, com a aparência não-jovial, em reportagem de 2009 sobre mulheres que optaram por manter os cabelos brancos ou grisalhos, desde o subtítulo do texto a autora deixa claro o enquadramento ideal de quem pode usar cabelo branco: “Cabelo grisalho é bacana – para as mulheres fortes, bonitas, interessantes, bem cuidadas, elegantes e *psicologicamente preparadas* para ser chamadas de senhora o tempo todo” (Bel Moherdau; “Elas não passam em branco”; *Veja* de 14/10/2009; p.128; grifo nosso).

Apesar de, ao longo da matéria, a autora comentar o quão libertador é deixar os cabelos naturais, mas ao mesmo tempo dizer que a evolução “explica” que “as mulheres grisalhas evidenciam a perda dos atributos reprodutivos, enquanto os homens nas mesmas condições emanam poder e distinção, características evidentemente desejáveis.” (*idem*, p. 129) ela faz um questionamento, se remetendo a Cristine Lagarde e Kathleen Sebelius, protagonistas principais da matéria³⁸: “será que só mulheres muito

³⁸ A matéria da seção “Beleza” traz como exemplos, com foto de corpo inteiro, a então ministra da economia francesa Cristine Lagarde com 53 anos e a ministra da Saúde estadunidense Kathleen Sebelius de 61 anos. Como exemplos secundários, traz as atrizes Glória Menezes, Cássia Kiss, a cantora Emmylon Harris e a escritora

poderosas se sentem livres para assumir a brancura?” (*idem*, p. 129). Entende-se que quando a autora fala em poderosas, está falando num status adquirido, tanto de capital político como de capital social, que é o caso das famosas trazidas como protagonistas secundárias da matéria. Mulheres que teriam condições de ser livres, de ser desviantes numa sociedade onde o padrão é tingir o cabelo e tentar esconder a idade. Nessa passagem fica marcada a fronteira entre o desejável e o desviante, em relação à estética das mulheres: as mulheres apresentadas na matéria são “uma *exceção gritante* à regra geral de que as mulheres não ficam velhas, ficam loiras.” (*idem*, p. 128). Assim, na conclusão do texto, ela convoca cabeleireiros renomados para darem sua opinião sobre o assunto, alguns comentam que as mulheres até podem usar o cabelo branco, mas “tem que estar com um corte legal, mais curto ou Chanel, e bem hidratado. Cabelo branco malcuidado fica com aspecto decadente” (*idem*, p. 129) e Wanderley Nunes sentencia a normatização, gritando de volta contra a exceção: “Adoraria aconselhar minhas clientes a deixar o cabelo natural, mas tenho certeza de que iriam perder o marido. Ele pode até achar bonito, mas vai olhar para a mulher de cabelo tingido.” (*idem*, p. 129). Além de enquadrar a aparência ideal, porquanto desejável, na jovialidade, a matéria julga que as mulheres devem estar bonitas – leia-se, com ar jovial advindo de cabelos tingidos – para agradar aos homens. Dessa maneira, a revista reforça tanto a dependência e a consequente objetificação das mulheres quanto, implicitamente, a heteronormatividade: mulheres não podem manter a aparência que lhes agrada, mas somente aquela que agrada seus maridos, isto é, homens. Em nada muda, diga-se de passagem, o fato de que a autora da matéria seja mulher: olhares e percepções machistas, heteronormativos e objetificantes sobre aspectos naturalizadamente normativos, em relação à aparência das mulheres, não é exclusividade de algum grupo social – e, daí também, a relevância de seu estudo e análise, que ora se propõem.

Primeiras-damas

Das 110 reportagens em que há menções à aparência das protagonistas, 37 versam sobre primeiras-damas e três sobre familiares de políticos. É possível observar, em todo o período analisado, a incidência de comentários – desde um comentário sutil até uma descrição detalhada – sobre o corpo ou sobre a autoapresentação das primeiras-

Anne Kraemer: todas mulheres que optaram por deixar os cabelos naturalmente grisalhos.

damas em contraste com a invisibilização de suas ações, como em: “May é uma exuberante morena de 27 anos e estava vestida com justíssimas calças de couro negro.” (Sem autoria; ““Flor de Neve”, a primeira-dama de Saigon”; *Veja* de 05/02/1969; p. 31)³⁹. Ao descrever como “justíssimas” as “calças de couro negro” da “exuberante morena”, o texto dá um ar sexualizado de “admiração sem nenhuma pureza” à imagem de Dang Thi Tuyet May Ky, além de invalidar sua manifestação política – um protesto contra a presença da Frente de Libertação Nacional na primeira reunião das “*Vietnam War Peace Talks*” – que ela estava protagonizando em Paris, em dezembro de 1968.

Essa referência de 1969 é a mais despropositada encontrada no *corpus* que se destaca como exemplo de desvio de foco da presença de uma primeira-dama no campo político, retirando o foco de sua ação política a partir de comentários sobre sua vestimenta e aparência, aludindo diretamente seu corpo. Ao longo dessa subseção se tratará majoritariamente com referências sobre primeiras-damas estadunidenses e brasileiras em ordem cronológica de acordo com cada país.

No *corpus* analítico se averigua muitas reportagens que abordam as primeiras-damas estadunidenses de diversos períodos históricos; nota-se textos comparando umas com as outras, como em: “Finalmente, em contraste com a ousada elegância de Jacqueline Kennedy, veste-se com impecável sobriedade e resguarda-se dos hábitos mundanos.” (Sem autoria; “Uma só devoção, das telas à Casa Branca”; *Veja* de 12/11/1980; p. 43)⁴⁰. Exemplo semelhante, no entanto com um tom avaliativo, averigua-se no excerto a seguir que comenta a aparência de Barbara Bush:

Barbara se veste com simplicidade e seu manequim é 48. Regime nem pensar. Ela tampouco tinge a cabeleira branca, não esconde os seus 63 anos de idade e faz questão de dizer que o seu onipresente colar de pérolas de quatro voltas é uma peça de bijuteria comprada por 90 dólares. “Ele serve pra esconder as rugas do pescoço”, explica Barbara. *Gorda, enrugada e envelhecida*, Barbara já se confessou magoada com os comentários maldosos que a dão como “mãe” do novo presidente americano (Sem autoria; “A nova dona da Casa Branca”; *Veja* de 25/01/1989; p. 43; grifo nosso).

O trecho acima, um quadro apêndice de uma reportagem, versa sobre Barbara Bush, então primeira-dama estadunidense, e faz uma enorme exposição de sua imagem a chamando de gorda, enrugada e velha, além de tratar com desdém o fato da própria Barbara Bush não se importar com a idade que tem e com as marcas do tempo. A

³⁹ A matéria versa sobre Dang Thi Tuyet May Ky, 'Flor de Neve', esposa do então vice-presidente do Vietnã, mas considerada como primeira-dama no Vietnã do Sul.

⁴⁰ Nota em um quadro apêndice sobre Nancy Reagan, então primeira-dama estadunidense, comparando-a com Jacqueline Kennedy, ex-primeira-dama.

posição da revista demonstrada aqui reforça padrões estéticos socialmente construídos, a objetificação do corpo da mulher, além de invalidar a opção de alguma mulher querer ter uma aparência natural sem tingir os cabelos ou não fazer uma dieta alimentar. Ser desviante desses padrões de beleza é condenável pela *Veja*.

A atual primeira-dama estadunidense, Michelle Obama, aparece em nove matérias, destas, apenas uma *não* trata sobre a sua autoapresentação diretamente. Recorrente nas matérias sobre ela são os comentários acerca de suas roupas, se estão adequadas ou não para a posição que ocupa e quais os estilistas as projetaram. Nas matérias que põem Michelle Obama como protagonista se verifica duas constantes: os comentários sobre a autoapresentação, suas roupas e a esperança de que ela incentive o mercado da moda e contribua com a economia estadunidense; e a avaliação e consequente normatização de como ela, enquanto primeira-dama, deva se portar.

Sobre os comentários acerca das roupas de Michele Obama têm-se avaliações rápidas e elogiosas até descrições minuciosas e críticas. Na primeira reportagem em que ela aparece, uns dias antes da posse de Barack Obama, é uma nota da seção “Gente” comentando uma matéria sobre Michelle na *Vogue* estadunidense em que a revista “põe nos elegantes ombros da mulher do presidente a missão de recuperar a combalida indústria do vestuário.” (Sem autoria; “De azul para a Casa Branca”; *Veja* de 14/01/2009; p. 76). Várias reportagens são no sentido de destacar o incentivo que a primeira-dama dá a novos estilistas de diversos países, como em: “(...) exibindo com classe um tomara-que-caia bordado do quase desconhecido Peter Soresen e colar poderosíssimo.” (Sem autoria; nota sem título; *Veja* de 04/03/2009; p. 79). Ou em “Michelle usou um vestido de alça em plissado assimétrico do tailandês Thakoon Panichgul e sapatos cor-de-rosa. Marisa um redingote de xantungue rosa confeccionado por sua costureira de Brasília, Nilza.” (Sem autoria; “O mundo é pink”; *Veja* de 30/09/2009, p. 113)⁴¹. A comparação entre quem confeccionou os vestidos das duas primeiras-damas também é um claro posicionamento elitista por parte de *Veja*, desqualificando Marisa da Silva pelo fato do seu vestido não ter sido projetado com por algum estilista renomado e sim por sua costureira de Brasília.

Agora, sobre as primeiras-damas brasileiras, e em sentido semelhante ao que se tratava acima, observa-se uma matéria sobre as esposas dos candidatos a Presidência da

⁴¹ Nota que comenta sobre a reunião do G-20 onde Michelle Obama levou as outras primeiras-damas para jantar, na foto que ilustra a nota ela aparece juntamente com Marisa da Silva, então primeira-dama brasileira, e o texto faz referência sobre os vestidos das duas.

República na eleição de 1989, o texto traça o perfil e traz comentários sobre o guarda-roupa ou o modo de vestir de cada uma das protagonistas: Rosane Collor: “usa roupas bastante *sóbrias* e carrega na maquiagem”; Neuza Brizola: “é uma mulher vaidosa e reconhecida pela *elegância*”; Sylvia Maluf “é a que tem o guarda roupa mais amplo e mais *discreto*”, “diariamente ela prepara uma maquiagem que ressalta seus lábios.”; Marisa da Silva: “olhos esverdeados, cabelos louros”; Mora Guimarães: “gosta de *roupas clássicas e boas joias*, mas dispensa pintura no rosto, lançando mão apenas de um batom.”; Silvia Domingues: “gosta de vestir-se com *descrição*, tem *modos refinados* e fala com desenvoltura” e tem “modos delicados, de jeito simpático e sorriso de plantão nos lábios.” (Sem autoria; “Elas por elas”; *Veja* de 13/09/1989; p. 80-83; grifo nosso)⁴². Observa-se que o texto da reportagem naturaliza e normatiza o vestir ou o como (deve) se vestir de uma primeira-dama (esposa de candidato) exaltando o modo “discreto” e “elegante” das personagens.

Nota-se que a *Veja* normalmente ressalta e trata como norma um padrão estético e estilístico de uma determinada classe social, a dominante. É importante pontuar aqui que a organização da representação de mulheres e homens na mídia não é baseada somente na hierarquia entre os gêneros e sim em uma confluência entre gênero, classe social e orientação política (ideologia). Dependendo de como se dá a combinação dessas três categorias, isso implica em maior ou menor visibilidade e/ou em uma visibilidade mais ou menos estereotipada por parte da mídia.

Rosane Collor foi a primeira-dama brasileira que mais figurou em reportagens da *Veja*, um total de 10, no período analisado. As referências a sua autoapresentação descrevem as roupas e modo de se portar. Nota-se que em três (das seis reportagens que mencionam sua aparência) comentam sua “elegância sóbria” e que ela “empenha-se em manter ar de jovem senhora apesar dos seus 26 anos.” (Sem autoria; “A moda nova do novo poder”; *Veja* de 14/03/1990; p. 72). A maioria das menções a sua autoapresentação são elogiosas e com um tom de aprovação ao esforço que Rosane Collor faz em se vestir da maneira como *Veja* considera que seja adequada a uma primeira-dama.

Nem a antropóloga Ruth Cardoso, enquanto primeira-dama do Brasil, escapou aos comentários e avaliações sobre sua aparência:

⁴² A única esposa de candidato que a matéria não faz referência estética é Lila Covas.

A cerimônia foi fria, a festinha foi chocha, o discurso foi assim, assim - mas a primeira-dama, quanta diferença! Ruth Cardoso 1999, bem mais a vontade em público, deu de 10 a zero na Ruth Cardoso 1995. Num conjunto de vestido e casaco de crepe bege assinado pela estilista Marie Toscano, sapato e carteira impecáveis, joias de ouro e brilhantes de Carla Amorim (presente do marido), ela subiu a rampa do Palácio do Planalto para a segunda posse exibindo todas as incontáveis melhorias visuais, desde os óculos até o cumprimento da saia, alcançadas em quatro anos (Sem autoria; “Um modelito nada chocho”; *Vêja* de 13/01/1999; p. 86)⁴³.

No Brasil, vale dizer, foi a partir de Rosane Collor como primeira-dama que se teve um acompanhamento massivo, por parte de *Vêja*, da autoapresentação e da estética de primeiras-damas. Antes dela os comentários sobre primeiras-damas brasileiras eram menos comuns, talvez porque os presidentes eram, em sua maioria, militares (alguns não casados) e suas esposas não participavam tão diretamente da política, por causa do regime ditatorial e da censura que havia no período.

A autoapresentação das primeiras-damas europeias também é tratada de maneira avaliativa e um bom exemplo é uma passagem sobre Carla Bruni e a Princesa Letizia: “Igualmente magras, bem-vestidas e combinadas em tons de uva e vinho, Letizia, 36 anos, mulher do príncipe herdeiro da Espanha, a primeira-dama francesa, Carla Bruni, 41, arrasaram (...)” (Sem autoria; “Em breve, o filme – e mais fotos”; *Vêja* de 06/05/2009; p. 106). Em resumo, o que fica manifesto é que, na representação avaliativa acerca da autoapresentação de primeiras-damas, *Vêja* naturaliza a normatização de que o adequado a elas sejam roupas sóbrias e elegantes e de que elas devam enquadrar-se, minimamente, em um padrão de beleza construído, onde a jovialidade e a magreza imperam. O que estiver fora desse enquadramento, como uma vestimenta simples ou uma silhueta não afinada, é desviante, pois está fora do aceitável.

Observando os trechos trazidos acima, nas duas subseções, e também levando em consideração os excertos sobre corpo e autoapresentação, focando na vestimenta, das tabelas apêndices, se pode depreender que referências sobre a aparência das protagonistas é constante ao longo dos 40 anos. As tabelas contribuem também na visualização da distribuição dessas menções ao longo do tempo e por seção.

Nas menções sobre os corpos se nota referências em dois sentidos: normativo, em relação a estética e o peso das mulheres; e sexualizante, fazendo referências aos seus atributos físicos. O primeiro, normatizante em um sentido da adequação ou não desses corpos em relação a forma física e aparência estética das protagonistas, avaliando e

⁴³ Juntamente com a nota da seção “Gente” há duas fotos para comparação, uma da posse de 1995 e outra de 1999.

julgando os que desviam do entendimento padrão de beleza. O segundo, sexualizante, observa-se menções ao corpo das mulheres no sentido de objetificação com um olhar heteronormativo.

Já nas menções a autoapresentação, focando na vestimenta, observa-se comentários avaliativos com o intuito de julgar a adequação, ou não, do modo de vestir das protagonistas em relação a posição que ocupam no campo. Tomando por padrão, desses anos analisados, a construção da representação das 10 protagonistas que mais foram noticiadas pela *Veja*⁴⁴, teremos uma imagem de políticas que se vestem de uma maneira formal e sóbria e que são preocupadas com a sua autoapresentação, bem como com a sua aparência estética. No entanto, ao analisar matérias sobre políticas mulheres que não estão tão bem posicionadas no campo político, observa-se uma representação maior dessas mulheres a partir de seus corpos, ao contrário das que estão em cargos de maior relevância. Averigua-se isso em reportagens, por exemplo, sobre a deputada federal Rita Camata ou María Julia Alsogaray assessora do então presidente da Argentina, Carlos Menem. “A visibilidade ligada ao corpo aparece como marca negativa, caracterizando as mulheres como dissonantes diante do ideal de um debate livre de especificidades, particularidades e afetos.” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 182). Essa representação corporificada é recorrente em todo o período analisado. Modificaram-se os adjetivos utilizados, mas a sistemática referência ao corpo é padrão. Dessa maneira, a revista mostra uma imagem corporificada e até objetificada do corpo das mulheres, e não promove, desse jeito, a politização e debate acerca de questões relacionadas ao corpo e à esfera doméstica, mas sim constrói formas de representar as mulheres que podem ser desvantajosas, culminando em ônus futuros e a empecilhos as suas carreiras políticas.

Acerca da jovialidade ou da ausência dela, tratadas nas duas subseções e tentando traçar um comparativo, a *Veja* mostra-se preconceituosa com a velhice ou, pelo menos, com a aparência não-jovial. Se na reportagem sobre Barbara Bush, publicada em 1989, o texto condenava seus cabelos brancos e a chamava de “gorda, enrugada e envelhecida”, em matéria de 2009 sobre mulheres que optaram por manter os cabelos brancos ou grisalhos, desde o subtítulo do texto a autora deixa claro o enquadramento ideal, ainda vigente, de quem pode usar cabelo branco: “Cabelo grisalho é bacana – para

⁴⁴ Dilma Rousseff, Zélia Cardoso de Mello, Margaret Thatcher, Hillary Clinton, Marina Silva, Rosane Collor, Marta Suplicy, Michelle Obama, Angela Merkel, Cristina Kirchner.

as mulheres fortes, bonitas, interessantes, bem cuidadas, elegantes e *psicologicamente preparadas* para ser chamadas de senhora o tempo todo”. Mesmo a autoria se referindo a liberdade de deixar os cabelos naturalmente sem tingir, ela fica na fronteira entre o aceitável e o desviante estético. Entende-se que mesmo 20 anos depois da *Veja* ter condenado Barbara Bush pelos cabelos intencionalmente brancos, a posição da revista ainda é de não ver totalmente com bons olhos esse tipo de desvio estético, que ele não se adéqua a toda e qualquer mulher.

3.2.2 Ethos feminino

As reportagens examinadas na categoria analítica intitulada *ethos* feminino tratam da suposta ou esperada ‘feminilidade’ das protagonistas ou de ações que são consideradas ‘coisas de mulher’. Isto é, de como a *Veja* constrói a imagem das mulheres a partir de padrões estabelecidos e naturalizados dentro de um sistema de dominação masculina. Para tanto, na ficha que foi preenchida para cada reportagem, mapeou-se características consideradas ‘femininas’ que são socialmente positivadas ou negativadas, a depender do modo como tais expectativas – e seus consequentes desvios e exceções – vão sendo cristalizadas: na tensão entre os estereótipos que se definem por correspondência ao ‘feminino’, e os desviantes que expõem a naturalização desse feminino em sua negação, seja pela recusa do que seria ‘não-feminino’, seja pela afirmação de alternativas a essa norma.

Políticas de carreira

As reportagens mais antigas são carregadas de preconceitos de gênero que são trazidos em vozes de terceiros e não pelo autor da matéria, que no padrão da época não eram assinadas. Em uma matéria sobre as eleições na Inglaterra em 1979, falando sobre a indecisão dos eleitores e a disputa acirrada entre Margaret Thatcher e James Callaghan, no parágrafo final nota-se um preconceito direto pelo fato de Thatcher ser mulher, trazido na voz de uma “dona-de-casa”:

Mas a deputada que poderá se tornar a primeira mulher chefe de governo na Europa em todos os tempos encontra resistências - às vezes pelo simples fato de não ser homem. “De mulher por aqui já chega a rainha”, comentou um dia desses para a imprensa uma dona-de-casa (Sem autoria; ““Big Jim” X “Maggie””; *Veja* de 02/05/1979; p. 41).

Observa-se como o texto é expresso: “encontra resistências às vezes pelo simples fato de não ser homem”. Dessa maneira deixa claro que a norma para o fazer político é ser homem, como ela não é, então é desviante, assim dessa maneira invertendo a valoração. Para concluir a matéria, utiliza-se do argumento de um dos líderes do Partido Liberal, David Steel, que se preocupa com as ideias de Thatcher e diz que “o problema não é que se trata de uma mulher, mas, sim, *desta* mulher.” (grifo da matéria).

As referências a um *ethos* feminino das políticas de carreira é um pouco diferente das referências as primeiras-damas. Em outro exemplo, pode-se notar o modo específico como características ‘femininas’ são apresentadas como positivas para a atuação política:

As mulheres que conseguem vencer essas barreiras, portanto, passaram por uma malhação no terreno psicológico: são mais resistentes do ponto de vista mental do que os homens que as cercam e, naturalmente, fica mais difícil fingir que elas não têm tanta competência. Esse é o caso de Zélia (...) (Sem autoria; “O amor e o poder”; *Veja* de 06/06/1990; p. 62).

Embora pareça elogiosa, o trecho acima naturaliza o fato de existir, ainda mais nessa época, poucas mulheres em espaços de liderança e que elas podem ser mais capazes que os homens. A matéria apresenta como pioneirismo do episódio o fato de a ministra publicizar sua vida privada. Pioneirismo, de fato, em relação ao seu cargo, pois nunca tinha sido ocupado por uma mulher e homens normalmente não levam a público questões de suas vidas privadas. Matéria da seção “Comportamento” que relata a entrevista de Zélia Cardoso de Melo para Marília Gabriela onde a ministra revela que está vivendo uma paixão.

Em matéria intitulada “Elas venceram” - matéria de capa edição -, que trata sobre mulheres bem sucedidas em diversas áreas de atuação (atrizes, jornalistas, políticas, bombeiras, dentre outras), a revista traz 66 mulheres que “venceram” em suas profissões, mas tem como protagonista da matéria a juíza Ellen Gracie Northfleet, que na época tinha sido indicada para o Supremo Tribunal Federal. A matéria cita especialistas de várias áreas e traz dados de como as mulheres estão se destacando, aumentando seu poder aquisitivo, sendo o maior percentual de eleitoras e mostrando a ascensão das mulheres na política, por exemplo. Um dado momento a matéria se utiliza da voz de Helen Fischer, antropóloga estadunidense, autora do livro “O primeiro Sexo:

os talentos naturais das mulheres e como elas estão mudando o mundo” para afirmar que “as mulheres têm maior capacidade de ouvir, sobrevivem melhor em tempos de aperto e são *naturalmente* mais capazes de fazer planejamentos de longo prazo.” (Eliana Giannella Simonetti; “Elas venceram”; *Veja* de 08/11/2000; p. 131; grifo nosso). Mais uma vez a revista traz como um valor o essencialismo da mulher, como se suas habilidades fossem naturais, e não adquiridas. Dessa forma, para dar maior credibilidade ao argumento naturalizante, *Veja* se utiliza da voz de uma ‘especialista’. Para concluir a matéria, que da forma que foi organizada dá ares de cientificidade e argumento de autoridade, “As mulheres estão numa fase profissional sem igual na História brasileira. O impacto disso sobre seu papel de mãe e *rainha do lar* ainda vai merecer muito estudo.” (*idem*; p.131; grifo nosso). O texto usa um jargão do senso-comum estereotipado, utilizado para se referir a mulheres normalmente não profissionalizadas e dedicadas as lidas domésticas (por opção ou não), para se referir as mulheres que durante muitas páginas foram exaltadas pelo seu empoderamento e ocupação de espaço, antes masculino, na sociedade. E, mais uma vez se nota um recorte de classe (que não é exclusividade das mulheres) na exaltação dessas mulheres, pois são todas de classe média e alta, profissionalizadas. Dessa maneira a revista invisibiliza exemplos de mulheres de classes populares que também são bem sucedidas em seus empreendimentos, como em atividades de economia solidária.

Outra característica ‘feminina’ bastante utilizada em reportagens da *Veja* para se referir às mulheres políticas consideradas adequadas e que se enquadram no comportamento esperado é a delicadeza e a honestidade. Observa-se esse tipo de relação no subtítulo da reportagem que é uma entrevista com Marina Silva. Nota-se a exaltação de um predicado considerado feminino: “Politicamente correta, com biografia sem nódoas e *uma doçura sem par*, a senadora verde diz por que deixou o PT e o que defenderá na corrida à Presidência da República em 2010.” (Sem autoria; “Marina é uma boa notícia *Veja* de 02/09/2009; p. 12; grifo nosso). Além da referência a doçura, também destacam sua honestidade, que é uma característica comumente atribuída às mulheres, pois são consideradas menos corruptas e corruptíveis que os homens. Como já tratado no capítulo 1, essas referências a feminilidade relacionadas a maternidade ou a experiência da maternagem (a mãe zelosa e honesta) são consideradas, pela corrente do feminismo da teoria do pensamento maternal, um diferencial das mulheres na atuação política. Esse discurso é assimilado e reproduzido pelo mídia que enaltece essas características às generalizando para todas as mulheres, e principalmente para as

mulheres que atuam no campo político . Essa generalização pode ser desvantajosa para as mulheres, pois acaba por construir uma limitação da atuação, ou de um modo de atuar, das mulheres na política. Assim sendo, quando alguma mulher atuar de forma (ou em pauta) diferente vai ser considerada ‘desviante’ do modo como se espera que uma mulher atue.

Agora, sobre características ‘femininas’ consideradas *negativas*, ou seja, que expõem o ‘feminino’ por sua recusa ou ausência, têm-se algumas referências sobre condutas relacionadas ao poder. Já que o poder é entendido como masculino, essas condutas relacionadas ao poder são consideradas negativas ou desviantes do comportamento esperado se atribuídas à mulheres. Na matéria “Elas venceram”, já citada anteriormente, ao mesmo tempo em que elogia o sucesso obtido por algumas mulheres também desqualifica. O texto traça o perfil de Ellen Gracie e quando fala sobre sua rotina de trabalho comenta: “Gosta de viver bem e sente-se à vontade tomando decisões que mudam a vida das pessoas. Tem fama de dominar tudo a sua volta.” (Eliana Giannella Simonetti; “Elas venceram”; *Veja* de 08/11/2000; p. 127). Como dominação é um poder masculino, uma mulher “dominar tudo a sua volta” é ruim e não é ‘natural’, pois significa que ela está no controle e esse controle está sendo exercido sobre pessoas e procedimentos. Dentre essas pessoas, possivelmente, há homens, então a lógica ‘natural’ das relações de poder está sendo rompida.

Em uma avaliação de Dilma Rousseff, enquanto se preparava como pré-candidata à presidência da República, com referência as características (ausentes) do ‘feminino’ aparece, explicitamente, como negativa para o exercício do cargo político: “A sisudez ainda é obstáculo, mas ela tem feito progresso.” (Otávio Cabral; “De corpo em alma em 2010”; *Veja* de 21/01/2009; p. 67). Nota-se clara normatização em relação a aspectos do humor da protagonista, apresentando que sua sisudez, seriedade ou quem sabe até dureza não é uma característica atribuída ao feminino e isso é um obstáculo para ela em sua pré-campanha eleitoral. No entanto, sisudez ou seriedade não é obstáculo em candidaturas masculinas.

Primeiras-damas

A mídia se apropria do essencialismo e do ideal da maternidade, já exposto no capítulo 2, representando o “feminino” como universal, de modo que evoca o ideal da maternidade e funde a mulher a um papel social, no qual elas devam ser compreensivas,

amáveis, mais sensíveis ao cuidado com o próximo, meigas e gentis, características que constituiriam o *ethos* feminino. Dessa maneira, as mulheres são representadas naturalmente como mães e que a maternidade potencializaria essas características consideradas femininas. Nancy Chodorow, ao tratar da reprodução da maternidade e da forma como a família é vista, cita que nos Estados Unidos havia uma ideologia da “moral mother” (CHODOROW, 1978, p. 5, *apud* MOTA 2013, p.87). Esta ideologia se refere ao comportamento que as mulheres deveriam ter. Além de serem responsáveis pelo cuidado com os filhos, também deveriam assumir o cuidado com seus maridos; as mulheres deveriam ser como “guias morais” para seus maridos, pois eles convivem no imoral e competitivo mundo do trabalho (ou da política) (MOTA 2013, p. 87). Essa ideologia nos remete a concepção de primeiras-damas, principalmente estadunidenses, que se idealiza e que a *Veja* reproduz essa idealização. Como no caso, apresentado a frente, de Michelle Obama que não deve se envolver em assuntos políticos e sim cuidar da alimentação e da saúde das crianças da nação – que é uma questão política, mas convencionalmente definida como feminina, explicitando a divisão sexual do trabalho político – ou como no caso a seguir, das mulheres da Família Kennedy, que devem manter a dignidade e ser tolerantes.

Em uma matéria especial sobre as mulheres da família Kennedy observa-se referências morais e comportamentais. Principalmente de comportamento aos olhos do público, de comportamento aparente e externo ao ambiente familiar como de ter que “manter a dignidade e altivez nos momentos de crise” (Sem autoria; “Ser uma Kennedy”; *Veja* de 03/09/1969; p. 46). Referência que se remete ao debate da dicotomia entre as esferas pública e privada, do que *pode* ser mostrado ao público, de qual imagem vai ser transmitida ao (e tolerada pelo) público, e daquilo que é assunto familiar e restrito à domesticidade, à privacidade. Na mesma matéria sobre as mulheres da família Kennedy, uma referência a moral da mulher “(...) Joan Kennedy sempre demonstrou ser amável e tolerante.” (*idem*; p. 46), reforçando o sentido de que, mesmo descontente ou inconformada a mulher tem que ser leniente com o marido, a família e/ou a sociedade.

Sobre a privacidade Susan Okin (2008) propõe uma reflexão a partir de uma perspectiva de gênero. Inicialmente ela diz que a teoria política lança, comumente, três argumentos para defender o valor da privacidade: que ela é necessária para o desenvolvimento de relações pessoais íntimas; que é essencial para que se possa, temporariamente, deixar de lado os “papéis” públicos e que ela dá liberdade para desenvolver as capacidades mentais e criativas dos indivíduos (OKIN, 2008, p. 324).

Okin questiona até que ponto as mulheres encontram de fato privacidade na esfera doméstica. Pois muitas mulheres não encontram na domesticidade a privacidade necessária para poder desenvolver esses aspectos considerados essenciais para os seus desenvolvimentos. Se remetendo ao trecho da matéria sobre as mulheres da família Kennedy no qual “dignidade” e “altivez” fazem parte dos “papéis” públicos que essas mulheres tem que sustentar, muitas vezes não tendo espaço em suas vidas domésticas para poderem, por alguns momentos, retirarem essas máscaras devido à exposição pública a qual suas vidas se submetem.

Durante esses 40 anos, vê-se, a ideologia do “*moral mother*” que exalta a maternidade e eleva a mulher-mãe à condição de “guia moral” da família, esteve estampada nas matérias da *Veja*. São textos que, frequentemente, quando ressaltam as qualidades e predicados das mulheres, o fazem a partir da referência à maternidade, a partir do essencialismo, predicado à mulher que, quando mãe, é generosa, cuidadosa, zelosa por tudo e por todos da família, como na referência a Ethel Kennedy, que figura como “mãe carinhosa, embora exigente (...)” (*idem*; p. 46). E se nesse último trecho nota-se o paralelo traçado entre carinhosa e exigente como oxímoro, pois o primeiro se remete a uma característica considerada ‘feminina’ e o segundo, a um atributo considerado masculino, o uso do advérbio “embora”, ao contrário, parece reforçar nosso argumento: ele é utilizado para que o fato de ser exigente não anule o predicado ‘feminino’ de mãe carinhosa.

Observa-se também, nas reportagens, referências a ‘sensibilidade’ das mulheres, como em: “Nancy também tem ótimas antenas para captar os sentimentos do americano médio’, diz um assessor de Reagan.” (Sem autoria; “Uma só devoção, das telas à Casa Branca”; *Veja* de 12/11/1980; p. 43). Nítida referência a percepção, ao sentido, ao senso atribuído a essência natural das mulheres de serem mais sensíveis aos problemas e necessidades do próximo; de serem mais dedicadas ao cuidado e dessa maneira ter uma maior percepção as necessidades alheias.

Algumas passagens de determinadas reportagens chamam atenção pelas descrições detalhadas de algumas protagonistas, principalmente mulheres fortes e destacadas como Hillary Clinton. Enquadra-se nessa seção de *Ethos* feminino não por falar de uma feminilidade universal ou por sentenciar um padrão de comportamento, mas por tentar traçar um perfil (psicológico) da personagem:

(...) Hillary já foi pintada de muitas formas. Feminista arrogante, advogada brilhante, trambiqueira em investimentos suspeitos, vítima do marido mulherengo, manipuladora que suportou as humilhações infligidas por ele em nome dos próprios interesses políticos. Os americanos a odeiam ou são apaixonados por sua figura austera, de poucos sorrisos. Aos 50 anos, porém, ela permanece uma pessoa misteriosa, arredia, cuja intimidade é quase indevassável (Sem autoria; “Saindo da toca”; *Veja* de 14/07/1999; p. 54).

Essa é uma das poucas menções ao feminismo, as outras referências foram em reportagens sobre eventos ou manifestações de cunho feminista⁴⁵. Matéria da seção “Internacional” sem autoria, mas que mostra um autor inquieto por não saber e não poder explicitar muita coisa sobre a vida pessoal de Hillary Clinton. Ainda como primeira-dama estadunidense, ela começou sua campanha para o Senado pelo Estado de Nova Iorque e com isso, segundo o autor da matéria, ela comprou um bilhete para uma exposição de sua vida que nunca antes teve, nem no caso Monica Lewinski.

Recorridamente a *Veja* traz em suas reportagens um tom normatizante acerca da conduta e da postura a ser seguida pelas primeiras-damas. Em uma matéria intitulada “Evita goiana” que versa sobre a primeira-dama do Goiás, Valéria Perillo, a revista lança mão de um juízo de valor generalizado sobre as primeiras-damas de países considerados subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento): “Terceiro Mundo que se preza tem de ter primeira-dama. E primeira-dama que ofusque o marido, não importa o cargo que ele ocupe.” (Vladimir Netto; “Evita goiana”; *Veja* de 19/04/2000; p. 47). O texto versa sobre (e critica) o fato de Valéria Perillo receber salário do governo do estado de Goiás somente para exercer o cargo de primeira-dama e de ter distribuído para todas as prefeituras “fotos oficiais” suas, isso feito com o intuito de se candidatar a deputada federal. A partir da referência acima e do título da matéria observa-se, implicitamente, a crítica às primeiras-damas fortes e destacadas que já se teve na história, justamente por serem ‘desviantes’ e não seguirem o padrão esperado de uma primeira-dama. O texto traz que “a melhor maneira de uma primeira-dama aparecer é criar encrenca – de preferência uma bem grande, que exponha o marido ao ridículo” (*idem*; p. 47), deixando claro que primeiras-damas não devem aparecer, não devem se destacar por si próprias. A matéria faz menção a Evita Perón na Argentina, Denilma Bulhões nas Alagoas e Nilcéa Pita em São Paulo. Todas primeiras-damas que não podem ser enquadradas na ideologia do “*moral mother*” e que se envolveram na política para além do esperado de uma primeira-dama. Entende-se que a presença de

⁴⁵ Matérias com referências ao feminismo: “A guerra do sexo” (*Veja* de 19/08/1970; p. 24); “As vitoriosas” (*Veja* de 22/12/1999; p. 224) e “Feminismo de olho roxo” (*Veja* de 26/04/2000; p.).

mulheres na política não necessariamente vai transformá-la, visto que Valéria Perillo se utilizou indevidamente do dinheiro público para publicizar a sua própria imagem. No entanto, o texto traz críticas as primeiras-damas que se envolvem mais diretamente na política.

Em muitas reportagens, principalmente sobre primeiras-damas, a *Veja* tenta normatizar um padrão de comportamento dizendo, sobre as mulheres, como é esperado que elas suposta ou pretensamente devam agir. É o que ocorre com Michelle Obama, primeira-dama estadunidense, cujas atitudes, nos dois trechos citados abaixo, são claramente dicotomizadas e contrapostas, sendo então valoradas e, finalmente, hierarquizadas, para que somente uma delas seja “autorizada” como atitude “devida” – por ser “natural”:

Os tradicionalistas darão crédito à disciplina com que se adaptou ao cargo de primeira-dama, mantendo-se a distância dos *assuntos espinhosos* e na autodeclarada função de "mãe em chefe". (Sem autoria; “Quem tem pernas vai a Washington”; *Veja* de 27/05/2009; p. 136; grifo nosso).

(...) a mulher que em campanha emitia *arriscadas opiniões* de caráter político sumiu na casa Branca, *devidamente* transmutada em esposa impecável, mãe amorosa e defensora de causas instigantes como a boa alimentação das crianças da América. (Sem autoria; “Quem não quer dançar com ela?”; *Veja* de 30/12/2009; p. 158; grifo nosso).

Observa-se nesses trechos que, na visão da *Veja*, a esposa do presidente, uma primeira-dama, não deve – porque já não devia desde o princípio, como “mulher em campanha” – se envolver em assuntos políticos “espinhosos”. Ou seja, a normatização exposta pela revista não é por mera adequação à nova função de primeira-dama, mas à naturalização de seu papel social como mulher, além da explícita divisão sexual do trabalho (político). Ademais, pode-se notar como a mídia – exemplificada aqui pelo semanário pesquisado – se apropria do essencialismo e do ideal de mãe e, ao reproduzi-los, tentar impor uma feminilidade universalizante, em que as mulheres sejam compreensivas, amáveis, mais sensíveis ao cuidado com o próximo, meigas e gentis, características que constituiriam o *ethos* feminino. Dessa maneira, espera-se também que as mulheres sejam mães e que a maternidade potencialize o que, aqui, se trata como características consideradas ‘femininas’.

Em nota na seção “Gente”, acompanhada de sua foto, para comentar sobre o modelito luxuoso adaptado aos preceitos muçulmanos de Mozah Bin Nasser Al

Missned, o texto faz referencia ao trabalho que ela tem desenvolvido no país em relação a educação:

(...) ela é Socióloga e faz premiado trabalho com educação. Transfere os méritos ao marido, *como convém*: “sua alteza me deu liberdade para implantar reformas sociais porque sabe que sou capaz de transformar sua visão em realidade” (Sem autoria; “Segunda esposa é primeira”; *Vêja* de 27/01/2010; p. 87; grifo nosso).

Mozah é a segunda esposa do emir do Catar o xeque Hamad Bin Khalifa Al-Thani, a nota faz menção a visita oficial que fizeram a Brasília e se reuniram com o presidente Lula. O imperativo “como convém” traz uma ambiguidade, pois não fica claro que convém na cultura islâmica as mulheres não terem destaque e transferirem méritos seus para os maridos que lhe concedem alguma liberdade ou se a revista também está de acordo com essa ‘tradição’.

3.2.3 Vida privada

Do universo de reportagens analisadas, 155 (49,1%) delas fazem alguma menção a elementos da vida privada das protagonistas e observa-se, principalmente, referências sobre casamento, vida afetiva e maternidade. Considera-se vida privada o que é doméstico, do âmbito pessoal, íntimo, da vida não pública. Como já citado anteriormente, a cobertura jornalística sobre a vida particular de mulheres e homens é noticiada de maneira distinta: sobre as mulheres normalmente fazendo alusão a relacionamentos, maternidade e rotina doméstica; já dos homens, quando tem esse tipo de referência é de sua profissão antes de estar na vida política ou algo relacionado com algum hábito ou *hobby*.

Tabela 6: Referências a aspectos da vida privada e familiar das mulheres

Vida Privada	Freq.	%
Não resposta	161	50,9
Maternidade/filhos	53	16,8
Casamento/Marido	110	34,8
Rotina doméstica ⁴⁶	10	3,2
Vida sexual	5	1,6
Vida afetiva	18	5,7
Outros	29	9,2
TOTAL	316	100

FONTE: Elaboração própria.

As reportagens que tem menção a *casamento* majoritariamente citam que a política é casada e não entram em detalhes; ou falam de primeiras-damas e se remetem aos seus maridos, deixando explícita a condição do casamento (e às vezes é o único motivo pela qual ela está sendo noticiada). Além dessas, tem-se reportagens que publicizam questões conjugais como brigas, desentendimentos, separação ou uma atuação em conjunto, caso ambos tenham cargos, como por exemplo, como Hillary Clinton e Cristina Kirchner.

Diferentemente das menções à vida privada de mulheres casadas em que, ou se faz referência a seu estado civil ou se relata algum fato conjugal ou doméstico do casal conhecido (atuante no campo político), as referências encontradas sobre a *vida afetiva* das demais protagonistas na revista *Veja* normalmente relatam, supõe ou conjecturam

⁴⁶ Por rotina doméstica entende-se o cuidado com a casa, compras rotineiras e o trabalho doméstico.

sobre novos relacionamentos. Pode-se refletir sobre as matérias que noticiam os (novos) relacionamentos das mulheres políticas a partir do diálogo com a categoria *corporalidade*, embora não mais sob o viés estetizante, mas agora na busca e identificação sobre o ‘pertencer’ desses corpos. Do interesse por se noticiar e por se saber quem conquista (o corpo de) determinada mulher, passa-se a saber quem tem poder e ‘domínio’ sobre esse corpo. Além disso, se esse ‘pertencer’ segue ainda a lógica heteronormativa, a mulher que não tem (leia-se, que não ‘pertence’ a) um homem, namorado ou marido automaticamente deverá lidar com a conjectura ou pressuposição – geralmente preconceituosa – da mídia sobre sua homossexualidade. Afinal, uma mulher não pode estar “sozinha”, isto é, seu corpo deve ‘pertencer’ a outra pessoa que não a ela própria.

Políticas de carreira

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil muitos políticos tiveram seus mandatos cassados pelo regime e foi comum esposas de deputados federais se candidatarem para seguir a carreira política dos maridos, como é um dos casos registrado no trecho:

E o mais deprimente: entre os deputados federais cassados, estavam três das quatro mulheres da Câmara, inclusive a jovem e bela Lígia Douzel de Andrade, sucessora política do marido, ex-deputado também cassado, mãe há poucos dias. (...) Agora a única mulher na Câmara é Nely Novais, também esposa de um deputado (Manuel Novais) (Sem autoria; “A lenta agonia dos políticos”; *Vêja* de 08/10/1969; p. 28).

Em outro trecho da mesma matéria ficam registradas não somente as cassações como também a naturalização de que as mulheres ao concorrerem a cargos por seus maridos cassados o façam para meramente seguir-lhes as carreiras ao invés de construírem suas carreiras próprias. A naturalização é observada em: “As cassações pareciam mostrar que a *Revolução* queria frustrar uma das mais espertas manobras idealizada pela oposição logo após a *Revolução*: a atuação política através de laços (...) sanguíneos no mais diversos níveis e graus” (*idem*, p. 28; grifo nosso). Essa maneira de construir e publicizar a narrativa invisibiliza a possibilidade de elas estarem construindo suas “próprias” carreiras – com uma agência distante da ingênua passividade –, ainda que essa agência esteja obviamente articulada à janela de oportunidade, aberta naquele contexto, de poderem suceder politicamente os maridos cassados. E essa possibilidade,

de visibilizar a agência dessas mulheres, modificaria não o fato da sucessão, mas o modo como se diz e se vê que essas carreiras estão relacionadas a eles, os maridos: são “próprias” porquanto autênticas⁴⁷, mesmo que circunscritas ao contexto, e não se são determinadas pelo e a partir do domínio patriarcal, representado pelo (e medido a partir do) masculino universalizante⁴⁸.

Além do mais, também se destaca o posicionamento da *Veja* em relação à Ditadura Militar. É sabido e notório o incentivo da Editora Abril à Ditadura Militar que é considerada, por estudiosos da área, uma ditadura Civil-Militar⁴⁹, pois teve apoio em setores da sociedade civil, principalmente apoio de grandes empresas. Não apenas pelo fato de chamar um golpe de estado que culminou em uma ditadura de mais de 20 anos de revolução, mas também por apoiar o regime com capas e editoriais, a época, favoráveis às políticas implementadas pelos militares. Além de criminalizar os militantes de esquerda que se opuseram ao regime ditatorial, muitas vezes também atacando e expondo a imagem das mulheres que participaram da resistência ou das esposas de opositores do regime. Apesar de ter sido um período sombrio da história do Brasil, ao mesmo tempo acabou por ser importante para algumas mulheres se lançarem na vida política. Por esse motivo, essas mulheres estão na subseção políticas de carreira e não na de primeiras-damas que abrange esposas de políticos.

Uma das primeiras referências à vida afetiva e relacionamentos que se observa é em uma matéria sobre uma mulher “versátil” que desembarcou em Belém do Pará, em setembro de 1970, e que as autoridades locais pensaram ser alguma terrorista, alguém ligada a guerrilha armada e ao grupo de Carlos Lamarca. A mulher, “Caroli Rieder Rose Milden (provavelmente um nome falso) acabou sendo prêsa, na semana passada, sob suspeita de ser enfermeira e amante do chefe terrorista Carlos Lamarca.” (Sem autoria; “A mulher de Belém”; *Veja* de 09/09/1970; p. 27; grifo nosso). Em dois momentos

⁴⁷ Autenticidade, nesse caso, deve ser compreendida em termos da autonomia que se tem para reinventar a tradição, isto é, para agir socialmente. Ou, como Marshal Sahlins (1999, p. 409) observou, “(...) as tradições são inventadas nos termos específicos das pessoas que as constroem”.

⁴⁸ Anne Phillips (2011) argumenta que não há indivíduo neutro quanto ao gênero. Assim, quando as mulheres aparecem apenas na condição de cidadãs abstratas, apagam-se não apenas diferenças de classe, mas aquelas que podem ser diferenças ainda mais intransigentes, como a sexual e de gênero, quando “[as tradições liberal e de republicanismo cívico] insinuam o corpo masculino e a identidade masculina em suas definições da norma” (PHILLIPS, 2011. p. 341). Assim, essa bruma que envolve especificidades e identidades femininas presentes na sociedade contribui para a dominação da mulher pelo homem, para a não aparição da mulher no debate público e, até mesmo, para a invisibilização da própria autenticidade de sua agência.

⁴⁹ DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado. Editora Vozes, 1981.

diferentes o texto se refere a Caroli Milden como sendo amante de Lamarca. No primeiro momento, do modo que está no texto somente suspeitam que ela era amante de Lamarca; e em um segundo momento, em tom afirmativo, dizem que ela era amante dele. Dessa maneira, dando a entender que ela só está nessa missão e só tem a confiança do líder, pois eles teriam uma relação para além do movimento e do comprometimento com a guerrilha e com o enfrentamento a Ditadura Militar. Desse modo, desconsiderando a importância dessa militante dentro de sua organização política e na política enquanto campo.

É importante compreender o contexto nesse período das décadas de 1960 e 1970, no Brasil e no mundo, em relação a libertação sexual das mulheres. Nessa época, se alguma mulher se relacionava com um homem e não era casada com este, era considerada, de maneira pejorativa, sua amante. Esse tipo de registro era feito nos documentos oficiais do regime e reproduzido pela imprensa da época, mesmo sem nenhuma comprovação de relacionamento entre os militantes. Agora, apresenta-se parte do material empírico com reportagens a partir da redemocratização do Brasil.

A ocorrência mais costumeira sobre a vida afetiva das protagonistas são comentários sobre novos relacionamentos. Em nota da seção “Gente” de maio de 1989 que aborda o relacionamento entre a então ministra do Trabalho, Dorothea Werneck e o ex-presidente do Banco Central, Fernando Millet, o texto traz suposições sobre essa relação, pois publicamente ela não foi assumida por ambas as partes, então a revista fez uma ‘investigação’ para averiguar: “‘Eu e a ministra somos apenas bons amigos’, afirma Millet. “Eles namoravam até o mês passado”, disse a *VEJA* a assessora de comunicação da ministra, Cristina Velho.” (Sem autoria; “Namoro empacotado”; *Veja* de 31/05/1989; p. 98).

Emblemático, sobre a vida afetiva, e também de grande repercussão na mídia brasileira no início dos anos 1990, foi o destaque dado ao relacionamento entre Zélia Cardoso de Mello e Bernardo Cabral, ambos ministros da República à época – ela da Economia, ele da Justiça. A história chegou a virar romance – “Zélia, uma paixão”, escrito por Fernando Sabino⁵⁰. A simples observação dos títulos de algumas das matérias que versam sobre o caso aponta para o tom folhetinesco com qual mesclam atuação pública e vida privada: “O Amor e o poder” (*Veja* 1133 de 06/06/1990) e “Bolero na Esplanada” (*Veja* 1149 de 26/09/1990). Zélia foi protagonista em 13 reportagens, destas, cinco fala-se quase que exclusivamente de sua vida afetiva e seus relacionamentos

⁵⁰ Fernando Sabino. “Zélia, uma paixão”. Editora Redord, 1991.

amorosos. Sobre a vida privada, mas especificamente sobre a vida amorosa, das mulheres que atuam no campo político, Zélia Cardoso de Mello é a protagonista que pode ser considerada a principal representante desse padrão de enquadramento, pois sua vida afetiva foi devassada pela imprensa brasileira na época em que foi Ministra. A matéria da *Veja* que primeiro entra na vida privada de Zélia de Mello, mais incisivamente, é da seção “Comportamento” que comenta a entrevista dada por ela a Marília Gabriela em seu programa na Rede Bandeirantes na qual Zélia de Mello declara estar vivendo uma paixão, no entanto o amor é platônico, pois segundo ela mesma, não tem tempo para namorar por causa de seu trabalho. O texto, não assinado, traz uma descrição da ministra: “uma mulher que, além de jovem, solteira e *atraente*, não acha necessário esconder que no fundo do peito bate um coração igual ao de qualquer mortal.” (Sem autoria; “O amor e o poder”; *Veja* de 06/06/1990; p. 62; grifo nosso). Dessa maneira, o texto dá a entender que a exposição partiu dela e que se a imprensa comentar sobre o seu relacionamento não será invasão de privacidade, pois ela foi quem começou “se expondo”; além do desnecessário comentário sobre sua aparência, objetificando e sexualizando a sua imagem. A matéria também debate as dificuldades que uma mulher encontra ao exercer o poder no Brasil e comenta que alguns dos assédios sofridos por conta do cargo, homens não sofrem: “Raramente se pergunta a um ministro solteiro se ele está namorando, ao mesmo tempo que ninguém se espantaria de vê-lo num restaurante, no sábado, jantando de mãos dadas com uma bela mulher.” (*idem*, p. 62). A matéria aponta um problema que sistematicamente a *Veja* recai: em noticiar a vida privada das mulheres políticas e não fazer o mesmo no caso dos homens. Não que a vida privada dessas pessoas deva ser repercutida, todavia o texto mostra como problemático uma forma de fazer notícia que seu próprio veículo faz. É interessante notar que o jornalismo não é homogêneo e nem mesmo um mesmo veículo de comunicação, como a revista *Veja*, é homogêneo. Acaba por reagir e incorporar críticas, redefinir perspectivas de acordo com mudanças de contextos. Talvez o fato de haver mais mulheres na redação da revista, com vidas em transformação já que os padrões se alteraram ao longo desse período, por exemplo, pode ser uma hipótese para essas dissonâncias em alguns textos.

Após a imprensa descobrir que o amor platônico de Zélia Cardoso era pelo então ministro da Justiça Bernardo Cabral – “motivo de especulações delirantes há meses” (Sem autoria; “Bolero na Esplanada”; *Veja* de 26/09/1990; p. 84) – e que essa relação já não estava tão platônica assim, o tom das matérias mudou bastante, contendo

comentários detalhados sobre a vida privada da ministra, relatando viagens que os dois fizeram para se encontrarem com tranquilidade e até a frequência com que o ministro visitava noturnamente o apartamento da ministra em Brasília. Uma matéria, não assinada comenta que “(...) houve uma natural curiosidade acerca de sua vida amorosa desde que foi escolhida para um dos cargos mais importantes do governo.” (*idem*, p. 85). Essa curiosidade *natural* sobre a vida privada da ministra não se manifesta da mesma forma sobre a vida privada de políticos homens. A própria matéria comenta essa questão na voz de um assessor de Zélia de Mello que diz que esses comentários na imprensa são machistas e que “com o ministro Cabreira, da Agricultura, que também é solteiro, isso não acontece.” (*idem*, p. 85). O questionamento da matéria é de por que a ministra não desmentiu (nem confirmou) que Cabral era o seu amor platônico, visto que ele é casado e comenta que se Cabreira, ministro da Agricultura não tivesse desmentido “mexericos sobre um suposto romance com a ministra da Ação Social, Margarida Procópio, que é casada, a repercussão seria idêntica.” (*idem*, p.85) Será mesmo? No entanto, não se acredita que a imprensa trataria de forma idêntica os dois casos de envolvimento amoroso entre titulares de pastas ministeriais. Talvez tratassem de forma tão ou mais machista do que trataram o episódio de Zélia pelo fato de Margarida Procópio ser casada, e caso a fofoca tivesse embasamento na realidade, estar sendo adúltera. Entretanto, sobre o adultério de Cabral há apenas uma referência insignificante.

A edição de 17 de outubro de 1990 traz na capa Zélia Cardoso de Mello e Bernardo Cabral com a chamada “O romance que derrubou Cabral”. A matéria sobre o assunto tem como título “O amor fulminante” versando sobre a substituição de Bernardo Cabral por Jarbas Passarinho no ministério da Justiça por causa de toda a repercussão acerca do envolvimento amoroso com a colega ministra. Cabral apresentou seu pedido de demissão e o então presidente Fernando Collor aceitou. Entretanto, já passados mais de 20 anos dessa história é sabido que boa parte do que aconteceu foi graças ao reboliço feito pela imprensa, que tratou de forma anormal a relação entre Zélia Cardoso de Mello e Bernardo Cabral. Entende-se que tinha o fato de ele ser casado, no entanto a exploração do romance dos dois extrapolou o limite do aceitável (foi desrespeitoso) e teve essa dimensão justamente para atacar o governo. E conseguiu, visto que o plano econômico gerido pela ministra não estava resultando na baixa da inflação e no aquecimento da economia, como era esperado pela sociedade brasileira e por *Veja*. O material empírico aqui analisado não contempla a saída de Zélia de Mello

do ministério da Economia, no entanto em pesquisa apresentada no livro *Caleidoscópico Convexo* (MIGUEL; BIROLI, 2011), há passagens de reportagens da *Veja* desse período nas quais os seus autores chegam a ser insultuosos e preconceituosos com a pessoa de Zélia de Mello, como em texto de Elio Gaspari que afirma que seu desempenho no ministério foi “de ideias tão desnecessariamente curtas quanto suas saias” (*Veja*, 15 de maio 1991, p. 19, *apud* MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 170). No entanto, em nota da seção “Gente” sobre a festa de posse de Fernando Collor, o texto diz que um estilista tinha afirmado que ela “se veste corretamente” (Sem autoria; “A moda nova do novo poder”; *Veja* de 14/03/1990; p. 72). No texto da mesma edição, Gaspari segue agressivo e diz que ela deveria “ocupar uma tribuna na revista *Playboy*, quer na longa seção de entrevistas, quer nas páginas centrais” (*Veja*, 15 de maio 1991, p. 19, *apud* MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 170). Por mais que em alguns momentos Zélia de Mello tenha exposto sua vida privada deliberadamente, isso não dá o direito a imprensa fazer comentários desrespeitosos e ultrajantes sobre ela e nem expor de forma espetacularizada sua vida afetiva. Essa representação estereotipada que a *Veja* fez de Zélia Cardoso de Mello acarretou em ônus para sua carreira, tanto política quanto profissional.

É interessante observar na categoria sobre vida privada que em algumas reportagens, principalmente do início da década de 90, em especial de pessoas ligadas ao governo Collor, os próprios textos debatem a questão do público e privado e até que ponto é invasão de privacidade por parte da imprensa noticiar alguns fatos da vida privada de pessoas públicas e até que ponto essa publicização foi ‘autorizada’ pelas personagens, como por exemplo em,

Nota-se, no entanto, que a privacidade só existe em casos em que a pessoa pública é a primeira a se esforçar em preservá-la. Zélia esteve longe de defender sua privacidade, na medida em que disse na televisão que estava apaixonada, colocou uma aliança no dedo, deu uma festa em que seu par explícito foi Bernardo Cabral e se recusou a desmentir o namoro quando ele explodiu nos jornais (Eduardo Oinegue e Expedito Filho; “O amor fulminante”; *Veja* de 17/10/1990; p. 31).

O trecho acima é de matéria assinada por Eduardo Oinegue e Expedito Filho. Nesse excerto, e em outros momentos da *Veja*, autores eximem-se da responsabilidade por (e das consequências ao) expor de maneira espetacularizada a vida privada de uma figura pública, como de Zélia Cardoso de Mello, pois, argumentam que se essa figura não mostrou “se esforçar em preservá-la”, então há evidente consentimento para sua

exposição em sensacionalismo imprudente. É preciso dizer, novamente, o quão falacioso – e, até mesmo, tendencioso – é o argumento. Isso porque, diante da prevalência do interesse público e/ou coletivo sobre o individual e/ou privado, e mesmo diante do direito à informação, há que se perguntar, não como mera retórica, mas a partir da necessária responsabilidade social dos meios de comunicação, que é a garantidora de sua legitimidade: a quem interessa isso? É certo que os critérios para caracterizar violação da privacidade de pessoa de vida pública sejam diferentes daqueles necessários para proteger pessoas em diferentes profissões, cuja exposição e aparição públicas não façam parte de suas atividades: o chamado “ônus da suportabilidade” por pessoas da vida pública. Ainda sim, é necessário problematizar os modos como se exercita, socialmente, o direito de informar sobre a vida íntima de pessoas de vida pública⁵¹.

Caso corriqueiro e semelhante ao de Dorothéa Werneck em 1989 aparece também em nota da sessão “Gente”, que expõe o novo relacionamento de Marta Suplicy, Márcio Toledo. O texto comenta o novo namoro e informa os “status de relacionamento” dos ex-companheiros de ambos: “A ex dele, Paula, está sozinha. O ex dela, Favre, não. “Está com uma moça mais nova e bem mais rica”, informa o amigo.” (Sem autoria; “Os bons companheiros”; *Veja* de 21/10/2009; p. 95). A narrativa construída em textos como esse, que fazem questão de mostrar com quem as mulheres políticas estão se relacionando (e com quem estão se relacionando as pessoas que já se relacionaram com elas), nos remete ao questionamento inicial sobre o porquê de se noticiar fatos da vida privada e afetiva de mulheres políticas. Entende-se que a resposta ao questionamento é no sentido de desviar o foco da atuação política dessas mulheres, tornando suas representações frívolas e confundindo – quando não, invisibilizando – suas reais funções e responsabilidades para com a sociedade, para não dar visibilidade a comportamentos e ações consideradas desviantes, já que a norma cristalizada é de que quem atua no campo político são homens, e não mulheres.

Para seguir, minimamente a cronologia das reportagens, observa-se que as referências a *maternidade* são tanto em relação a real condição de ser mãe, citando quantos filhos (e netos) a protagonista tem, até a utilização dessa referência como figura de linguagem para descrever algo que ela tenha criado, desenvolvido ou que seja responsável por desenvolver, como em: “Assim como a maternidade do PAC deu fôlego à candidatura de Dilma, um eventual fracasso poderá deixar a ministra a pé na próxima

⁵¹ A esse respeito, cf. DOTTE, 1980; CARVALHO, 1999.

eleição presidencial.” (Diego Escosteguy; “O PAC empacou”; *Veja* de 07/01/2009, p. 45). Citação em matéria que fala sobre o não sucesso, até então, do PAC (Plano de aceleração do crescimento) que é um projeto de governo federal em que Dilma Rousseff era a gestora enquanto ministra. Ou até, de uma forma irônica: “Lila é uma candidata que cerca Mário Covas com cuidados de uma mãe de miss em véspera de concurso de beleza” (Sem autoria; “Elas por elas”; *Veja* de 13/09/1989; p. 82). Matéria sobre as esposas dos candidatos a presidência da República em 1989 e o trecho específico é sobre Lila Covas. A referência ao fato de ser mãe e citar a quantidade de filhos é a ocorrência mais constante nas matérias.

Outras matérias fazem menção a maternidade para se remeter a corporalidade das protagonistas, para dizer que apesar de já terem tido filhos, elas estão com o corpo ‘em forma’, dentro dos padrões estéticos socialmente aceitos, como em: “Seus nove filhos, dos quais cinco adotados, são motivo de admiração, tanto pela generosidade de coração da mãe quanto por sua boa forma.” (Lucila Soares; “Garotinha do Rio faz e acontece”; *Veja* de 14/07/1999; p. 102-103). Matéria sobre Rosinha Garotinho (Rosângela Mateus) quando assumiu como primeira-dama da cidade do Rio de Janeiro, ou em “Mozah tem 50 anos, sete filhos e zero barriga” (Sem autoria; “Quando Islã rima com Louboutin”; *Veja* de 26/05/2010; p. 143) em matéria sobre o estilo e o guarda-roupas de Mozah Bin Nasser Al Missned

Se os casos apresentados até agora poderiam parecer suficientes para o argumento, é preciso ainda lembrar que, para além do preconceito de gênero sofrido por mulheres políticas, que estimula sua representação inapropriada, busca-se diferentes modos de representação como a ideia de que o corpo de uma mulher deve ‘pertencer’ a outra pessoa que não a ela própria é sustentada e reproduzida pelo jornalismo – em síntese, busca-se mecanismos de reprodução da publicização da dominação.

Assim, a reportagem intitulada “Será que ela é?” versa sobre a sabatina que Elena Kagan sofreu no Senado estadunidense para poder assumir a Suprema Corte. O texto comenta que a juíza teve que disfarçar suas verdadeiras convicções para assumir um cargo de tamanha importância, “fingir que é menos à esquerda do que na realidade e até colocar maquiagem e colarzinho de pérolas” (Vilma Gryzinski; “Será que ela é?”; *Veja* de 07/07/2010; p. 49). A matéria fala que Elena tem posições polêmicas e que a maior pergunta que fica no ar é se ela é homossexual ou não, pois tem 50 anos e nunca se casou. Dessa forma, a revista conjectura sobre a orientação sexual da protagonista, fazendo juízo de valor, desde o título, e suspeitando de seus futuros posicionamentos em

pautas como o aborto e o casamento homoafetivo. Conjectura essa embasada em estereótipos de gênero pelo fato de ela (ainda) ser solteira e de não sucumbir aos padrões estéticos impostos pela sociedade e por causa de sua “ vaidade zero”.

Portanto, a *Veja* anula o corpo de Elena Kagan, não o considerando válido para uma mulher, no sentido genérico e universalizado do que é uma mulher e/ou o que seja o feminino. Judith Butler⁵² fala sobre a heterossexualidade como responsável por essa anulação, “a abjeção de certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligência, manifesta-se em políticas e na política, e viver com um tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia” (PRINS e MEIJER, 2002, p. 157). A questão discutida aqui é a suspeita, por parte da *Veja*, de Elena Kagan ser homossexual pelo fato de ter 50 anos e “ vaidade zero” e ainda ser solteira. Além do mais, a questão da “ vaidade zero” que é o simples fato de Elena Kagan não se importar com os padrões de beleza incomoda a *Veja*, visto que o “ mito da beleza sempre determina o comportamento, não a aparência” (WOLF, 1995, p. 17). A matéria relaciona o fato dela nunca ter se casado com um homem com a questão de ela não ser vaidosa; dessa forma se remetendo ao estereótipo de que mulheres homossexuais não são vaidosas, assim sustentando a suspeita do texto. Desse modo, a visão heterossexual da autora da matéria, Vilma Gryzinski, anula o corpo de Elena Kagan, anulando a possibilidade desse corpo viver e se relacionar com outros de maneira ‘desviante’ dos padrões normativos de heterossexualidade.

Na seção sobre corporalidade se levantou o problema das mulheres serem representadas, majoritariamente, por seus corpos e não por sua prática política, principalmente quando essa representação se faz de maneira sexualizada. Aqui, quando se fala que a autora anula o corpo de Elena Kagan, não é no sentido de que seu corpo não foi diretamente tematizado. Mas sim no sentido de que foi tematizado para ser anulado, invalidado, cancelado somente por não estar de acordo com o padrão socialmente normatizado de beleza e de heterossexualidade.

⁵² PRINS, Baukje e MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se torna matéria: entrevista com Judith Butler. Revista de Estudos Feministas, 2002, vol.10, n.1, pp. 155-167.

Primeiras-damas

Agudizando a dicotomia entre a esfera pública e a publicização da vida privada, torna-se emblemática a cobertura da *Veja*, na seção “Internacional”, em uma matéria de duas páginas sob o título “Guerra conjugal”, *Veja* traz a separação do então presidente da Argentina, Carlos Menem e sua esposa Zulema Yoma de Menem. “Separação vira assunto de Estado na Argentina, e o presidente Menem manda expulsar a primeira-dama da residência oficial” diz o subtítulo do texto que traz detalhes da relação do casal presidencial e da expulsão da primeira-dama da residência oficial da presidência. Menem tomou essa decisão pelo fato de sua esposa estar fazendo muitas críticas públicas ao seu governo, no entanto, a matéria traz que “ninguém no país ignora que o chefe de Estado é um mulherengo e que seu matrimônio com Zulema era apenas uma formalidade.” (Sem autoria; “Guerra conjugal”; *Veja* de 20/06/1990; pp. 42-43). Desse modo, *Veja* mostra de forma espetacularizada o casamento (ou o fim) de um chefe de Estado, embaralhando questões da vida privada com ações relacionadas ao exercício público do poder, como a economia. Dessa forma expondo ambos, presidente e primeira-dama.

Ainda na Argentina, uma década depois e após a separação de Carlos Menem com Zulema Yoma Menem, seus relacionamentos amorosos ou o fato dele ser “mulherengo” está recorridamente na mídia e sendo relatado também pela *Veja*. Em matéria intitulada “Pantera Liberal”, de agosto de 1990 (citada na tabela apêndice da seção sobre corporalidade), que trata sobre o ensaio fotográfico sensual que María Julia Alsogaray assessora de Menem fez, o texto fala que dentre os *hermanos* há boatos de romance entre o então presidente e sua assessora⁵³. Quase dez anos mais tarde, uma nota da seção “Gente” comenta o novo relacionamento de Menem, agora com a chilena Cecilia Bolocco.

Eles insistem em negar, mas depois do flagra acima⁵⁴, publicado na *Caras* argentina, fica difícil acreditar que o ex-presidente Carlos Menem, de short e em boa forma para seus 70 anos, não tenha nada com a chilena Cecilia Bolocco, 36, dona da mansão na qual se hospedou em Miami (Sem autoria; “Bela aposentadoria”; *Veja* de 12/07/2000; p. 99).

⁵³ Aqui ele já tinha impedido sua esposa de entrar na residência oficial e ela estava preparando o divórcio litigioso.

⁵⁴ Refere-se a uma foto do casal, que está junto a nota, originalmente publicada na revista *Caras* argentina.

Carlos Menem é um dos poucos políticos homens, de repercussão internacional, que tem sua vida privada um pouco mais exposta. Ao longo da coleta das matérias e da análise nota-se alguma atenção a sua vida afetiva e a sua auto apresentação e estética, como em comentários sobre o uso de *botox* e tintura de cabelo. Também tendo descrições estereotipadas por ser um homem de idade mais avançada. Nessa subseção sobre primeiras-damas utilizou-se somente esses exemplos, envolvendo Carlos Menem, pois são os mais representativos sobre a exposição da vida privada de primeiras-damas ou esposas de políticos, que também cita o homem mais explicitamente. E também porque a maioria das reportagens acaba somente por comentar o fato de mulher ser casada com um político.

Observando as subseções sobre vida privada, tanto das políticas de carreira como das primeiras-damas, averigua-se uma diferença evidente: o modo de noticiar os seus relacionamentos. Sobre as primeiras-damas, pelo simples fato de apresentá-las como primeira-dama de um determinado país já fica explícita a relação do casamento, então normalmente não é muito explorado, somente se há algum escândalo conjugal explícito. Já acerca das políticas de carreira, quando as reportagens abordam suas vidas privadas normalmente se remetem as suas vidas afetivas, noticiando seus novos relacionamentos ou eventos importantes dentro de um relacionamento já existente. No entanto, o tom espetacularizado está constantemente presente nas reportagens que noticiam a vida privada das mulheres que estão no campo político. Não somente nas reportagens que exclusivamente abordam algum elemento de suas vidas privadas, mas também nas matérias de teor político que comentam alguma passagem da vida privada das protagonistas.

Essa subseção acabou por focar mais nos relacionamentos envolvendo Carlos Menem, pois foram os casos com maior repercussão nas reportagens dentro do período analisado. No entanto sabe-se de outros casamentos de personalidades políticas que passaram por crises conjugais e que foram amplamente repercutidos e espetacularizados pela *Veja*, como o caso Monica Lewinsky no casamento de Hillary e Bill Clinton.

Observa-se assim, que a revista *Veja*, e a mídia como um todo, somente repercute de maneira espetacularizada a vida privada dos homens políticos quando estes se envolvem em escândalos de adultério, pois fere a moral e os bons costumes da família tradicional, dessa maneira virando alvo de críticas e desgastes políticos.

Naturalização e cristalização de discursos

John B. Thompson (1995), sugere, como orientação para análise de material empírico a utilização dos modos de operação da ideologia propostos por ele e apresentados brevemente no capítulo 2, com o intuito de identificar as formas simbólicas que podem estabelecer e sustentar relações de poder e, conseqüentemente de dominação. Thompson identifica cinco modos de operação da ideologia e suas formas estratégicas de “construção simbólica” pelas quais a ideologia pode operar: *legitimação* (racionalização, universalização e narrativização); *dissimulação* (deslocamento, eufemização e tropo); *unificação* (padronização e simbolização da unidade), *fragmentação* (diferenciação e expurgo do outro) e *reificação* (naturalização, eternalização e nominalização/passivação). A análise focará na *reificação*, pois a naturalização foi o *modus operandi* da ideologia mais observado nas reportagens sobre as protagonistas que atuam no campo político.

Analisando as reportagens que compõem o *corpus* analítico, observa-se que a naturalização é uma estratégia de construção simbólica utilizada sistematicamente em reportagens que abordam a atuação de mulheres na política. A naturalização fica bastante clara quando se olha para as matérias que tratam de mulheres que têm maridos que também atuam no campo político, como o caso de Cristina Kirchner e Hillary Clinton. Uma constante observada nas reportagens é falar que a Argentina é governada pelo casal Kirchner e não por Cristina (até o falecimento de Néstor, em novembro de 2010). A matéria que noticia a morte de Néstor Kirchner comenta que agora há a possibilidade de saber como a presidenta governará sozinha, sem os conselhos do marido e que os argentinos sentem “como se estivessem às vésperas de uma segunda posse de Cristina, a partir da qual ela assumirá, de fato, o poder.” (Duda Teixeira; “O Kirchnerismo ficou viúvo”; *Veja* de 03/11/2010, p. 93). Dessa maneira a *Veja* naturaliza a hierarquia de gênero e ignora toda a vida e trajetória política de Cristina Kirchner, que já foi deputada e senadora e que milita politicamente desde quando era estudante no enfrentamento contra a Ditadura Militar e sempre teve carreira política autônoma. É sabido que houve uma atuação conjunta da presença na política que possibilitou o acesso à presidência, no entanto a *Veja* negligencia a atuação individual de Cristina Kirchner. Naturalização é uma estratégia de construção simbólica utilizada pelo modo de operação da ideologia conhecida como *reificação*. A ideologia como reificação opera na eliminação ou na ocultação do caráter sócio-histórico dos fenômenos. Ela envolve o

estabelecimento da “dimensão da sociedade ‘sem história’, no próprio coração da sociedade histórica” (LEFORT *apud* THOMPSON, 1995, p. 88). Dessa maneira, ao tratar de forma natural que Néstor governe em conjunto com Cristina e ignorando a trajetória política dela, *Veja* está apagando o caráter social e político da atuação política de Cristina Kirchner.

Em uma nota na coluna “Notas internacionais” sob o título “Três candidatas mostram sua ginga” em que comenta a candidatura de Hillary Clinton ao Senado estadunidense, de Gina Lollobrigida ao Parlamento italiano e de Sonia Gandhi ao governo da Índia o texto diz: “Personagens emergentes da nova cena política mundial, *as mulheres aprendem rápido os truques das campanhas eleitorais.*” (Sem autoria; “Três candidatas mostram sua ginga”; *Veja* de 02/06/1999; p. 56; grifo nosso). Na expressão grifada nota-se a naturalização da não presença da mulher no campo político e do não traquejo (normas e valores) em relação aos meandros da política, mas que elas “aprendem rápido” quando necessitam atuar no campo. Além da referência a truques, dando a entender que na política sempre se está enganando alguém, seja o adversário ou o eleitor. A naturalização de algumas relações, como da não presença das mulheres na política, aparece em vários momentos nas matérias sobre Hillary Clinton e como já visto anteriormente, a naturalização é uma estratégia de construção simbólica que sustenta uma dominação e estabelece uma desigualdade nas relações de poder.

Hillary Clinton foi a primeira esposa de um presidente estadunidense a ingressar na carreira política e a disputar uma eleição, e isso é frisado em várias reportagens, até em tom de deboche em relação a Bill Clinton após vitória dela como Senadora: “Será que ainda se verá Bill Clinton no papel de marido da presidente, recendo esposas de chefes de Estado, enquanto Hillary negocia acordos de impacto global?” (Sem autoria; “No Senado, de olho na Casa Branca”; *Veja* de 15/11/2000; p. 49). Ironia essa com tom naturalizante em relação as “funções” exercidas por esposas de presidentes (chefes de estado) visto que essas atividades (como de receber outras primeiras-damas) é uma tradição protocolar ocidental republicana, onde não há nada normatizado formalmente e sim institucionalizado por costume. Além do mais, qual o problema dessa relação? É inadmissível, em um casal de políticos, ela negociar acordos de impacto global e ele ficar a margem dessa negociação? Caso Hillary Clinton se elegeisse como presidenta dos Estados Unidos estaria se desorganizando a divisão sexual do trabalho político e, dessa maneira, embaralharia as posições naturalizadas dentro do campo político.

Em uma nota da seção “Gente” comentando quando Hillary Clinton fraturou o cotovelo e Sonia Sotomayor, juíza estadunidense, quebrou o tornozelo e que “as duas poderosas mais faladas da semana nos Estados Unidos tiveram de mostrar serviço *como se fossem homens*, e engessadas.” (Sem autoria; “Engessadas por ora, poderosas sempre”; *Veja* de 22/07/2009; p.97; grifo nosso). Mais uma vez a *Veja* reforça o machismo naturalizando a divisão sexual do trabalho político e considerando que os homens trabalham mais e mais intensamente que as mulheres.

A naturalização, por parte de *Veja*, observada aqui não só se manifesta em relação a atuação política das mulheres, mas também naturalizam padrões presentes na socialização de gênero, quando o sexismo define a mulher relativamente ao casamento e à maternidade. Averigua-se essa forma de naturalização, por exemplo, em uma matéria longa após a eleição de Fernando Collor como presidente da República, que traz a história de Rosane Collor e traça um perfil sobre sua personalidade, comentando que ela vive um “conto de fadas” e que “o sonho, para a garota recém-saída da adolescência, estava apenas começando”, se referindo ao início de namoro com Fernando Collor e que depois da eleição “a vida de Rosane vem seguindo esse enredo de contos de fadas, que culminará na sua entrada gloriosa dentro em breve não num castelo encantado mas num palácio, o do Planalto.” (Sem autoria; “Juventude no Planalto”; *Veja* de 24/12/1989; p. 94). Para concluir a matéria, o texto diz “que o primeiro e principal projeto de Rosane é ter um filho”. Dessa maneira, a representação que *Veja* faz de Rosane Collor é de uma menina imatura, não preparada para ocupar o cargo que ganhará pelo fato de ser a esposa do presidente da República, tratando-a como infantil e naturalizando sentimentos e expectativas da futura primeira-dama por causa de sua pouca idade.

Thompson, ao falar das estratégias simbólicas de operação da ideologia chamou atenção para algumas maneiras de como se pode pensar a interação de sentido e poder na vida social e “algumas das estratégias e maneiras como o sentido pode ser construído e difundido no mundo social, e para algumas das maneiras como o sentido, assim difundido, pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação.” (THOMPSON, 1995, p. 89). Estratégias particulares de construção simbólica não são ideológicas por si mesmas, o sentido gerado por elas ou difundidos pelas formas simbólicas pode servir, ou não, para estabelecer ou sustentar relações de dominação. Ou seja, essa relação depende do contexto em que essas construções simbólicas foram produzidas e recebidas, e somente se confirmará após exame dos mecanismos específicos através dos quais elas são transmitidas dos produtores para os receptores e

também somente através do exame do sentido que essas formas têm para ambos. Entende-se que “o noticiário jornalístico participa de uma dinâmica discursiva caracterizada pela retomada de discursos historicamente cristalizados, nos quais a oposição entre masculinidade e feminilidade se mantém e está associada a papéis convencionais de gênero.” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 190). Dessa maneira, a *Veja* ao naturalizar determinadas relações, como a pouca presença das mulheres na política ou que mulheres que são casadas com homens que também atuam na política não são autônomas e sim que dividem seus cargos, discursos históricos cristalizados, transmite a imagem de que mulheres não são aptas para atuar no campo político. Sendo assim, sustentando uma relação de dominação e contribuindo para o alijamento das mulheres da esfera pública e principalmente do espaço de mando.

Um dos pontos observados a partir do material empírico e que também reflete a naturalização de algumas relações no campo midiático, e que merece uma atenção maior nos estudos sobre mídia, política e gênero, é que a maneira de representar as mulheres difere de acordo com sua ideologia, e essa diferenciação é aqui observada a partir da diferença do tratamento entre Angela Merkel⁵⁵ e outras políticas com o mesmo *status* político como Cristina Kirchner e Dilma Rousseff. A revista *Veja* normalmente representa as mulheres que atuam no campo político como desviantes, pois naturaliza o campo político como masculino. Desse modo, mulheres que atuam politicamente são consideradas desviantes. Entretanto, nesse caso, tem-se o entendimento de que a revista considera Cristina Kirchner e Dilma Rousseff duplamente desviantes por serem mulheres políticas e por serem de esquerda. Desviam ideologicamente, pois a primeira pertence ao Partido Justicialista, na Argentina, e a segunda ao Partido dos Trabalhadores, no Brasil, dois partidos que compõem o espectro ideológico da esquerda. E talvez se possa agregar mais um ‘agravante’ a atuação das duas: eis que são latino-americanas. Dessa maneira, sofrem uma sobreposição de preconceitos, por parte de *Veja*, em sua atuação política, pois são mulheres latino-americanas de esquerda, enquanto Angela Merkel também é mulher, mas europeia e de direita. A Chanceler

⁵⁵ Pode causar estranheza o nome de Angela Merkel aparecer somente ao final desse trabalho. No entanto ela protagoniza sete reportagens, enquanto Cristina Kirchner aparece em oito, assim, quantitativamente eles tem uma mesma representação. Entretanto, a única referência a vida privada de Merkel conta que ela é filha de um pastor Luterano; e a menção a sua autoapresentação comenta uma modificação de seu penteado. Dessa maneira deixando explícita a diferença de tratamento entre Angela Merkel e as demais políticas que ocupam cargos com *status* semelhante ao seu.

pertence a União Democrata-Cristã (em alemão: Christlich Demokratische Union Deutschlands – CDU) que é um partido político alemão de ideologia conservadora e situado à direita no espectro político. Ou seja, os modos de construção da imagem das mulheres na *Veja* oscilam também segundo sua proximidade ou distância da posição ideológica assumida pela revista.

Assim sendo, tem-se o entendimento de que a diferença na forma de noticiar essas mulheres tem relação direta com os posicionamentos políticos delas, de seus partidos e de seus governos⁵⁶. Pois, a *Veja* está mais alinhada ideológica e politicamente com o governo dirigido por Merkel do que pelos governos de Kirchner e/ou de Rousseff, visto que as políticas implementadas na Alemanha e as influências de Angela Merkel na União Europeia estão muito mais de acordo com a visão de mundo da *Veja* do que as políticas implementadas pelas outras duas protagonistas na América Latina. E noticiar essas políticas, Cristina Kirchner e Dilma Rousseff, de forma estereotipada e corporificada é uma maneira de desqualificar e invalidar suas atuações. Assim, como dito anteriormente, não somente o jornalismo participa de uma dinâmica discursiva nos quais a oposição entre masculinidade e feminilidade se mantém e está associada a papéis convencionais de gênero, mas nota-se, ademais, que os estereótipos de gênero são mais mobilizados (ou se acentuam) como forma de marcar aquelas que são ideologicamente desviantes (mais do que só desviantes pelo gênero). Dessa maneira, deixa-se aqui essa reflexão como uma agenda de pesquisa a ser observada com mais cuidado pelos estudos sobre mídia, política e gênero.

⁵⁶ Talvez esteja extrapolando na análise, no entanto *Veja* também trata Marina Silva de forma diferente de Cristina Kirchner e Dilma Rousseff, mesmo sendo considerada de esquerda pela revista. Marina Silva é apresentada pela revista como uma “boa notícia” para a política e não a representa de forma estereotipada e nem espetaculariza sua vida privada. *Veja* considera Marina Silva de esquerda, porém sabe a quem ela pode servir: a interesses conservadores tanto de um setor da Igreja, quanto de uma parte do empresariado nacional.

Considerações finais

Na análise das reportagens que foram publicadas ao longo de mais de 40 anos se observa algumas constâncias, como as referências a auto apresentação das protagonistas das matérias. Em maior ou menor grau, comentários sobre roupas, cabelos e modificações estéticas são recorrentes e aparecem quantitativamente mais vezes do que outras recorrências, como comentários sobre a vida afetiva das mulheres. As menções acerca da vida afetiva das mulheres (sem considerar o registro de que a mulher é casada) aparecem em 27 matérias (8,54%), enquanto as menções sobre a aparência delas estão em 110 reportagens (34,8%), do universo de 316 reportagens.

A pesquisa se fez na tensão entre o que a mídia faz e o que deveria fazer⁵⁷. Dessa forma, a análise trata-se do modo de fazer jornalismo da revista e não da intenção por trás desse fazer. Assim, tratou-se de problematizar o que pode ter atraído a atenção da revista para noticiar o fato, isto é, a atuação política, e o que efetivamente é noticiado cuja ênfase se revela, a partir da análise dos dados, estar associada mais ao corpo, a feminilidade e a vida privada das mulheres políticas.

Tomando por padrão, nesses anos analisados, a construção da representação das 10 protagonistas que mais foram noticiadas pela *Veja*⁵⁸, teremos uma imagem de políticas que se vestem de uma maneira formal e sóbria e que são preocupadas com a sua autoapresentação. No entanto, ao analisar matérias sobre mulheres políticas que não ocupam posições centrais no campo político, observa-se uma representação maior delas a partir de seus corpos, ao contrário das que estão em cargos de maior relevância. Averigua-se isso em reportagens, por exemplo, sobre a deputada federal Rita Camata ou sobre María Julia Alsogaray, assessora do então presidente da Argentina, Carlos Menem. Assim, entende-se que “a visibilidade ligada ao corpo aparece como marca negativa, caracterizando as mulheres como dissonantes diante do ideal de um debate livre de especificidades, particularidades e afetos.” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 182). Essa representação conectada ao corpo dessas mulheres é recorrente em todo o período analisado. Modificaram-se os adjetivos utilizados, mas a sistemática referência ao corpo é padrão. Dessa maneira, a revista mostra uma imagem corporificada e em alguns casos

⁵⁷ O dever fazer da mídia está expresso na Constituição Federal e no Código de Ética dos Jornalistas.

⁵⁸ Dilma Rousseff, Zélia Cardoso de Mello, Margaret Thatcher, Hillary Clinton, Marina Silva, Rosane Collor, Marta Suplicy, Michelle Obama, Angela Merkel, Cristina Kirchner.

objetificada do corpo das mulheres quando, por exemplo, fala que as mulheres devem ter um aspecto jovial para agradar aos homens. Assim sendo, não promove desse jeito, a politização e debate acerca de questões relacionadas ao corpo e à esfera doméstica, mas sim constrói formas de representar as mulheres que podem ser desvantajosas, culminando em ônus futuros e a empecilhos para suas carreiras políticas.

Como abordado no capítulo 2, a mídia e a política formam campos distintos, na concepção de Pierre Bourdieu (1989), porém sobrepostos. Cada um destes campos exerce influência sobre o outro de maneira limitada e com algum grau de resistência. Entender de que forma essa influência se dá é parte da análise e reflexão sobre a relação entre estes campos; principalmente quando se trata da influência do campo político pelo midiático.

Uma das questões levantadas ao longo da dissertação é a necessidade de uma reflexão acerca da maneira como as mulheres que atuam no campo político são noticiadas pela mídia. Trata-se de observar não só sua presença ou ausência quantitativa, mas o modo como se define essa presença, pois se observa que as mulheres, quando aparecem na cobertura jornalística, são representadas como atores sociais deslocados do campo político. Um dos elementos que podem contribuir para o fim desse deslocamento das mulheres é a superação da igualdade meramente formal, pois ela por si só não é suficiente, porque não consegue incluí-las de fato nas práticas e experiências, contribuindo também para os obstáculos cotidianos para a busca de uma igualdade real entre mulheres e homens. Ou seja, a igualdade formal precisa aliar-se às políticas por “igualdade de fato”, que podem ser vistas como “igualdade material”, aliada a “igualdade de oportunidades” e a “igualdade de presença”. Essas parecem ser as condições mínimas necessárias para que as mulheres possam estar melhor posicionadas dentro dos campos, tanto político quanto midiático. Uma igualdade de presença na cobertura jornalística, tanto em critérios quantitativos quanto qualitativos, como por exemplo, uma representação das mulheres de modo não estereotipado poderia colaborar na construção de condições menos hierárquica e reduzir obstáculos, ao menos simbólicos, na construção da igualdade.

Quando Iris Marion Young (1990) explana sobre as cinco faces da opressão e traz a opressão como um conceito estrutural, que se refere a fenômenos que imobilizam ou diminuem determinado grupo social, pode ser relacionada com Bourdieu, quando este explica que as funções ideológicas do campo seriam as disputas internas para a ocupação de espaços de destaque dentro desse campo e que os perdedores (dessa

disputa) são posicionados na periferia do campo. Ou seja, que determinados agentes do campo ou o grupo social marcado como o “outro” não têm o poder de disseminar suas experiências, visto que esses grupos dominantes têm mais condições de disseminar a sua visão do mundo a partir de mecanismos como os veículos de comunicação de massa, utilizando estratégias de construção simbólica em uma relação assimétrica de poder já estabelecida. Dessa maneira, as mulheres como sendo o “outro” e estando a margem dos dois campos, o político e o midiático, têm naturalizada uma condição em que sofrem diversos tipos de constrangimentos (estruturais e materiais) e não têm espaço para vocalizar suas perspectivas e experiências. Além do mais, a dominação masculina (ou formas naturalizadas de sexismo) perpassa a cultura dos grupos dominantes (detentores dos meios de comunicação) podendo ser internalizada e naturalizada como norma pelos indivíduos, fazendo que a cultura do “outro” ou, nesse caso, que as experiências e perspectivas das mulheres, não sejam consideradas como válidas. Nas palavras de Young, essa é a injustiça do imperialismo cultural, pois as experiências e interpretações da vida social que os grupos oprimidos têm, no caso as mulheres, encontram pouco espaço para interferir na cultura dominante, enquanto essa cultura impõe aos grupos oprimidos suas experiências e interpretações da vida social (Young, 1990, p. 105), como os homens fazem com as mulheres.

O *corpus* analisado permite acesso ao modo como a *Veja* constrói, publiciza e consolida discursivamente a representação da imagem das mulheres que atuam na política. Observa-se que nas quatro décadas analisadas há certa recorrência no modo de se fazer referência às mulheres: de maneira corporificada, dando destaque a suas vidas privadas e enquadrando-as em uma feminilidade universalizante e naturalizada.

Existe uma enorme diferença entre dizer que esse modo de representar as mulheres oculta sua atuação política e reproduz convenções sociais e dizer que existe uma intencionalidade. Aqui não se está atribuindo intencionalidade à revista. Entretanto, está se afirmando que a revista faz escolhas – condicionadas à sua trajetória, à linha editorial e a convenções e representações sociais articuladas discursivamente - e essas escolhas geram efeitos, e um deles, descrito aqui como enquadramento, é não dar luz, diretamente, a atuação política das mulheres no campo político, mas salientar essa atuação de outra maneira (a partir de sua autoapresentação, por exemplo). A pesquisa se propôs a analisar o efeito das escolhas da revista (dos jornalistas e do editor) a partir do enquadramento identificado a partir, somente, das reportagens publicadas constantes no *corpus*.

Há ainda dois pontos a serem acrescentados, sobre a maneira como a *Veja* representa as mulheres na política: as formas de construção do feminino que são desvantajosas para as mulheres, mesmo quando são apresentadas como algo positivo (por exemplo, a beleza); e a ênfase nos estereótipos de gênero. A repetição da imagem da mulher como pertencente à esfera privada e, com isso, ligada a uma moral diferenciada e a comportamentos diferenciados, também vai contra a tentativa de colocar homens e mulheres em posições mais igualitárias (MOTA 2013, p. 89). Essas construções do feminino feitas pela *Veja* contribuem para a hierarquização da posição das mulheres na sociedade e muitas vezes criam expectativas que podem desdobrar-se em ônus à sua presença e visibilidade. Dessa maneira, as mulheres permanecendo como o “Outro” e estando a margem dos dois campos, o político e o midiático, sofrem diversos tipos de constrangimentos (estruturais e materiais) e têm menos espaços e meios para vocalizarem suas perspectivas e experiências – e serem escutadas.

Em segundo lugar, a ênfase no uso dos estereótipos perpassa a mídia como um todo, não só a jornalística bem como a de entretenimento. A pouca visibilidade dada às mulheres, constrói formas de representá-las que podem ser desvantajosas, culminando em ônus futuros e em obstáculos a suas carreiras políticas. Ao invés de a mídia facilitar o acesso a informação sobre a atuação das mulheres na política, para contribuir com a democracia e com a fiscalização por parte da(o) cidadã(o) acerca do mandato de sua parlamentar, a mídia faz a cobertura sobre sua atuação a partir de sua aparência, e não de sua ação política. No entanto, o jornalismo enquanto forma de mediação do contato dos indivíduos com esferas e aspectos da vida que deveriam ser importantes (segundo os critérios do próprio jornalismo) (MOTA 2013, p. 90), contribui para a naturalização dos estereótipos de gênero acarretando em possíveis desvantagens para as mulheres.

Diferentemente das menções à vida privada de mulheres casadas em que, ou se faz referência a seu estado civil ou se relata algum fato conjugal ou doméstico do casal conhecido (e atuante no campo político), as referências encontradas sobre a *vida afetiva* das protagonistas na revista *Veja* normalmente relatam, supõem ou conjecturam, sobre novos relacionamentos. Pode-se refletir sobre as matérias que noticiam os (novos) relacionamentos das mulheres políticas a partir do diálogo com a categoria *corporalidade*, embora não mais sob o viés estetizante, mas agora na busca e identificação sobre o ‘pertencer’ desses corpos. Buscou-se entender o interesse por se noticiar e por se saber quem conquista (o corpo de) determinada mulher, por saber quem tem poder e ‘domínio’ sobre esse corpo. Convém notar, ademais, que esse ‘pertencer’

segue a lógica heteronormativa, pois a mulher de vida pública que não tem (leia-se, que não ‘pertence’ a) um homem, namorado ou marido automaticamente deverá lidar com a conjectura ou pressuposição – geralmente preconceituosa – da mídia sobre sua homossexualidade. Afinal, uma mulher não pode estar “sozinha”, isto é, seu corpo deve ‘pertencer’ a outra pessoa que não a ela própria.

A revista *Veja*, a partir das escolhas que faz, acaba por reproduzir a imagem de que mulheres não são aptas para atuar no campo político ao naturalizar determinadas relações, como a pouca presença das mulheres na política, ao naturalizar a divisão sexual do trabalho político, com a inferência, por exemplo, de que mulheres que são casadas com homens que também atuam na política não são autônomas e sim dividem seus cargos com eles, e finalmente ao naturalizar discursos históricos cristalizados. A estratégia simbólica de operação da ideologia a partir desse tipo de naturalização serve para reproduzir e sustentar uma dominação a partir da cristalização de discursos históricos, como o local de “pertencimento” de mulheres e homens, e fazer com que as mulheres estejam à margem no campo político e dos espaços de poder. Portanto, ao naturalizar a baixa presença das mulheres na política, assim como a divisão sexual do trabalho político, trata essa questão como atemporal, a *Veja* ignora processos sociais e históricos da luta das mulheres e contribui para sustentar uma relação de dominação, favorecendo o alijamento das mulheres da esfera pública e principalmente do espaço de poder.

Por fim, duas observações merecem serem feitas. Primeiro, o material analisado não abarca o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011 a 2014), visto que as reportagens utilizadas vão até dezembro de 2010. Dessa maneira também não compreendendo a disputa eleitoral de 2014. Em segundo lugar, entende-se que a revista *Veja* sofreu modificações em sua linha editorial, e política, ao longo dos anos. No entanto, a partir da análise apresentada aqui, conclui-se que o modo de representar as mulheres continuou de maneira machista, estereotipa e preconceituosa ao longo das décadas.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. Revista de Estudos Feministas, vol.9, n°.1, Florianópolis, 2001.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. Revista de Sociologia e Política, n°.24, Curitiba Jun. 2005.

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo - um estudo comparado entre Brasil e Argentina. Revista de Estudos Feministas, vol.18, n°.2, Florianópolis, Maio/Ago. 2010.

AZEVEDO, Adriana Maria Tenuta. *Veja o MST – Um frame revelado*. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 5, n.2, 2005.

BADINTER, Elisabeth. Rumo Equivocado: o feminismo e alguns destinos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BIACHI, Mariangela Monfardini. O Feminino nas eleições de 2010: o discurso da Veja e Isto É sobre as mulheres candidatas. Dissertação de mestrado, UnB, Brasília, 2013.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. Revista Brasileira de Ciência Política, n°6. Brasília, julho – dezembro de 2011, pp. 71-98.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. Cadernos Pagu, n° 34, janeiro - junho de 2010, pp. 269-299.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 18, n°1, junho, 2012, p. 22-43.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Dufusão Editorial, Lisboa, Portugal, 1989.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto Coelho e VALLE, Maria Ribeiro. A Revista *Veja* e o Movimento Estudantil em 1968: entre o engajamento e o entretenimento. *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica* – N 26-1, 2008.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e Feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146, jun. 2010.

DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado. Editora Vozes, 1981.

ELSHTAIN, Jean Bethke. *Public Man, Private Woman: women in social and political thought*. New jersey, Princeton University Press, 1993.

GILLIGAN, Carol. "In a Different Voice: psychological theory and women's development". Harvard University Press, 1982.

GIESEL, Cláudia Mandes e RAMALHO, Fernando. De labradores a pistoleros: El Movimiento de lós Trabajadores Rurales sin Tierra em la revista *Veja*. *Revista Signos – Estudios de Linguística* 2012, 45 (79).

FINAMORE, Claudia Maria, CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres Candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, pp. 347-362, 2006.

FERNANDES, Alessandra C. Lula na *Veja*, de 2002 a 2006: uma análise de discurso crítica. Curitiba, PR. Tese de doutorado. UFPR, 2011.

FRASER, Nancy. "Para além do Modelo Senhor-Serva: sobre O contrato sexual, de Carole Pateman". In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. *Teoria política e feminismo: textos centrais*. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

LEAL, Plínio Marcos V. Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso. In: II Compolítica, Univerisade Federal de Minas Gerais, 2007.

LUPTON, Deborah. *Fat*. [Shortcuts Series]. London: Routledge, 2013. 123p. ISBN-13: 978-0-415-52444-5.

MIGUEL, Luis Felipe. TEORIA POLÍTICA FEMINISTA E LIBERALISMO: O caso das cotas de representação. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol.15, n°.44, São Paulo, Out. 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis na Eleição para o Congresso Brasileiro. In: *Revista de Sociologia Política*, n° 20. Curitiba, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. *Revista de Sociologia e Política*, vol.18, n°.36, Curitiba, Jun. 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. “Desvelo e interesse na teoria feminista”. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo, Editora Horizontes, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. “Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia”. São Paulo: *Editora Unesp*, 2011.

MIGUEL, Luís Felipe; FEITOSA, Fernanda. O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n.1, 2009, p. 201-218.

MOTA, Fernanda Ferreira. Entre agenda eleitoral e a imagem pública: a condição feminina nas eleições presidenciais de 2010. Dissertação de mestrado, Brasília, 2013.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 16, nº 2, maio/agosto 2008, pp.305-332.

PATEMAN, Carole. Feminism Critiques of the Public/Private Dichotomy. In: The Disorder of Women. Democracy, Feminism and Political Theory. Stanford University Press. Stanford, California, 1989, pp. 118-140.

PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº6. Brasília, julho-dezembro de 2011, pp. 339-363.

PHILLIPS, Nelson; Hardy, Cynthia. "The Variety of Discourse Analysis". In: PHILLIPS, Nelson; Hardy, Cynthia. Discourse Analysis: Investigating Processes of Social Construction. SAGE Publications, Inc, 2002, pp. 18-33.

PRINS, Baukje e MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se torna matéria: entrevista com Judith Butler. Revista de Estudos Feministas, 2002, vol.10, n.1, pp. 155-167.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011.

RUDDICK, Sara. Maternal thinking: Toward a politics of peace. Boston, MA, US: Beacon Press. (1989).

SANTOS, G. P.; RESENDE, Viviane. M. Veja o fim do arco-íris - uma análise do artigo "A geração tolerância" e a construção de identidades homossexuais. *Caleidoscópio*, v. 10, n. 2, p. 153-160, 2012.

SILVA, Carla Luciana. VEJA: O *indispensável* partido neoliberal (1989 – 2002). Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2005.

SILVA, Carla Luciana. O “Admirável mundo” de *Veja*: influências sociais de uma revista de informação. *Revista História Actual Online*, n° 15 (invierno, 2008), p. 89-105.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis- RJ, Editora Vozes, 1995.

TRIMBLE, Linda. Gender, Political Leadership and Media Visibility: *Globe and Mail* Coverage of Conservative Party of Canada Leadership Contests. *Canadian Journal of Political Science / Revue canadienne de science politique* 40:4 (December/décembre 2007) 969–993, 2007.

VALLE, Maria Ribeiro. 1968-2008: O *Veja* “Way of Life”. *Revista Brasileira de Comunicação Científica*. São Paulo, v.35, n.2, p. 129-147, jul/dez 2012.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

YOUNG, Iris Marion. Representação Política, Identidade e Minorias. *Revista Lua Nova*, São Paulo, 67: 139-190, 2006.

YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. *Teoria política e feminismo: textos centrais*. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

WALBY, Sylvia. *Theorizing patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

ANEXOS

Mulheres e Política na Revista Veja

1968 - 2010

1. Data

2. Número da edição

3. Seção (quando houver)

- | | | |
|----------|------------------|-----------|
| 1. Gente | 2. Internacional | 3. Brasil |
| 4. Radar | 5. Holofote | 6. Outras |

4. Se outra, qual?

A questão só é pertinente se SEÇÃO (QUANDO HOUVER) = "Outras"

5. Tipo de texto

- | | |
|----------------------------|------------------|
| 1. Nota | 2. Matéria |
| 3. Entrevista | 4. Coluna (fixa) |
| 5. Artigo/Ensaio (externo) | |

6. Página (número da página)

7. Título da matéria

8. Qual país de atuação/representação?

1. Brasil 2. Outro

9. Se outro, qual país?

A questão só é pertinente se PAÍS = "Outro"

10. Há mulhere(s) que é/são protagonista(s) da matéria?

1. Sim 2. Não

11. Se sim, quem é/são?

A questão só é pertinente se PROTAGONISTA = "Sim"

12. Qual idade, se mencionada?

13. Que outras mulheres são nomeadas na matéria?

GROUPE N°1

1 2

14. Trata de mulher ocupante de cargo político no momento da matéria?

15. Se sim, eletivo?

Sim (1), Não (2).

16. Qual o âmbito?

1. Federal
2. Estadual
3. Municipal
4. Organismo internacional

A questão só é pertinente se OCUPANTE DE CARGO = "Sim"

17. Qual poder?

1. Executivo 2. Legislativo 3. Judiciário

18. Trata de mulher candidata a cargos políticos?

1. Sim 2. Não

19. Qual âmbito?

1. Federal
2. Estadual
3. Municipal
4. Organismo internacional

A questão só é pertinente se CANDIDATA A CARGO = "Sim"

20. Qual poder?

1. Executivo 2. Legislativo 3. Judiciário

A questão só é pertinente se CANDIDATA A CARGO = "Sim"

21. Menciona relação entre mulheres citadas e partidos políticos?

1. Sim 2. Não

22. Se sim, quais?

A questão só é pertinente se PARTIDOS POLÍTICOS = "Sim"

23. Menciona profissão das mulheres citadas?

1. Sim 2. Não

24. Se sim, qual?

A questão só é pertinente se PROFISSÃO = "Sim"

25. Menciona relação das mulheres citadas com movimentos sociais?

1. Sim 2. Não

26. Se sim, quais?

A questão só é pertinente se MOVIMENTOS SOCIAIS = "Sim"

27. Menciona relação das mulheres citadas com agenda ou "causa" específica?

1. Sim 2. Não

28. Se sim, quais?

A questão só é pertinente se AGENDA = "Sim"

29. Menciona alguma característica "feminina" como positiva para o cargo ou para atividade política de modo geral?

30. Menciona alguma característica "feminina" como negativa para o cargo ou para atividade política de modo geral?

31. Quais aspectos da vida privada, familiar e doméstica são mencionados?

- 1. maternidade/filhos
- 2. casamento/marido
- 3. rotina doméstica - cuidados com a casa, compras rotineiras, trabalho doméstico em geral, etc
- 4. vida sexual
- 5. vida afetiva
- 6. outros

Você pode marcar diversas casas (2 no máximo).

32. Copie todos os enunciados relativos à maternidade ou a "traços" maternais

33. Ainda em relação a 21, copie outros enunciados que considera relevantes, relativos às referências mencionadas.

34. Há referências à aparência física e autoapresentação?

1. Sim 2. Não

35. Copie enunciados que considera relevantes.

A questão só é pertinente se APARENCIA = "Sim"

36. Há referências (mesmo que genéricas e não relativas a uma mulher em especial) à adequação ou talento/falta de adequação ou talento específicos das mulheres para a política?

1. Sim 2. Não

37. Se sim, copiar.

A questão só é pertinente se TALENTO = "Sim"

38. Caso seja negativa as respostas de 6 e 10 como é tratada essa mulher?

1. Primeira-dama 2. Familiar de político (a)
3. Outros

A questão só é pertinente se OCUPANTE DE CARGO = "Não" e CANDIDATA A CARGO = "Não"

39. Quais aspectos da vida privada, familiar e doméstica são mencionados?

- 1. maternidade/filhos
- 2. casamento/marido
- 3. rotina doméstica - cuidados com a casa, compras rotineiras, trabalho doméstico em geral, etc
- 4. vida sexual
- 5. vida afetiva
- 6. outros

Você pode marcar diversas casas (2 no máximo).

A questão só é pertinente se NEGATIVA 6 E 10 = "Primeira-dama"

40. A matéria cita o autor (a)?

1. Sim 2. Não

41. Se SIM, citar o nome.

A questão só é pertinente se A MATÉRIA CITA O AUTOR (A)? = "Sim"

42. Observações (espaços para quaisquer observações adicionais que pareçam úteis)

Matérias Seleccionadas - Revista Veja - De 1969 à 2010

Edição	Data	Página	Matéria
22	05.02.1969	30	Flor da Neve, primeira dama de Saigon
25	26.02.1969	38	A reza de Indira foi mais fraca que o voto
26	05.03.1969	53	Nota na sessão Antena
37	21.05.1969	18	Êle assalta em nome do terror.
51	27.08.1969	30	Vitória para Indira
52	3/9/1969	44-47	Ser uma Kennedy
53	10.09.1969	16	Rapto e chantagem
54	17.09.1969	22	A elemntar história do sequestro
56	01.10.1969	53	A vez da luta religiosa
57	08.10.1969	28	A lenta agonia dos políticos
63	19.11.1969	55	A corrida das expulsões
67	17.12.1969	57	Uma ofensiva sobre Debray
68	24.12.1969	53	A revolução verde
71	14/1/1970	34-36	As Delícias de Brasília
74	4/2/1970	18-25	Dez Bilhões em Meia Hora
89	20/5/1970	30-37	Cavaleiros da Tradição
92	10/6/1970	76	A volta da viúva
97	15/7/1970	26-27	Fogo Sobre S. João
98	22/7/1970	26-27	Três histórias do terror - A Môça Desastrada
99	29/7/1970	22-23	Arena Amiga
99	29/7/1970	47	Para a Esquerda
99	29/7/1970	50	"La Nena" em Ação
100	5/8/1970	36-38	Primeiro Sinal de Paz
101	12/8/1970	48	A Luta Pela Terra
102	19/8/1970	42	A Guerra do Sexo
103	26/8/1970	52	Caça à Pantera
105	9/9/1970	27-28	A Mulher de Belem
107	23/9/1970	40	O Jogo Duplo
108	30/9/1970	16	Hermeneutas - Medidas e Rimas
108	30/9/1970	20	Chiquinha Emenda
108	30/9/1970	20-21	A Paz dos 5 Dias
113	4/11/1970	22	A velha senhora
115	18/11/1970	42-45	O Grande Final
117	2/12/1970	44	Guerra a Vista
119	16/12/1970	24	Uma Mulher, e seu Drama para Libertar o Marido
120	23/12/1970	23	Os Sete Dias Agitados da Campanha
120	23/12/1970	30	Previsão Errada
121	30/12/1970	20	Só A Esperança
121	30/12/1970	20-21	Alegria de Natal
545	15.02.1979	37	Por um fio
556	02.05.1979	40	"Big Jim" X "Maggie"
557	09.05.1979	38	Revolução conservadora
557	09.05.1979	40	A Dama de Ferro
559	23/5/1979	24-25	Aparte Feminino
568	25/7/1979	50	Duas mulheres
574	05.09.1979	43	O terror ataca no mar
576	19.09.1979	42	Isabelita Falou
580	17/10/1979	50	Rainha Thatcher
581	24/10/1979	16	Nota
585	21.11.1979	48	Natusch durou pouco
592	09.01.1980	44	Ressurge e dama
592	9/1/1980	45	"Teste de Força"
594	23.01.1980	34	O papa pode soltar Isabelita Perón

596	6/2/1980	17	"Em Busca de Trabalho"
602	19/3/1980	79-83	"Elas Tem a Palavra"
609	07.05.1980	47	A coroação sitiada
618	09.07.1980	66	A presidente Vigdis
620	23/7/1980	72	"Desvio Feminino"
623	13.08.1980	34	Palpite infeliz
633	22.10.1980	88	Nota no Gente
635	05.11.1980	31	Videla libertará Isabelita Perón
636	12.11.1980	43	Uma só devoção, das telas à casa Branca
639	3/12/1980	46	"A Herdeira"
1062	11.01.1989	5	Uma dama vai a luta
1062	11.01.1989	39	Primeira-dama deu voto a comunista
1063	18.01.1989	35	A ministra Dorothea
1064	25.01.1989	43	A nova dona da Casa Branca
1077	26.04.1989	64	O mito revisitado
1078	10/5/1989	78	"A Primeira-Dama em Campo"
1080	24.05.1989	60	A fera muçulmana dos pampas
1081	31.05.1989	50	Uma czarina entra na campanha
1081	31.05.1989	98	Namoro empacotado
1083	14.06.1989	98	A ecumênica família Freire
1084	21.06.1989	84	Uma astronauta em Brasília
1085	28.06.1989	48	Vida de primeira-dama
1086	05.07.1989	43	Erundina recebe empreiteiros
1087	12.07.1989	84	As colunas falsas de Thatcher
1088	19.07.1989	51	Briga de bar
1089	26.07.1989	80	Fim de férias para Roseane Collor
1090	02.08.1989	31	Roseana já tem slogan nas ruas
1090	2/8/1989	34-36	"Japonesas Vão à Luta
1090	02.08.1989	39	As táticas de Thatcher
1090	02.08.1989	73	A sexagenária Jackie Kennedy
1096	13/9/1989	80-83	"Elas Por Elas"
1102	25.10.1989	46	O PDT apaga outra estrela
1104	08.11.1989	58	Tropeços da dama de ferro
1104	8/11/1989	124-125	"Trajédia e Glória"
1105	15/11/1989	94	"Fidelidade ao Ex-Marido"/"Gente"
1110	24/12/1989	94-99	"Juventude no Planalto"
1112	10/1/1990	40-42	O dia do Pescador
1113	17/1/1990	Capa	Zélia
1113	17/1/1990	26-33	O Curinga de Collor na Economia
1116	07.02.1990	33	O estilo da primeira-dama
1120	07.03.1990	Capa	A economia de Zélia
1120	07.03.1990	32	Zélia vai a luta
1120	07.03.1990	48	Violeta, de virada
1121	14.03.1990	30	A hora de Margarida
1121	14/3/1990	72	A moda nova do novo poder
1122	21/3/1990	60-63	O choque de Zélia
1122	21/3/1990	108	Família Collor em revista
1122	21/3/1990	110	A moda no Planalto
1123	28.03.1990	64	Ninguém é de ferro
1127	25.04.1990	5	Vai dar certo
1127	25.04.1990	48	A moda ecológica da família real
1130	16/5/1990	54	A beleza de Ângela Guerra
1130	16/5/1990	55	Novo tailleur na coleção de Rosane
1133	6/6/1990	62-63	O amor e o poder
1135	20.06.1990	42	Guerra conjugal

1136	27.06.1990	68	Um fiasco completo
1137	04.07.1990	29	Prefeitos defendem Collor
1138	11.07.1990	29	O amuleto de Zélia
1138	11.07.1990	36	O crime compensa
1139	18.07.1990	64	Um cenário melhor
1141	1/8/1990	45	Pantera Liberal
1141	01.08.1990	54	Um novo idioma para Rosane
1143	15.08.1990	71	A rainha-mãe faz 90 anos.
1149	26.09.1990	37	Zélia entra na campanha
1149	26/9/1990	84-85	Bolero na Esplanada
1150	03.10.1990	64	Ônibus de graça
1152	17/10/1990	30-35	O amor fulminante
1153	24/10/1990	pág. 5-8	Sou vaidosíssima
1155	07.11.1990	41	Erundina no palanque do PMDB
1155	07.11.1990	66	Primeira-dama na boleia
1156	14.11.1990	Capa	Zélia: o inferno da ministra
1156	14.11.1990	30	Ministra em chamás
1158	28.11.1990	Capa	A queda da guerreira
1158	28.11.1990	46	A guerreira indomável sai de cena
1160	12.12.1990	45	O preço do apoio de Erundina
1162	26/12/1990	52-53	A ministra
1580	13.01.1999	24	Mulheres por todos os lados
1580	13.01.1999	86	Um modelito nada chocho
1584	10.02.1999	50	"Sou uma pessoa otimista"
1586	24.02.1999	36	O título de musa ainda é dela
1586	24/2/1999	56-57	"Será Que Ela É?"
1590	24.03.1999	34	Perdi o sono e ganhei um abacaxi
1590	24.03.1999	56	Casamentos a perigo
1597	12.05.1999	32	De volta à TV, de olho na eleição
1600	2/6/1999	51	"A Número Um"
1600	02.06.1999	56	Três candidatas mostram sua ginga
1602	16.06.1999	47	O MST as odeia
1602	16.06.1999	56	Esta rainha vai dar assunto
1602	16/6/1999	114	"Ex de Sacudir as Estruturas"/Gente
1605	07.06.1999	39	Tudo novo no Comunidade
1606	14/7/1999	54	"Saindo da Toca"
1606	14.07.1999	102	Garotinha do Rio faz e acontece
1617	29.09.1999	52	Adeus, czarína
1619	13/10/1999	58	"Para o Lugar de Hillary"
1622	03.11.1999	35	Argumento poderoso
1623	10/11/1999	178	"O Maluf Já Sabe Dessa?"
1624	17.11.1999	70	A coroa sobrevive
1629	22.12.1999	224	As vitoriosas
1630	05.01.2000	29	Preciso de muito dinheiro
1633	26.01.2000	57	Nova York testa o jogo de cintura de Hillary Clinton
1634	02.02.2000	38	Candidata nova, sobrenome velho
1638	01.03.2000	11	"Eu lavo louça, sim."
1641	22.03.2000	58	As mulheres presidentes
1642	29.03.2000	35	Quem vai cuidar do caixa?
1645	19/4/2000	46-47	"Diga ao Povo Que Eu Fico"
1645	19/4/2000	47	"Evita Goiana"
1645	19.04.2000	56	Agora, em mãos femininas
1646	26.04.2000	144	Feminista de olho roxo
1651	31/5/2000	111	"Licença Bem Aprovada"/Gente
1653	14.06.2000	52	Ok, vá em frente

1657	12.07.2000	99	Bela apresentação
1658	19.07.2000	52	É a vovozinha!
1659	26.07.2000	22	Administração feminina
1659	26.07.2000	35	Chá contra stress
1660	02.08.2000	113	Colecionadora de presidentes
1668	27.09.2000	36	De olho em 2002
1670	11.10.2000	Capa	O PT cor de rosa
1670	11.10.2000	34	Com vcs, o PT cor de rosa
1671	18.10.2000	42	A guerra do voto contra
1671	18.10.2000	46	A estrela cadente
1672	25.10.2000	144	Montblanc, porche e demagogia.
1673	01.11.2000	52	Abaixo da cintura
1674	8/11/2000	124-132	"Elas Venceram"
1675	15.11.2000	49	No senado, de olho na Casa Branca
1677	29.11.2000	58	A rainha mata com as próprias mãos
1577	29.11.2000	117	Rigor no peso e nas medidas
1680	20.12.2000	57	A nova dona da Casa Branca
1681	27.12.2000	40	Amarga só no nome
1681	27/12/2000	70-71	"Por Elas, Eles Perdem a Cabeça
2094	7/1/2009	44	O PAC empacou
2095	14/1/2009	34	Agora sim: Dilma vem aí
2095	14/1/2009	76	De azul para a casa branca
2096	21/1/2009	62-67	De corpo e alma em 2010
2096	21/1/2009	80	Ela quer mais aliados e menos inimigos
2097	28.01.2009	65	Michelle entra na dança
2097	28/1/2009	78	Companheira Progressiva
2099	11.02.2009	70	Transparência estética
2100	18/2/2009	81	Cabelão, saíão e atrasão
2102	04.03.2009	79	Marisa Lula da Silva e Michelle Obama
2107	08.04.2009	64	Efeito colateral
2107	8/4/2009	88	É bonita, mas disfarça
2107	8/4/2009	89	Ex-modelo é covardia
2109	22.04.2009	118	Uma Rainha de verdade
2110	29.04.2009	99	Meu cabelo é maior que o seu
2111	06.05.2009	Capa	A candidata e o câncer
2111	6/5/2009	58-63	O câncer no palanque
2111	06.05.2009	106	Em breve o filme - e mais fotos
2112	13.05.2009	49	A metáfora do mal
2112	13.05.2009	64	O caixa dois do caixa dois
2113	20.05.2009	62	Caixa um do caixa dois?
2114	27.05.2009	58	Ela e os golpistas
2114	27.05.2009	61	Melhor uma governadora nas mãos...
2114	27/5/2009	136	Quem tem pernas vai à Washington
2115	03.06.2009	90	Uma corte mais parecida com o país
2117	17.06.2009	83	A rainha é nota 10
2118	24.06.2009	122	Um tango para lá de desafinado
2119	01.07.2009	86	Mirem-se naquelas mulheres de Teerã
2120	08.07.2009	62	Sou um poço de ternura
2120	08.07.2009	80	Depois da queda do casal K
2121	15.07.2009	42	Ninguém no Brasil achou graça
2122	22/7/2009	96	Engessadas por ora, poderosas sempre
2123	29.07.2009	53	Roseana pode desistir da reeleição
2123	29.07.2009	78	A bancada dos neomagros
2128	02.09.2009	12	Marina é uma boa notícia
2128	02.09.2009	19	Marina imaculada

2128	02.09.2009	60	As chances da ministra
2130	16.09.2009	72	Candidatura em estado de alerta
2130	16.09.2009	110	Como chavez mandou
2132	30.09.2009	56	Roseana é candidata
2132	30/9/2009	113	O mundo é pink
2133	07.10.2009	137	Em caso de crise...
2134	14/10/2009	128-129	Elas não passam em branco
2135	21.10.2009	57	Apertem os cintos
2135	21.10.2009	80	Foi em 9 de outubro do ano passado
2135	21.10.2009	95	Os bons companheiros
2136	28.10.2009	78	Os "judas" da caravana da ministra
2136	28.10.2009	99	Ela ama muito tudo isso
2137	04.11.2009	62	A reconstrução da ministra
2139	18.11.2009	62	"Não posso dizer: eu pago."
2141	02.12.2009	61	Cabelão, comoção
2144	23.12.2009	78	A disputa na arena digital
2145	30.12.2009	71	A criação de Dilma
2145	30.12.2009	120	Menos foi mais
2145	30/12/2009	158	Quem não quer dançar com ela?
2146	6/1/2010	34	Aprendiz de candidata
2147	13/1/2010	92	Problemático e febril
2147	13/1/2010	110	Não havia outra como ela
2148	20/1/2010	46	Yeda parte pro ataque
2148	20/1/2010	56	Eles têm outros planos
2149	27/1/2010	48	Se Lula deixar, Marta Disputa
2149	27/1/2010	56	Isso é apenas o começo
2149	27/1/2010	87	A segunda é primeirona
2150	3/2/2010	42	Pânico na política potiguar
2150	3/2/2010	46	Marina quer, Penna não quer
2151	10/2/2010	38	... Mas ela queria ir a essa festa
2151	10/2/2010	48	Omelete sem quebrar os ovos
2152	17/2/2010	31	Palmtop dos Caipiras
2153	24/2/2010	Capa	"A realidade mudou, e nós com ela"
2153	24/2/2010	11	O Trilho institucional
2153	24/2/2010	50	A candidata conquista o ninho
2155	10/3/2010	77	Campanha com verba pública
2155	10/3/2010	84	Bombinha diplomática
2156	17/3/2010	89	Ela Subiu no salto
2157	24/3/2010	56	O agronegócio abre-alas na Sapucaí
2157	24/3/2010	60	A "presidenta" Dilma
2158	31/3/2010	62	O kit da candidata é um luxo
2158	31/10/2010	64	É assim que começa
2160	14/4/2010	60	Aprendiz de candidata
2160	14/4/2010	86	A candidata petista falou "dilmais"
2161	21/4/2010	12	Aberta a temporada
2161	21/4/2010	74	Compromisso com o futuro
2162	28/4/2010	21	Contra os preconceitos
2162	28/4/2010	99	As condecoradíssimas
2163	5/5/2010	66	Em sigilo, Dilma cuida do visual
2165	19/5/2010	55	Ela voltou pra ficar
2165	19/5/2010	112	Absolutamente fabulosas
2166	26/5/2010	88	Compram-se petistas
2166	26/5/2010	101	O guarda alemão
2166	26/5/2010	102	Uma noite brilhante - e decotada
2166	26/5/2010	134	Lindos. E bons de voto

2166	26/5/2010	142	Quando Islã rima com Louboutin
2167	2/6/2010	64	Alvo do Ficha Limpa
2167	2/6/2010	174	É jovem? É moderno? É Marina
2168	9/6/2010	52	Dilma e as mulheres
2168	9/6/2010	64	Gordura pré-eleitoral
2168	09.06.2010	124	Um projeto possível
2169	16/6/2010	19	Acabou o "Risco Brasil"
2169	16.06.2010	55	Ternura zero
2169	16.06.2010	68	Empatados um junho como nunca se viu
2169	16.06.2010	90	Os pitboys de Cristina
2169	16.06.2010	140	A mulher sob a coroa
2171	30.06.2010	19	Para crescer sem poluir
2171	30.06.2010	81	Nobreza Adquirida
2172	07.07.2010	49	Será que ela é?
2173	14.07.2010	56	Em busca do voto evangélico
2173	14.07.2010	64	A criatura contra-ataca
2173	14.07.2010	76	Bem mais do que marketing
2174	21.07.2010	83	Cada uma na sua
2175	28.07.2010	88	Não é pra qualquer uma
2176	04.08.2010	46	Candidata só quer saber do Dilmamóvel
2177	11.08.2010	91	A leoa de Camarões
2178	18.08.2010	46	Muita gentileza, nenhuma pergunta
2178	18.08.2010	62	Hora de fisgar os indecisos
2179	25.08.2010	65	Para Marta, um Lula cansado
2179	25.08.2010	72	Da TV para a realidade
2179	25.08.2010	86	A primeira queda de braço entre Lula e Dilma
2180	01.09.2010	68	O papelão de Cristina
2182	15.09.2010	109	Princesa mutante
2183	22.09.2010	57	Se cuida, Sarah
2184	29.09.2010	81	Mudem a lei do tempo
2184	29.09.2010	99	O voto dos decepcionados
2184	29.09.2010	107	Em dia de cabelo difícil, a piranha
2184	29.09.2010	110	A corte do padrinhos
2185	06.10.2010	68	Insoso, insípido e inodoro
2185	06.10.2010	74	Apadrinhada, favorita e cheia de mistérios
2185	06.10.2010	82	Verde com coração vermelho
2185	6/10/2010	132-133	Vestida para mandar
2186	13.10.2010	Capa	
2186	13.10.2010	62	Antes e depois
2186	13.10.2010	82	Porque Marina veio pra ficar
2186	12.10.2010	84	Faltam 5 milhões
2188	27.10.2010	86	O fracasso multicultural
2189	3/11/2010	108-113	O kirchneirismo ficou viúvo
2190	10.11.2010	106	Ninguém é de ninguém
2191	17/11/2010	105	Mamãe já sabe
2192	24.11.2010	152	Enfim, princesa à vista
2195	15.12.2010	88-91	Hora de acomodar interesses
2197	29.12.2010	71	Vitória conquistada a unhas e dentes
2197	29.12.2010	77	E Marina disse love, love, love
2197	29.12.2010	107	A questão da mulher
2197	29.12.2010	108	Pérolas aos PIGs

Lista de Protagonistas

Dilma Rousseff	40	12,90%
Zélia Cardoso de Mello	13	4,20%
Margaret Thatcher	12	3,90%
Hillary Clinton*	10	3,20%
Marina Silva	10	3,20%
Rosane Collor*	10	3,20%
Marta Suplicy	9	2,90%
Michelle Obama*	9	2,90%
Angela Merkel	7	2,30%
Cristina Kirchner	7	2,30%
Luiza Erundina	7	2,30%
Roseana Sarney	7	2,30%
Indira Gandhi	5	1,60%
Marisa Letícia Lula da Silva*	4	1,30%
Yeda Crusius	4	1,30%
Carla Bruni*	3	1,00%
Chantal Biya*	3	1,00%
Jacqueline Kennedy*	3	1,00%
Maria Aparecida Gomide*	3	1,00%
Ruth Cardoso*	3	1,00%
Benedita da Silva	2	0,60%
Dorothea Werneck	2	0,60%
Eliana Calmon**	2	0,60%
Elizabeth Angela Marguerite	2	0,60%
Ellen Gracie Northfleet**	2	0,60%
Golda Meir	2	0,60%
Imelda Marcos*	2	0,60%
Isabelita Perón*	2	0,60%
Kátia Abreu	2	0,60%
Laura Bush*	2	0,60%
Lidia Gueiler	2	0,60%
Mora Guimarães*	2	0,60%
Mozah bin Nasser Al Missned*	2	0,60%
Neuza Brizola*	2	0,60%
Princesa Letizia	2	0,60%
Rainha Elizabeth II	2	0,60%
Rainha Rania	2	0,60%
Rita Camata	2	0,60%
Rosinha Garotinho*	2	0,60%
Sarah Palin	2	0,60%

Sirimavo Bandaranaike	2	0,60%
Sonia Sotomayor	2	0,60%
Zulema Yoma*	2	0,60%
Adriana Katsurayama Fernandes	1	0,30%
Ana Amorim*	1	0,30%
Ana Burstzyn	1	0,30%
Angela Davis	1	0,30%
Ângela Guerra	1	0,30%
Aurora Martins	1	0,30%
Azam al-Sadat Farahi *	1	0,30%
Barbara Bush*	1	0,30%
Betty Friedan	1	0,30%
Camila Parker-Bowles	1	0,30%
Carly Fiorina	1	0,30%
Caroli Rieder Rose Milden (provavelmente um nome falso)	1	0,30%
Cecilia Bolocco	1	0,30%
Chandrika Kumaratunga	1	0,30%
Cláudia Costin	1	0,30%
Condoleezza Rice	1	0,30%
Cristina de Castro	1	0,30%
Cristine Lagarde	1	0,30%
Cristine O'Donnell	1	0,30%
Cristna Kirchner	1	0,30%
Dang Thi Tuyet May *	1	0,30%
Daniela Ventrice	1	0,30%
Danielle Mitterrand *	1	0,30%
Dilma Jane Rouseff	1	0,30%
Dona Dulce Figueiredo *	1	0,30%
Dona Maria I	1	0,30%
Elena Kagan	1	0,30%
Elisabeth Burgos	1	0,30%
Elizabeth Kather	1	0,30%
Emília Fernandes	1	0,30%
Erenice Guerra	1	0,30%
Ernestine Bradley *	1	0,30%
Ethel Kennedy *	1	0,30%
Eufrásia Teixeira Leite	1	0,30%
Eunice Michiles	1	0,30%
Francisca Miguel (dona Chiquinha)	1	0,30%
Gina Lollobrigida	1	0,30%
Graça Machel	1	0,30%
Heloísa Helena	1	0,30%

Joan Kennedy *	1	0,30%
Judith Diniz Ferreira	1	0,30%
Kate Middleton	1	0,30%
Kathleen Sebelius	1	0,30%
Letícia Freire *	1	0,30%
Lila Covas *	1	0,30%
Lilibeth Monteiro de Carvalho	1	0,30%
Lina Vieira	1	0,30%
Luciana Genro	1	0,30%
Lyudimilla Jivkova	1	0,30%
Manuela D'Ávila	1	0,30%
Margarida Procópio	1	0,30%
Maria de Lourdes Pintasilgo	1	0,30%
Maria do Rosário	1	0,30%
Maria Estela Martínez de Perón *	1	0,30%
Maria Eugenia Rojas	1	0,30%
Maria Izar	1	0,30%
Mariza Alencar *	1	0,30%
Marly Sarney *	1	0,30%
Mary McAleese	1	0,30%
María Julia Alsogaray	1	0,30%
Meg Whitman	1	0,30%
Mireia Moscoso	1	0,30%
Miriam González Durántez *	1	0,30%
Nancy Reagan *	1	0,30%
Naomi Wolf	1	0,30%
Paris Hilton	1	0,30%
Pat Nixon *	1	0,30%
Princesa Diana	1	0,30%
Princesa Victória, da Suécia	1	0,30%
Rainha Beatrix	1	0,30%
Rainha Silvia	1	0,30%
Rainha Vitória	1	0,30%
Raíssa Gorbachev *	1	0,30%
Regina Gordilho	1	0,30%
Rosalyn Carter *	1	0,30%
Rose Kennedy *	1	0,30%
Sabrina Sato	1	0,30%
Samanta Gwendoline Cameron*	1	0,30%
Sandra Cureau	1	0,30%
Scylla Medici *	1	0,30%
Silvia Domingues *	1	0,30%
Simone Veli	1	0,30%

Sonia Gandhi	1	0,30%
Svetiana Savitskaya	1	0,30%
Sylvia Maluf *	1	0,30%
Takako Doi, candidata a senadora	1	0,30%
Tânia Souza Vieira	1	0,30%
Tarja Halonen	1	0,30%
Tereza Nelma	1	0,30%
Tipper Gore *	1	0,30%
Vaira Vike-Freiberga	1	0,30%
Valéria Perillo *	1	0,30%
Vigdís Finnbogadóttir	1	0,30%
Violeta Chamorro	1	0,30%
Yolanda Barbosa *	1	0,30%
TOTAL	310	100%

Trechos sobre a aparência, mais especificamente sobre o corpo.

Data	Trecho	Protagonista	Categoria	Título	Autor	Pág/Seção
05/02/1969	"May é uma <i>exuberante</i> morena de 27 anos e estava vestida com <i>justíssimas</i> calças de couro negro."	Dang Thi Tuyet May	PD	"Flor de Neve", a primeira-dama de Saigon	-	31 Internacional
30/09/1970	"(...) Judith Diniz Ferreira, 20, com 90 cm de busto, 90 de quadris, 58 de cintura E 22 DE TORNOZELO, ex-finalista do concurso de Miss Minas Gerais e candidata a vereador pela Arena, parece não ter inibições." "(...) comparecendo a comícios de mini-saia."	Judith Diniz Ferreira	P	Hermeneuta – medidas e rimas	-	16 Brasil
24/10/1979	"ela agora está <i>bem mais magra</i> e com aparência mais jovem."	Dona Dulce Figueiredo	PD	-	-	16 Gente
21/06/1989	" <i>Encorpada</i> , mas assim mesmo conhecida no seu país como "Miss Sensação"."	Svetiana Savitskaya	P	Uma astronauta em Brasília	-	81 Gente
25/11/1989	"Barbara se veste com simplicidade e seu manequim é 48. Regime nem pensar. Ela tampouco tinge a cabeleira branca, não esconde os seus 63 anos de idade e faz questão de dizer que o seu onipresente colar de pérolas de quatro voltas é uma peça de bijuteria comprada por 90 dólares. "Ele serve pra esconder as rugas do pescoço", explica Barbara. Gorda, enrugada e envelhecida, Barbara já se confessou magoada com os comentários maldosos que a dão como "mãe" do novo presidente americano."	Barbara Bush	PD	A nova dona da Casa Branca	-	43 Intenacional

01/08/1990	"Afinal, María Julia, filha do líder da direita argentina, Alvaro Alsogaray, sempre jogou no time das feias: adolescente gorducha e desengonçada, casou-se tarde, já na casa dos 30 anos e, aparentemente, só descobriu seus atributos femininos depois que Menem a nomeou interventora na Entel, há um ano." "A virada foi fulminante: com o mesmo ímpeto que atacava as gorduras na empresa estatal, liquidou os quilinhos em excesso, encurtou o comprimento das saias - com nítida preferência pelos modelitos de couro vermelho (...)"	María Julia Alsogaray	P	Pantera Liberal	-	45 Internacional
26/09/1990	"Como Zélia é considerada bonita, além de jovem, houve uma natural curiosidade acerca de sua vida amorosa desde que foi escolhida para um dos cargos mais importantes do governo."	Zélia Cardoso de Melo	P	Bolero na Esplanada	-	84 Sociedade
24/02/1999	"Ainda assim, Rita permanece com o cetro de mais bela, na opinião dos homens. Aos 38 anos, ela mantém uma relação invejável de peso e altura, com 1,65 metros e 51 quilos. Há mais de dez anos é considerada a musa do Congresso pelos colegas, que fazem a eleição no começo de cada legislatura."	Rita Camata	P	O título de musa ainda é dela	-	36 Holofote
14/07/1999	"Do alto das pernas bem torneadas, ela ignora olímpicamente dietas e exercícios. Está com 63 quilos, três a mais do que na época da posse. Rosinha continua se vestindo na boutique campista De Fato, cuja dona é uma velha amiga. Suas madeixas negras permanecem cuidadas pela cabeleireira e também amiga Gelzineia dos Santos, a "Josy" (também de campos, claro)."	Rosângela Assed Matheus (Rosinha Garotinho)	PD	Garotinha do Rio faz e acontece	Lucila Soares	102 Perfil

21/01/2009	"Com dieta, cirurgia plástica e mudança radical no corte de cabelo, Dilma Rousseff mostra os (bons) resultados do seu PAC, Plano de Aprimoramento Cosmético. É o primeiro passo de sua caminhada rumo à sucessão de Lula." "Ela estava quase 10 quilos mais magra e sem óculos, que foram substituídos por lentes. O cabelo ficou ruivo, com um corte repicado que se derruba elegantemente pela testa. O PAC da ministra, Plano de Aprimoramento cosmético, incluiu também uma cirurgia plástica que lhe deu ar mais jovial e atraente."	Dilma Rousseff	P	De corpo e alma em 2010	Otávio Cabral	62 Brasil
21/10/2009	"(...) um biquinho tomara que caia era o figurino da ex-prefeita Marta Suplicy, 64, em trancoso, em passeio com o novo namorado, Márcio Toledo, 49, empresário e presidente do Jokey Club de São Paulo."	Marta Suplicy	P	Os bons companheiros	Lizia Bydlowski	95 Gente
02/12/2009	"Sem contar as pernas - as de Sarah, evidentemente, com vantagem absoluta." "A América profunda se vê em Sarah e Sarah a reflete de volta em proporções exageradas: o cabelão armado à la Amy Whinehouse, só que sem a ironia, as bijuterias baratas, os óculos marotos, o brilho labial e a desconfiança, ambos em quantidades industriais, (...)”	Sarah Palin	P	Cabelão, comoção	Vilma Gryzinski	61 Panorama
26/05/2010	"Certamente porque é mulher, briguenta e carismática, além de falar o que a direita conservadora quer ouvir. E também porque é bonita e sexy, no estilo bibliotecária do interior. E tem as pernas - ah, as pernas, festejadas abertamente pelos republicanos, cobiçadas em segredo pelo obamistas."	Sarah Palin	P	Lindos. E bons de voto.	Bel Moherdau	134 Beleza

22/09/2010	"Os cabelos castanhos, a risadinha nervosa e o jeito sexy-recatado de Cristine O'Donnell lembram inevitavelmente Sarah Palin."	Cristine O'Donnell	P	Se cuida, Sarah	Vilma Gryzinski	57 Panorama
------------	--	--------------------	---	-----------------	-----------------	----------------

P = Política de carreira; PD = Primeira-dama; F = Familiar de político; J = Juíza; O = Outras.

Trechos sobre a aparência, mais especificamente sobre autoapresentação/vestimenta.

Data	Trecho	Protagonista	Categoria	Título	Autor	Pág/Seção
26/08/1970	"Com seu penteado africano, com roupas "afro-americanas", seu porte sempre admirado, a bonita Angela Davis, 26 anos, já era motivo de controvérsia desde que foi contratada, no ano passado, para ser a primeira professora de filosofia negra na Universidade da Califórnia."	Angela Davis	P	Caça à pantera	-	52 Internacional
02/05/1979	"Em toda a parte ela sempre apareceu impecavelmente vestida com tons variados de azul - a cor dos conservadores. E sempre bem disposta, como convém a uma "Dama de ferro", apelido que ganhou tanto por suas posições "duras" como por sua energia pessoal."	Margaret Thatcher	P	"Big Gim X Maggie"	-	40 Internacional
09/05/1979	"Os vestidos apagados foram substituídos por trajes modernos e elegantes, o hábito de envergar berrantes chapéus floridos foi abolido. Os cabelos - cuja tonalidade loira, ela admite, é artificial - são agora mais cuidados. E até a voz - descrita por um jornalista americano como "às vezes áspera, como som de unha raspando o quadro-negro" - ela teve de disciplinar."	Margaret Thatcher	P	A dama de ferro	-	40 Internacional
05/09/1979	"A senhora Thatcher desceu do aparelho a passos ligeiros, trajando um blusão militar de campanha, a	Margaret Thatcher	P	O terror ataca no	-	43 Internacional

	bolsa dependurada no braço esquerdo, e o semblante grave."			mar		
17/10/1979	"(..) e usando um conjunto azul, a cor de seu partido, ela voltou a fazer história."	Margaret Thatcher	P	Rainha Thatcher	-	50 Internacional
12/11/1980	"Finalmente, em contraste com a ousada elegância de Jacqueline Kennedy, veste-se com impecável sobriedade e resguardar-se dos hábitos mundanos."	Nancy Reagan	PD	Uma só devoção, das telas a Casa Branca		43 Internacional
18/01/1989	"A nova ministra é também muito vaidosa. Faz ginástica com regularidade e, de vez em quando, submete-se a uma dieta. Dorothéia adora se vestir bem e confessa que só não está sempre na moda porque não tem dinheiro para renovar seu guarda-roupa com mais assiduidade. Em questão de vaidade, Dorothéia tem até uma teoria sobre o assunto: "Nada mais reacionário do que não cuidar da aparência", afirma."	Dorothéia Werneck	P	A ministra Dorothéia		35 Brasil
24/12/1989	"um pouco cafona, disse seu cabeleireiro"; "ela vem usando roupas mais sóbrias"	Rosane Collor	PD	Juventude no Planalto	-	94 Brasil
17/01/1990	"(...) Zélia sabe como se manter elegante sem parecer chique, e seu guarda-roupa é composto por roupas clássicas que ela compra na fábrica da confecção Tweed ou em lojas da Rua Oscar Freire, em São Paulo."	Zélia Cardoso de Mello	P	O Coringa de Collor na Economia	-	26 Brasil
07/02/1990	"Quando saiu para o compromisso mais importante, o encontro com o imperador Akihito, estava impecável num modelo Channel preto de gola branca - e exatamente dentro do horário, como gostam os	Rosane Collor	PD	O estilo da primeira-dama	-	33 Brasil

	japoneses."					
14/03/1990	"(...)Rosane Collor empenha-se em manter ar de jovem senhora apesar dos seus 26 anos. Ela optou pelo que promete ser o símbolo do novo poder. Um tailleur (...)"	Rosane Collor	PD	A moda nova do novo poder	-	72 Gente
14/03/1990	"A Zélia se veste corretamente. Ela não tem como errar."	Zélia Cardoso de Mello	P	A moda nova do novo poder	-	72 Gente
21/03/1990	"Mas Rosane foi à festa e fez bonito com sua elegância sóbria."; "Rosane sabe muito bem onde colocar as mãos durante as fotos, o que demonstra que ela traz a formação sólida da tradicional família Malta, de Alagoas."	Rosane Collor	PD	A família Collor em Revista	-	108 Gente
21/03/1990	"Para coroar esse par de ausência de cor com cor total, Zélia Cardoso de Mello marcou o dia 15 com uma saia preta e um casaquinho branco com botões negros, arrematados pelo inseparável colar de pérolas. Com essa roupa a ministra sobreviveu, impecável, desde a manhã até a madrugada de quinta para sexta."	Zélia Cardoso de Mello	P	A moda do Planalto	-	110 Gente
14/11/1990	"É ela própria quem vem ateando fogo às vestes (elegantes figurinos Chanel) ao meter-se numa sequência incrível de confusões, na forma de casos, casas, jatos e viagens."	Zélia Cardoso de Mello	P	A ministra em chamas	-	30 Brasil
13/01/1999	Num conjunto de vestido e casaco de crepe bege assinado pela estilista Marie Toscano, sapato e carteira impecáveis, jóias de ouro e brilhantes de Carla Amorim (presente do marido), ela subiu a rampa do Palácio do Planalto para a segunda posse exibindo todas as incontáveis melhorias visuais,	Ruth Cardoso	PD	Um modelito nada chocho	-	86 Gente

	desde o óculos até o comprimento da saia, alcançadas em quatro anos."					
16/06/1999	"Ela usou um vestido tradicionalíssimo - não fosse pelo detalhe das mangas transparentes, coisa malvista em país muçulmano. Também caprichou na maquiagem e culminou a obra com um tiara de pedras preciosas e 2 milhões de dólares, jóia que o falecido sogro, o rei Hussein, havia dado à terceira mulher, Alia."	Rainha Rania	O	Esta rainha vai dar assunto	-	56 Internacional
14/07/1999	"Do alto das pernas bem torneadas, ela ignora olímpicamente dietas e exercícios. Está com 63 quilos, três a mais do que na época da posse. Rosinha continua se vestindo na boutique campista De Fato, cuja dona é uma velha amiga. Suas madeixas negras permanecem cuidadas pela cabeleireira e também amiga Gelzinéia dos Santos, a "Josy" (também de campos, claro)."	Rosinha Garatinho	PD	Garotinha do Rio faz e acontece	Lucila Soares	102 Perfil
29/09/1999	"Raíssa não era nenhuma primeira-dama de dedicada a chás de caridade. Mas por indicadores aparentemente mais banais, como sua postura, seus sapatos de salto alto, suas roupas, surpreendentes em comparação com as antecessoras."	Raíssa Gorbachev	PD	Adeus, czarina	-	52 Internacional
01/03/2000	"Repete roupas com frequência, lava louça nos fins de semana e em perfeito português, quase sem sotaque, diz que desejaria não ter de se sempre tão pontual."	Rainha Silvia	O	Eu lavo louça, sim	Thais Oyama	11 Entrevista
18/10/2000	"Isso pra não falar do guarda-roupa esfuziante da petista, que quase certamente será a prefeita de São Paulo, uma das razões pelas quais os adversários se saíram com a expressão "PT Chanel" logo que as	Marta Suplicy	P	A guerra do voto contra	Maurício Lima	42 Brasil

	urnas de 1º de outubro revelaram a extensão surpreendente da vitória petista."					
25/10/2000	"Diante dos dois casos, é ilustrativo observar com que elegância e desembaraço a candidata do PT à prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, carrega vestidos caros e perfeitos, além de jóias que reduzem instantaneamente uma Montblanc a sua insignificância como símbolo de status." "É estimulante vê-la em visita à periferia da cidade com roupas coloridas e impecáveis, sapatos novos amassando o barro, sem cair no estilo jeans e camiseta que caracteriza a maioria dos militantes de seu partido."	Marta Suplicy	P	Monblach, Porche e demagogia	Monica Wemberg	144 Sociedade
29/11/2000	"Dona de uma multicolorida coleção de tailleurs, foi ela quem prendeu os cabelos num comportado coque e escolheu o modelito azul-royal para enfrentar a sapatina dos senadores. O toque jovial veio das meias brilhantes.	Ellen Gracie Northfleet	J	Rigor nos pesos e medidas	-	117 Gente
27/12/2000	"(...) veste-se discretamente e é uma malhadora compulsiva."	Condolezza Rice	P	Amarga só no nome	-	40 Gente
04/03/2009	"(...) exibindo com classe um tomara-que-caia bordado do quase desconhecido Peter Soresen e colar poderosíssimo."	Michelle Obama	PD	Nota sem título	-	79 Gente
08/04/2009	"Afinal, para quem sabe das coisas, e ela sabe, não é impossível mostrar elegância e compostura."	Michelle Obama	PD	Ex-modelo é covardia	-	89 Gente
06/05/2009	"Igualmente magras, bem-vestidas e combinadas em tons de uva e vinho, Letizia, 36 anos, mulher do príncipe herdeiro da Espanha, a primeira-dama francesa, Carla Bruni, 41, arrasaram - esta última trocando a habitual sapatilha por um Louboutin salto	Carla Bruni e Princesa Letizia, da Espanha	PD	Em breve, o filme – e mais fotos	-	106 Gente

	4,5, o mínimo para enfrentar a altíssima realeza espanhola."					
27/05/2009	"Os fashionistas dirão que são as roupas, como o ousado conjunto roxo do americano de origem sírio-judaica Isaac Mizrahi que ela exibiu em visita a Nova York."	Michelle Obama	PD	Quem tem pernas vai a Washington	-	136 Gente
17/06/2009	"Com o gesto, mostrou que: 1) não parece, mas repete roupa, 2)após quatro filhos entre 14 e 4 anos, continua com o mesmo corpinho manequim 36, 3) nestes dez anos aprendeu muita coisa sobre penteado e maquiagem."	Rainha Rania	O	A rainha é nota 10	-	83 Gente
01/07/2009	"Com seus óculos escuros e véus, megafones e cartazes, elas representam o desejo de mudança no Irã."		O	Mirem-se naquelas mulheres de Teerã	Thomaz Favaro	86 Internacional
30/09/2009	"Michele usou um vestido de alça em plissado assimétrico do tailandês Thakoon Panichgul e sapatos cor-de-rosa. Marisa um redingote de xantungue rosa confeccionado por sua costureira de Brasília, Nilza."	Michelle Obama	PD	O mundo é pink	-	113 Gente
21/10/2009	"O figurino, como sempre, era uma coisa assim meio anos 50, meio o seriado Mad Men."	Cristina Kirchner	P	Apertem os cintos	Vilma Gryzinski	57 Panorama
21/10/2009	"(...) um biquininho tomara que caia era o figurino da ex-prefeita Marta Suplicy, 64, em trancoso, em passeio com o novo namorado, Márcio Toledo, 49, empresário e presidente do Jokey Club de São Paulo."	Marta Suplicy	P	Os bons companheiros	Lizia Budlowski	95 Gente
20/12/2009	"Pelo porte e pelo ombros orgulhosamente exibidos, Michelle atinge o ponto alto em roupas de noite, mas	Michelle Obama	PD	Quem não quer dançar	-	158 Gente

	sua marca registrada são os casaquinhos diurnos (nas fotos da primeira fileira) e os cintos bem largos. Sujeitos a exageros, como se vê na fila inferior, de roupas estranhas, engordativas ou mal assentadas. Errar acontece, até na casa de Obama."			com ela?		
27/01/2010	"Mozah de longo e turbante tirados de seu vasto guarda-roupa de grifes de luxo adaptadas aos preceitos muçulmanos."	Mozah Bin Nasser Al Missned	PD	Segunda esposa é primeirona	-	87 Gente
19/05/2010	"Antes de arregaçar as mangas bufantes, no típico estilo filipino, e cair na campanha eleitoral, Imelda Marcos deu um beijinho no marido."	Imelda Marcos	P	Ela voltou pra ficar	Vilma Gryzinski	55 Panorama
26/05/2010	"O longo brilhante azul-cobalto de um ombro só tem a parte de cima forrada de armações de forma a ressaltar o busto - até um pouquinho além do que os mais conservadores gostariam de ver numa primeira-dama. Michele completou o modelo, do estilista Peter Soronen, com cinto largo de strass, sandálias Jimmy Choo e cabelo cacheado, bem mais moderno que o chapada habitual. E a expressão de mal-humor? Bem, pra fazer bonito num vestido desses tem de passar uma fome..."	Michelle Obama	PD	Uma noite brilhante – e decotada		102 Gente
26/05/2010	"Ela só usa vestidos longos e cobre os cabelos com uma espécie de turbante, deferência à modéstia demandada no Corão em termos tão sujeitos a interpretação que podem ir da burca completa até aquele veuzinho na cabeça de Jeniie É um Gênio."	Mozah Bin Nasser Al Missned	PD	Quando islã rima com Louboutin	-	142 Estilo
21/07/2010	"Para Carla Bruni, 42, menos é mais. Um vestidinho preto - Dior, bien sûr -, o habitual sapatinho de salto médio - Louboutin, precisa dizer? - e pronto, está	Carla Bruni e Chantal Bya	PD	Cada uma na sua	-	83 Gente

	feita a moldura ideal para ressaltar sua beleza." "Para a exuberante Chantal Bya, 39, mulher do presidente de Camarões, mais é mais mesmo. A composição de vermelho e branco que usou na recepção pré-desfile do 14 de julho em Paris foi até discreta para seus padrões, começando pela fulgurante cabeleira erguida num coque banane e terminando no matador sapato plataforma. Que combinada com a bolsa - Birkin, bien sôr."					
11/08/2010	"É difícil saber ao certo se o que chama mais atenção na primeira-dama de Camarões, Chantal Bya, é a altura, a prodigiosa cabeleira cor de fogo (reforçada por um aplique atrás) ou o faiscante figurino - além do conjunto azul com bordados e cinto da foto, ela desfilou uma saia de borboletinhas e outra bem estampada."	Chantal Bya	PD	A leoa de Camarões	-	91 Gente

P = Política de carreira; PD = Primeira-dama; F = Familiar de político; J = Juíza; O = Outras.